



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

LENIR CANDIDA DE ASSIS

**FINANCIAMENTO POPULAR JUNTO ÀS COOPERATIVAS
AGROINDUSTRIAIS FAMILIARES DO MST (NORTE-PR):
ESTUDO SOBRE O FINAPOP**

Londrina
2024

LENIR CANDIDA DE ASSIS

**FINANCIAMENTO POPULAR JUNTO ÀS COOPERATIVAS
AGROINDUSTRIAIS FAMILIARES DO MST (NORTE-PR):
ESTUDO SOBRE O FINAPOP**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Lanza.

Londrina
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

C217f Candida, Lenir de Assis.
Financiamento popular junto às cooperativas agroindustriais familiares do MST (Norte-PR) : estudo sobre o FINAPOP / Lenir de Assis Candida. - Londrina, 2024.
175 f. : il.

Orientador: Fabio Lanza.
Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2024.
Inclui bibliografia.

1. FINAPOP - Tese. 2. MST - Tese. 3. COPRAN - Tese. 4. Agricultura familiar - Tese. I. Lanza, Fabio. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.

CDU 3

LENIR CANDIDA DE ASSIS

**FINANCIAMENTO POPULAR JUNTO ÀS COOPERATIVAS
AGROINDUSTRIAIS FAMILIARES DO MST (NORTE-PR):
ESTUDO SOBRE O FINAPOP**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Fabio Lanza
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Maria Valeria Barbosa
Universidade Estadual Paulista – Unesp

Profa. Dra. Ileizi Luciana Fiorelli Silva
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Marluse de Castro Maciel
Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC
Campus São Carlos-SC

Prof. Dr. Fabiano Coelho
Universidade Federal da Grande Dourados -
UFGD

Suplentes:

Prof. Dr. Luís Miguel Luzio dos Santos
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Reinaldo Zanardi
Universidade Estadual de Londrina- UEL

Londrina, 20 de dezembro de 2024.

Ao meu pai Benedito Assis, pessoa incrível, que no alto dos seus 98 anos me ensina a cada dia. À Efigênia Assis, Sônia Nascimento Assis e Sandra Nishimura, mulheres que partiram, mas eternamente serão lembradas.

AGRADECIMENTOS

“O saber a gente aprende com os mestres e os livros. A sabedoria, se aprende com a vida e os mais humildes” (Cora Coralina).

Ao concluir esta etapa tão significativa de aprendizado e conhecimento, agradeço a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, se fizeram presentes na minha trajetória, e foram muitas: minha família numerosa e querida, irmãos, irmãs, e sobrinhos amados; meus amigos e amigas de luta, de vida pastoral e comunitária e da militância política. Agradeço minha equipe de trabalho, a turma do doutorado, ao Pe. Jorge P. Melo, grande incentivador e ao pesquisador Tales Sanches, que compartilhou comigo muito aprendizado. Sintam-se todos/as agradecidos/as.

À Universidade Estadual de Londrina, a qual tenho tanto orgulho de ser aluna e defensora, sempre no compromisso com a educação pública de qualidade. Ao departamento de Pós-Graduação em Sociologia da UEL, professores e servidores.

Agradeço minha banca examinadora, as Profas. Dras. Ileizi Fiorelli e Maria Valéria Barbosa que, com suas contribuições, me ajudaram a aprimorar este estudo e a buscar novas fundamentações teóricas e metodológicas, deixando-o muito melhor.

Aos professores Drs. Fabiano Coelho e Marluse de Castro Maciel que me deram a alegria de estarem comigo hoje. Meu agradecimento sincero. Aos professores Drs. Luís Miguel e Reinaldo Zanardi, amigos com quem aprendo tanto.

Destaco aqui o Prof. Dr. Fabio Lanza, meu orientador, que me inspirou, incentivou e apontou o caminho necessário para meu retorno à vida acadêmica. Sua orientação e o cuidado dedicado a mim e a equipe da pesquisa nos diversos projetos nos quais trabalhamos são merecedores de todo o meu reconhecimento. Você, Fabio, é aquela pessoa que levarei para minha vida toda.

Meu agradecimento especial aos dirigentes e assentados dos assentamentos Eli Vive e Dorcelina Folador, que me possibilitaram a investigação do objeto dessa pesquisa. A generosidade e dedicação com que compartilharam suas histórias e vivências foram essenciais para a realização dessa tese. Vocês me mostraram, como se faz uma luta com bravura e ousadia, na leveza de uma mística que nos leva a entender o sentido de ocupar, resistir e produzir em territórios da reforma agrária.

Agradeço ao Deus da vida, ouvinte atento, sábio e generoso, que me deu discernimento para fazer as escolhas necessárias que me fizeram chegar até aqui.

RESUMO

CANDIDA, Lenir de Assis. **Financiamento popular junto às cooperativas agroindustriais familiares do MST (Norte-PR): estudo sobre o FINAPOP**. 2024. 175 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

Iniciativas diversas ganharam vida no Brasil durante grave crise provocada pela COVID 19, em passado recente, como forma de gerar trabalho, renda e subsistência. No campo, a pouca oferta de crédito para a agricultura familiar e a ausência de políticas para esse setor no governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) levaram os pequenos agricultores a condições precárias. Este estudo investigou a relação entre as experiências cooperativas do MST da região norte do Paraná e o FINAPOP (Financiamento Popular de Alimentos Saudáveis), um programa inédito no âmbito de títulos de renda fixa, negociados no mercado de balcão, que, no ano de 2020, auge da crise, incorporou as cooperativas agroindustriais da agricultura familiar vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na condição de emissão dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), possibilitando aos investidores aplicarem seu dinheiro em projetos baseados nos princípios da Economia Popular e Solidária. O lócus da pesquisa foi a COPACON, no município de Londrina-PR, e a COPRAN, em Arapongas-PR. O objetivo foi identificar elementos que permitiram investigar o resultado efetivo dos recursos captados pelo FINAPOP investidos na manutenção e no fortalecimento das cooperativas agroecológicas que atuam sob a ótica da Economia Solidária, em contraste ao modo de produção capitalista e seus desdobramentos. Foram utilizadas bibliografias vinculadas às práticas de novos modelos de economias no Brasil e no exterior, bem como pesquisa de campo e observação participativa em atividades vinculadas ao objeto. A pesquisa apresentou as principais características do FINAPOP, as perspectivas e os resultados alcançados junto aos projetos financiados, o que indicou o FINAPOP como um modelo de financiamento popular que sinaliza um caminho para a consolidação da autonomia das cooperativas, uma conquista contra-hegemônica na sociedade do século XXI. O FINAPOP possibilitou o acesso a recursos financeiros que foram essenciais para alavancar o desenvolvimento dos assentamentos em territórios da reforma agrária, evidenciando a urgência de se pautar um caminho para um processo de democratização do acesso ao crédito para os trabalhadores e trabalhadoras do campo. Por último, destaco a relevância dos resultados, que permitiram fortalecer alternativas ao sistema financeiro tradicional e promover mecanismos de financiamento popular, para identificar outras formas de economias.

Palavras-chave: COPACON; COPRAN; agricultura familiar; economia solidária; mercado de capitais.

ABSTRACT

CANDIDA, Lenir de Assis. **Popular financing for family agro-industrial cooperatives of the MST (North Paraná):** Study on FINAPOP. 2024. 175 f. Doctoral Dissertation (Ph.D. in Sociology) – State University of Londrina, Londrina, 2024.

Diverse initiatives emerged in Brazil during the severe crisis caused by COVID-19 in the recent past as a way to generate work, income, and subsistence. In rural areas, the limited availability of credit for family farming and the absence of policies supporting this sector under the government of Jair Messias Bolsonaro (2019–2022) left small farmers in very precarious conditions. This study investigated the relationship between the cooperative experiences of the MST in the northern region of Paraná and FINAPOP (Popular Financing for Healthy Foods), a groundbreaking program in fixed-income securities traded on the over-the-counter market. In 2020, during the peak of the crisis, the program incorporated agro-industrial cooperatives linked to family farming within the Landless Workers' Movement (MST) by issuing Agribusiness Receivables Certificates (CRA). This enabled investors to allocate their resources to projects based on the principles of Popular and Solidarity Economy. The research focused on COPACON, located in Londrina-PR, and COPRAN, in Arapongas-PR. The goal was to identify elements that could assess the effective impact of FINAPOP resources on the maintenance and strengthening of agroecological cooperatives operating from the perspective of Solidarity Economy, contrasting with the capitalist mode of production and its implications. The study used bibliographic references related to new economic models in Brazil and abroad, as well as field research and participatory observation of activities linked to the subject matter. The research highlighted the main characteristics of FINAPOP, its perspectives and the results achieved through funded projects. These findings underscored FINAPOP as a model of popular financing that offers a pathway to consolidating the autonomy of cooperatives—an anti-hegemonic achievement in 21st-century society. FINAPOP facilitated access to financial resources crucial for boosting development in settlements within agrarian reform territories, emphasizing the urgency of advancing the democratization of access to credit for rural workers. Finally, this study underscores the significance of the results in strengthening alternatives to the traditional financial system and promoting mechanisms of popular financing to explore new economic models.

Keywords: COPACON; COPRAN; family farming; solidarity economy; capital market.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cadeia produtiva do agronegócio.....	64
Figura 2 - Inauguração da Agroindústria COPRAN.....	86
Figura 3 - Trajetória histórica da COPRAN.....	88
Figura 4 - Impacto do FINAPOP em números	99
Figura 5 - Linha do tempo FINAPOP	105
Figura 6 - Imagem da Agroindústria do Milho/COPACON.....	115
Figura 7 - Fábio Herdt – Presidente da Agroindústria do Milho/ COPACON	115
Figura 8 - Imagem ilustrativa dos produtos da COPACON.....	117
Figura 9 - Faturamento da COPACON	118
Figura 10 - Vista aérea da COPACON e Agroindústria do Milho – assentamento Eli Vivi.....	118
Figura 11 - Atividades produtivas da COPACON	119
Figura 12 - Evolução do quadro social da COPACON	119
Figura 13 - Imagem interna da COPRAN	121
Figura 14 - Vista aérea da COPRAN	123
Figura 15 - Campanha de solidariedade do MST	127
Figura 16 - Campanha de solidariedade do MST 2	128
Figura 17 - Feira da Agroecologia Curitiba-PR.....	129
Figura 18 - Alimentação saudável, um direito de todos	130
Figura 19 - Oficinas na 19ª. Jornada Agroecológica	130
Figura 20 - Produtos da Agroecologia	132
Figura 21 - Campanha solidariedade, plantio da horta e árvores.	133
Figura 22 - Visita de ministros na COPRAN	135
Figura 23 - Visita na COPRAN/pesquisa	136
Figura 24 - Visita de ministro na cozinha comunitária Jd. São Jorge	137
Figura 25 - Luis Inácio Lula da Silva e Eduardo Moreira no lançamento da Agroindústria do Milho no assentamento Eli Vive 19/03/2021	139
Figura 26 - Ato de lançamento da Agroindústria do Milho no Assentamento Eli Vive	140
Figura 27 - Armazém do Campo Londrina.....	141
Figura 28 - Inauguração do Armazém do campo	141
Figura 29 - Inauguração da Agroindústria do Milho no Assentamento Eli Vive ..	143
Figura 30 - Vista da Fazenda Pinheiros (Sul de Minas)	158

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAEV	Associação dos Camponeses do Assentamento Eli Vive
AMBIMA	Associação das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais
AMCEV	Associação das Mulheres Camponesas do Assentamento Eli Vive II
CEPEDISA	Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário
ANTEAG	Associação de Empresas Recuperadas
CMN	Comissão Monetária Nacional
COANA	Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Ltda
COAPAR	Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do estado de São Paulo
COOPACERES	Cooperativa Agroindustrial Ceres
COOPAN	Cooperativas de Produção Agrária Nova Santa Rita
COOPEROESTE	Cooperativa dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de São Miguel do Oeste
COOTAP	Cooperativa dos Trabalhadores Assentados na Região de Porto Alegre
COPACON	Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista
COPRAN	Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa
CRA	Certificados de Recebíveis do Agronegócio
COPAVI	Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória
CPR-F	Cédula do Produtor Rural
CVM	Comissão de Valores Monetários
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FINAPOP	Financiamento Popular
FIOCRUZ	Instituto Oswaldo Cruz IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMO	Instituto do Mercado Ecológico

INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MS	Mato Grosso do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
ONU	Organizações das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PDA	Plano de desenvolvimento do Assentamento
PL	Partido Liberal
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PR	Paraná
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar
PROPG	Programa de Pós-Graduação
PT	Partido dos Trabalhadores
RCA	Representativas dos Créditos do Agronegócio
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SUSEP	Superintendência de Recursos Privados
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNIFORJA	Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UTFPR	Universidade Federal do Paraná
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - PESQUISA METODOLÓGICA	23
1.1 A RENDA DA TERRA SOB AS LENTES DE KARL MARX E JOSÉ DE SOUZA MARTINS	37
1.2 RENDA DA TERRA PARA MARX É EXPRESSÃO DE DESIGUALDADES CRIADAS PELO SISTEMA CAPITALISTA; PARA MARTINS, É A PERPETUAÇÃO DO CATIVEIRO DA TERRA PARA OS TRABALHADORES	42
1.3 RENDA DA TERRA E A AGRICULTURA FAMILIAR	46
1.4 ENTRE A CRISE E O FINAPOPOP: PESQUISA. EMERGENTES PÓS-pandemia COVID 19	47
CAPÍTULO 2 - AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO, AS NOVAS INVENÇÕES DO CAPITAL E A PERSPECTIVA DE UM NOVA ECONOMIA	53
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR E A CADEIRA PRODUTIVA DO AGRONEGÓCIO	62
2.2 É POSSÍVEL PRODUZIR OUTROS MODELOS DE ECONOMIA DENTRO DO MODO CAPITALISTA?.....	65
2.3 ECONOMIAS SUSTENTÁVEIS E OS LIMITES AMBIENTAIS.....	67
CAPÍTULO 3 - A AGRICULTURA FAMILIAR, A ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAIS DO MST, UM CAMINHO CONTRA-HEGEMÔNICO NA RELAÇÃO COM A TERRA	70
3.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEUS PRINCÍPIOS.	73
3.2 AGRICULTURA FAMILIAR: ALIMENTO SAUDÁVEL COMO FORMA DE SOBERANIA ALIMENTAR, TRABALHO E RENDA.....	77
3.3 BRASIL NO MAPA DA FOME E A EXIGÊNCIA DE UM NOVO MODELO ECONÔMICO	83
3.4 HISTÓRICO DA COPACON	84
3.5 HISTÓRICO DA COPRAN	85
3.6 O MST E A UNICRAB	91

	CAPÍTULO 4 - FINAPOP, FINANCIAMENTO POPULAR PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS	93
4.1	QUAL A NOVIDADE NO FINAPOP?	96
4.2	COMO O FINAPOP SE RELACIONA COM A POSSIBILIDADE DE FOMENTAR NOVOS MODELOS ECONÔMICOS ALTERNATIVOS DENTRO DO CAPITALISMO?	101
4.3	OBJETIVOS DO FINAPOP.....	102
4.4	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO FINAPOP.....	103
4.4.1	Eixos Estruturantes do FINAPOP (2022).....	103
4.4.2	Investimento Produtivo/CAPEX	104
4.4.3	Capital de Giro.....	104
4.4.4	Linha do Tempo/ FINAPOP	105
4.4.5	Quem e como o FINAPOP Financia	106
4.4.6	O FINAPOP e a Relação com o Banco Triodos	108
4.4.7	Metodologia da Operação FINAPOP	110
4.4.8	Projetos Financiados pelo FINAPOP.....	112
4.4.9	O FINAPOP e a Agroindústria do Milho – COPACON.....	114
4.4.9.1	Resultados da COPACON na atualidade	117
4.4.10	O FINAPOP e a Indústria de Laticínios da COPRAN	120
4.4.10.1	Resultados da COPRAN na atualidade.....	122
	CAPÍTULO 5 - PESQUISA DE CAMPO, EXPERIÊNCIAS A PARTIR DA OBSERVAÇÃO PARTICIPATIVA	125
5.1	O RESULTADO DA OPERAÇÃO FINAPOP SOB O OLHAR DOS DIRIGENTES DO MST	143
5.2	FINAPOP E NOVAS PERSPECTIVAS	157
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
	REFERÊNCIAS	165

INTRODUÇÃO

O presente estudo investigou iniciativas advindas das cooperativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) apoiadas pelo FINAPOP¹ durante o período da pandemia, cujos resultados mudaram efetivamente a vida das pessoas, especialmente dos trabalhadores do campo, cuja base produtiva se assenta nos produtos da agroecologia.

A pesquisa apresenta as experiências do MST, nos assentamentos Eli Vive e Dorcelina Folador, territórios da reforma agrária no norte do Paraná, que reúnem práticas bem-sucedidas, associadas a conquista da terra, produção com base agroecológica, educação popular, solidariedade, geração de trabalho e renda e relação sustentável com o meio ambiente, dando lugar à possibilidade de uma nova economia, focada no desenvolvimento, na distribuição de riquezas e na redução das desigualdades sociais e econômicas. Nesse intuito, a pesquisa investigou o FINAPOP, um programa de financiamento popular que possibilitou aos investidores aplicarem na agricultura familiar² para produção de alimentos saudáveis e outros projetos de iniciativas populares, sociais e solidárias junto às cooperativas do MST, por meio de mecanismos adotados pelo sistema financeiro, o que significou algo inédito, considerando que o mercado de capitais sempre esteve ao lado dos grandes negócios, agronegócio³ e projetos que de longe se assemelham aos desenvolvidos pelo MST. O estudo apresenta os resultados obtidos com o FINAPOP nas cooperativas nos assentamentos acima citados, que foram contemplados nas primeiras fases da sua implantação.

O FINAPOP trabalha com uma metodologia de captação de recursos, cuja proposta inédita trouxe a possibilidade de financiamento popular para os pequenos

¹ Ao longo da tese, será detalhado o funcionamento do FINAPOP e suas definições, a exemplo de Nicolav (2020), que o descreve como um mecanismo que atua no financiamento de iniciativas sustentáveis.

² O termo *agricultura familiar* designa um modo de produção agrícola que se caracteriza pela gestão da propriedade e do trabalho familiar. Neste modelo, a unidade produtiva é geralmente pequena e administrada por uma ou mais famílias, que utilizam mão de obra própria e, muitas vezes, práticas agrícolas tradicionais e sustentáveis. A agricultura familiar tem como foco a produção de alimentos para o consumo próprio e para o mercado local, promovendo a segurança alimentar e a preservação da cultura e dos saberes locais.

³ O conceito de *agronegócio*, no texto, faz menção a um sistema mais amplo e industrializado de produção agrícola, que envolve não apenas a produção de bens agrícolas, mas também a comercialização, a transformação e a distribuição desses produtos. O agronegócio é caracterizado por grandes propriedades, uso intensivo de tecnologia, insumos químicos e mecanização, visando à maximização da produção e à competitividade no mercado nacional e internacional.

produtores da agricultura familiar, organizados em cooperativas vinculadas ao MST, num momento de profunda crise política, social e econômica no País, agravada pelo Governo Federal que, em momento de graves desafios sanitários por ocasião da COVID 19, negou direitos, vacina e crédito para que os trabalhadores pudessem preservar suas vidas e suas produções no campo.

O FINAPOP, idealizado pelos ativistas do grupo Gaia Impacto Securitizadora⁴, e Terra Investimento, pelo empresário Eduardo Moreira⁵ e pelo economista, João Paulo Pacífico⁶, inovou ao incorporar as cooperativas da agricultura familiar na condição de emissão dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), possibilitando aos investidores a escolha da aplicação nas cooperativas do MST, beneficiando diversas iniciativas em várias regiões do Brasil. A diferença para outras aplicações na Bolsa de Valores é que todo montante captado foi destinado às cooperativas do MST, uma condição nada comum no mercado de ações do sistema capitalista tradicional.

Esses investimentos possibilitaram a sustentação do trabalho desenvolvido pelos cooperados, a ampliação da produção de alimentos saudáveis sem agrotóxicos, com respeito ao meio ambiente, e até mesmo a abertura de agroindústria em territórios de reforma agrária.

Importante ressaltar que o acesso ao crédito é fundamental para a garantia do processo de organização dos movimentos sociais, especialmente o MST, seja para custeio de sua produção, seja para obter capital de giro, de modo a otimizar os recursos investidos nos projetos coletivos em seus territórios.

A decisão do MST em buscar melhores condições para financiar suas cooperativas no mercado financeiro de capitais, por meio da possibilidade inovadora apresentada pelo FINAPOP, possibilitou ampliar a parceria com pessoas e empresas que investem no mercado financeiro e que querem investir seu dinheiro em projetos solidários que geram novas formas de economias e que desenvolvem, politicamente,

⁴ A *Gaia Impacto Securitizadora* é uma empresa brasileira especializada na securitização (titularização) de ativos com foco em impacto socioambiental. Fundada com a missão de promover um desenvolvimento sustentável, a Gaia busca conectar investidores que desejam aplicar seus recursos de maneira responsável a projetos que geram benefícios sociais e ambientais. Disponível em <https://grupogaia.com.br/>.

⁵ Eduardo Moreira, empresário, engenheiro e ex-banqueiro de investimentos, autor dos *bestsellers* “Desigualdade, O que os donos do poder não querem que você saiba” e “Encantadores de Vidas”. Para mais informações, ver: <https://www.terrainvestimentos.com.br/>.

⁶ João Paulo Pacífico, CEO do grupo Gaia, ver: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/ceo-do-grupo-gaia-doa-empresa-a-ong-para-focar-em-projeto-sociais/>.

importantes resultados, incluindo princípios da inclusão social, da democracia e do respeito ao meio ambiente. Esses investidores, independentemente do valor aplicado, querem saber e acompanhar onde e como seu dinheiro está sendo utilizado. Esta é uma importante iniciativa feita pelo FINAPOPOP.

Para compreender a contribuição efetiva dos recursos advindos do FINAPOPOP no dia a dia da COPRAN E COPACON, *lócus* dessa pesquisa, foi necessário conhecer e investigar os projetos desenvolvidos pelos cooperados, em seus territórios, por meio de um sistema mútuo de cooperação, engajamento, autossustentação e articulação política. O estudo traz uma compreensão teórica sobre a organização desse movimento capaz de gerar trabalho e renda sob a perspectiva da solidariedade e do trabalho coletivo, cumprindo, dessa forma, o objetivo do FINAPOPOP, que, naquele momento foi financiar iniciativas populares, sociais e solidárias nos territórios da Reforma agrária.

Considerando essas as justificativas para a construção da pesquisa proposta, identificou-se os seguintes problemas sociológicos:

- ✓ Qual a relação entre os empreendimentos das cooperativas do MST com a Economia Popular e Solidária? De que forma essa relação se consolida como modelo numa sociedade capitalista?
- ✓ De que maneira o FINAPOPOP desafiou o capital financeiro, ao possibilitar a captação de recursos às cooperativas de agricultura familiar num mesmo ambiente de negócios do mercado de capitais?
- ✓ Seria o FINAPOPOP um modelo de financiamento popular a serviço dos projetos solidários ou uma nova forma de o capital se renovar, capturando o movimento social? Seria mesmo o FINAPOPOP uma alternativa para o MST sobreviver no contexto de profunda crise da COVID 19, durante o governo de Bolsonaro? Ou um modelo de financiamento popular como uma nova forma do capital se renovar para sobreviver num momento de profunda crise mundial?
- ✓ As operações do FINAPOPOP ocuparam qual posição considerando a conjuntura em que o capital mostrou não ser capaz de atender às demandas de seu próprio mercado, ofertando altas taxas de juros, gerando desemprego, inflação, degradação do meio ambiente, desprezo pela vida e centenas de milhares de mortes durante a pandemia da

Covid-19 (2019-2022)?

- ✓ Como essa modalidade de investimento financeiro se relaciona com a possibilidade de fomentar novos modelos econômicos alternativos dentro do capitalismo?

A proposta do trabalho, considerando os problemas identificados, é compreender e dar visibilidade aos projetos coletivos das cooperativas agroindustriais, geradoras de emprego, de desenvolvimento sustentável e de uma nova economia a partir do acesso ao crédito, e identificar elementos que permitam interpretar os projetos coletivos das cooperativas do MST, executados dentro dos princípios da economia solidária, financiados pelo FINAPOP, que se constituem, como hipótese, em proposta de uma nova economia possível, capaz de gerar emprego, renda e desenvolvimento sustentável, baseados na organização, na coletividade e na solidariedade, a partir da abertura de oferta para financiamentos populares.

Os objetivos específicos se constituem em:

- (a) mapear as iniciativas de organização popular do MST nos *lócus* apresentado;
- (b) analisar os projetos em execução nos assentamentos Eli Vive e Dorcelina Folador advindos dos recursos do FINAPOP;
- (c) conhecer as formas de autofinanciamento dos assentamentos e sua sustentabilidade anterior ao FINAPOP;
- (d) identificar, a partir da participação em atividades dos assentados, suas perspectivas de sociedade baseadas nos princípios de economia solidária, experienciadas em seus territórios e analisar como essa forma de gerir economia se confronta com o modo de produção capitalista e seus efeitos na vida dos trabalhadores rurais e urbanos.

A formulação do tema proposto, “Financiamento popular junto às cooperativas agroindustriais familiares do MST (Norte-PR): Estudo sobre o FINAPOP”, deu-se pela inovação apresentada por este movimento para o financiamento popular, capaz de se utilizar do mercado de capitais visando à captação de recursos financeiros como subsídio a projetos de economias popular, social e solidária, a partir das experiências das cooperativas do MST.

Ao qualificar o objeto da pesquisa é indicada a relação entre as experiências

cooperativas do MST e o FINAPOP, especificamente nos assentamentos Eli Vive e Dorcelina Folador, territórios da reforma agrária, no norte do Paraná, que, entre outros serviços prestados, são responsáveis pela administração da agroindústria do milho, na COPACON, e a indústria de laticínios, na COPRAN. Esses projetos desenvolvidos pelos trabalhadores e trabalhadoras do MST, ao longo de sua história, materializaram-se em garantia de renda através do manuseio da terra, autossustentação do movimento, relação política articulada entre trabalhadores do campo e da cidade, organização coletiva e gestão do trabalho cooperativo financiados pelo FINAPOP. Os projetos estudados foram executados em tempos de crise aprofundada pela COVID-19 e políticas do governo de Jair Bolsonaro (PL) que reduziram o investimento na agricultura familiar, o fomento às práticas da agroecologia, colocando em risco o trabalho de homens e mulheres do campo e o acesso ao alimento dos trabalhadores, especialmente os mais pobres.

Para aprofundar a proposta, buscou-se uma bibliografia que oferecesse o conceito de economia solidária e experiências de outros modelos de economias sustentáveis mundo afora.

A Comuna, exclamam, quer acabar com a propriedade, fundamento de toda a civilização! Sim, meus senhores, a Comuna queria acabar com aquela propriedade classista que transforma o trabalho de muitos na riqueza de poucos. Ela pretendia a expropriação dos expropriadores. Ela queria fazer da propriedade individual uma realidade, e transformar os meios de produção, a terra e o capital, que agora são sobretudo meios de servilização e exploração do trabalho, em meros instrumentos do trabalho livre e associado (Marx, 1989, p. 299).

Marx utiliza-se do exemplo da Comuna de Paris como uma crítica à propriedade classista, que concentra a riqueza nas mãos de poucos, haja vista que a Comuna tinha como propósito expropriar aqueles que haviam se apropriado injustamente dos meios de produção, como a terra e o capital, e transformá-los em instrumentos para o trabalho livre e associado. A Comuna opunha-se à estrutura social em que a propriedade se baseia, afirmando que ela é o fundamento de toda a civilização, de modo a buscar estabelecer a propriedade individual como uma realidade em que cada pessoa teria acesso aos meios de produção. Ressalta que os meios de produção, ora usados para explorar e tornar o trabalho servil, poderiam ser transformados em meios para um trabalho livre e associado.

Também Löwy (2013, p. 79) aponta a grave crise do capitalismo que leva os trabalhadores a condições degradantes:

A crise econômica atual é, sem dúvida, a mais grave na história do capitalismo desde 1929. Provocando desemprego massivo, recessão econômica, quebra de bancos, endividamento insuportável dos Estados, gera sofrimento, miséria, desespero, levando muitas de suas vítimas ao suicídio. Ela ilustra a total irracionalidade de um sistema econômico baseado na mercantilização de tudo, na especulação desenfreada, no totalitarismo dos mercados financeiros e na globalização neoliberal a serviço exclusivo do lucro capitalista. Os governos - seja de direita, seja de "centro-esquerda" - se revelam incapazes de propor uma saída, e insistem, com uma extraordinária obstinação, na aplicação das tradicionais receitas neoliberais - privatizações, corte de recursos para a educação e a saúde, redução dos salários e das pensões, demissão de funcionários públicos, - que têm como único resultado: agravar a crise, intensificar a recessão e aumentar o peso da dívida.

Essa investigação discute a atual crise econômica global como sendo a mais grave desde a Grande Depressão de 1929. Destaca as consequências negativas da crise, como desemprego em massa, recessão econômica, falência de bancos, endividamento insustentável dos Estados, sofrimento, miséria e desespero, que podem levar algumas pessoas ao suicídio. O autor argumenta que essa crise revela a irracionalidade de um sistema econômico baseado na mercantilização de tudo, especulação desenfreada, totalitarismo dos mercados financeiros e na globalização neoliberal, voltada exclusivamente para o lucro capitalista e a incapacidade dos governos em propor soluções eficazes, insistindo em aplicar políticas neoliberais tradicionais, como privatizações, cortes de recursos para educação e saúde, redução de salários, pensões e demissões de funcionários públicos. No entanto, essas medidas apenas agravam a crise, intensificam a recessão econômica e aumentam o peso da dívida.

Os projetos do MST financiados com o FINAPOP se materializam também como crítica ao sistema capitalista vigente, que concentra a riqueza nas mãos de poucos e leva os trabalhadores a condições degradantes. Marx (1989) menciona a intenção da Comuna de Paris de expropriar aqueles que se apropriaram injustamente dos meios de produção, como forma de transformá-los em instrumentos para o trabalho livre e associado. Essa proposta alinhada com a proposta dos projetos do MST, que busca a reforma agrária e a democratização da posse da terra, para que cada família tenha acesso aos meios de produção e o trabalho seja livre e associado.

O texto de Michel Löwy ressalta a crise econômica do capitalismo, destacando o desemprego massivo, a miséria e o sofrimento que ela provoca. O autor critica o sistema econômico baseado na mercantilização de tudo e na especulação desenfreada, que beneficia apenas o lucro capitalista.

A contribuição da economista Elinor Ostrom, ganhadora do prêmio Nobel de Ciências Econômicas em 2009, apresenta soluções bem-sucedidas fora do mercado capitalista convencional (Moran; Ostrom, 2009).

Há uma questão antagônica entre o conceito de novas economias, especialmente a economia solidária e as agroindústrias no campo, que tem avançado nas últimas décadas, com um discurso e um caminho a ser percorrido, presente na formulação de políticas públicas, tendo, ao mesmo tempo, encontrado diversas barreiras e limitações, especialmente como a falta de crédito e instrumentos públicos para a sua efetivação, que dificultam essa prática.

Por isso, foi importante buscar em Antônio Gramsci (1982) uma leitura que assegurasse a necessidade de haver uma difusão de nova ideologia na sociedade civil, uma conscientização das pessoas diante da demanda de transformação social, para que um dia se conquiste a condição hegemônica.

Um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isso é, para promover novas maneiras de pensar (Gramsci, 1982, p. 7-8).

O filósofo marxista está discutindo o papel e a influência de diferentes tipos de indivíduos na formação e transformação de uma concepção de mundo. Ele destaca a importância dos filósofos, artistas e indivíduos com diferentes ideias e comportamentos, que, a partir de suas ações e pensamentos conscientes, contribuem para criar novas formas de pensar e agir.

Vale registrar que, ao falar de condição hegemônica, ele se refere a um processo de luta, conquistas e guerra de posição (Gramsci, 2002, v. 3), que não se pode confundir com dominação ou imposição.

Essas e outras buscas permitiram um percurso que identificasse novos formatos de economias populares, sociais e solidárias, que ampliam negócios, geram renda dentro de uma organização cujos princípios são coletivos, solidários e têm sustentabilidade.

O *locus* da pesquisa são os assentamentos Dorcelina Folador, no município de Arapongas-PR, e o assentamento Eli Vive, situado em Londrina-PR. Os projetos investigados foram os desenvolvidos pela COPRAN (Cooperativa de Comercialização e Reforma agrária União Camponesa), no assentamento Dorcelina Folador, e pela COPACON (Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista), no Eli Vive, financiados nos anos de 2020 e 2021, respectivamente, com recursos advindos do FINAPOP. O estudo investigou os projetos com foco em suas estruturas, financiamento, protagonismo dos trabalhadores assentados e resultados obtidos.

Os territórios pesquisados exercem uma importância local, seja pelo histórico de ocupação da terra, seja pelos produtos das cooperativas que abastecem o mercado da região e as entidades civis e públicas, como as escolas que utilizam de produtos das cooperativas para a alimentação escolar, como o leite (COPRAN) e derivados do milho e hortifrúti (COPACON). Outras justificativas embasam essa pesquisa, entre eles o fator de ser o MST é um dos principais movimentos sociais do Brasil, com uma longa história de luta pela e pela garantia dos direitos dos trabalhadores rurais. Pesquisar as cooperativas do MST é relevante para entender o papel desse movimento na organização e no fortalecimento das comunidades rurais e locais; estudar o MST focando no desenvolvimento econômico traz uma extraordinária contribuição para a sociologia, uma vez que as cooperativas COPACON e COPRAN desenvolvem projetos de agricultura familiar e agroecologia, contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável das regiões, como modelos alternativos de produção agrícola e possíveis soluções para questões como a segurança alimentar.

Também se justifica pelo fato de ser o MST um movimento que se organiza visando à promoção da igualdade social e o combate à exclusão no campo, haja vista que gera emprego e renda para trabalhadores do campo e da cidade, possibilitando a melhoria das condições de vida e a redução da pobreza. A sustentabilidade ambiental é outro fator a ser considerado, uma vez que a agroecologia traz uma abordagem agrícola baseada na harmonia entre o ser humano e a natureza, e as cooperativas COPACON e COPRAN são conhecidas por suas práticas sustentáveis de produção, que visam a preservar os recursos naturais e minimizar os impactos ambientais.

O Assentamento Eli Vive completou 15 anos em 2024. É um território onde 501 famílias estão assentadas, numa área de 7.313 hectares, resultado da política de reforma agrária dos governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) e de Dilma

Rousseff (PT), em um processo de luta e resistência. Desde o início, as famílias produziram para o seu próprio sustento e para geração de renda, com destaque na produção de hortaliças, café, frutas e grãos, especialmente o milho, produtos de base agroecológica, alguns com certificação de orgânicos. A linha de produção de leite é um destaque no assentamento. No entanto, com a entrada do FINAPOP, apostou-se na possibilidade de organizar a cooperativa agroecológica do milho, capaz de processar até 18 toneladas de milho/dia, com vistas à produção de milho orgânico num futuro muito próximo. Junto à organização de cada família, outros coletivos se constituíram no assentamento, apresentando importantes resultados. Toda a produção e o modo como os assentados se organizaram num período de quinze anos chamam a atenção e despertam o interesse pela investigação desse objeto.

A COPRAN foi fundada em 1999 em Tamarana-PR e, desde 2009, sua sede está no Assentamento Dorcelina Folador, no município de Arapongas-PR. A cooperativa visa à sua dinamização com a agroindustrialização e a comercialização de produtos da agricultura familiar. Visa, ainda, não só à melhoria do trabalho na organização, o conjunto dos vários agricultores familiares/assentamentos que a constituem, mas também ao fomento de uma produção com qualidade dentro do conceito da agroecologia com base no programa de Reforma agrária. A produção resultante da agroindustrialização é comercializada nos mercados formais do varejo e no mercado institucional dos setores de alimentos municipal, regional e estadual.

A cooperativa se especializou no ramo de lácteos, e os dirigentes receberam treinamentos específicos de produção e gestão do empreendimento e da atividade, assim como os funcionários, para os processos de fabricação de produtos e de boas práticas de manipulação de alimentos. Atuam na cadeia produtiva do leite, nas etapas de produção, captação, industrialização e comercialização dos produtos fabricados. A hipótese da COPRAN quando do financiamento pelo FINAPOP foi a de que esses recursos investidos em capital de giro seriam a única possibilidade de manter a cooperativa funcionando nos momentos mais emblemáticos de sua história, o que, na prática, se materializou.

Para a obtenção dos resultados pretendidos, foi fundamental o rigor na seleção da metodologia mais apropriada e do material pesquisado. Durante todo o tempo, as questões específicas levantadas na fase inicial foram avaliadas, buscando sempre a resposta para os problemas levantados:

A tese se apresenta em 5 capítulos, num percurso em que busca resposta aos

problemas levantados, a partir das bases teóricas utilizadas, nas fontes documentais estudadas e no trabalho de campo, que possibilitou muita informação a respeito do objeto pesquisado.

Dessa forma, o **primeiro capítulo** apresenta uma Fundamentação Teórica e Metodológica, especialmente no que diz respeito à teoria sobre Renda da Terra, a partir da leitura de Karl Marx (1985) e José de Souza Martins (1996). Para em

basar esse trabalho, foram utilizados ainda diversos referenciais teóricos, como as obras de Milton Santos (1979), que abordam as desigualdades sociais e econômicas, as obras de Elinor Ostrom (2009), que propõem novas formas de gestão e conservação dos recursos naturais e, ainda, os estudos de Florestan Fernandes (1984), que discutem a relação entre trabalho, capitalismo e desigualdade social. O capítulo também faz uma crítica do governo Bolsonaro em relação à pandemia da COVID-19 e às políticas voltadas para a agricultura. O governo Bolsonaro promoveu cortes de orçamento na área da agricultura e fortaleceu o agronegócio, em detrimento dos pequenos agricultores

O **segundo capítulo** traz uma retrospectiva das mudanças no campo do trabalho, com base nos moldes do sistema capitalista e as perspectivas de novas organizações. Enquanto os projetos da agricultura familiar, representados pelos assentamentos Eli Vive e Dorcelina Folador, buscam a autossustentação, a igualdade e a participação dos trabalhadores, o agronegócio promove a concentração de terras a desigualdade e a busca pelo lucro. O mercado de trabalho rural também passou por transformações, com a flexibilização das leis trabalhistas e a precarização do trabalho assalariado. Essas mudanças são reflexo da reorganização do sistema capitalista, que busca se renovar e manter seu controle sobre a sociedade. Diante dessas questões, é necessário repensar e buscar alternativas para a valorização da agricultura familiar, fortalecendo a economia popular e solidária e combatendo as desigualdades geradas pelo capitalismo.

O **terceiro capítulo** apresenta uma descrição teórica sobre agricultura familiar, economia solidária e MST, relatando experiências vividas nos assentamentos Eli Vive e Dorcelina Folador no Paraná as quais motivaram, posteriormente, a escolha pelos dirigentes do FINAPOPOP para execução do projeto. Ambos são importantes marcos para as famílias assentadas, pois permitem a comercialização da produção em mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Além disso, os produtos do

assentamento são vendidos em redes de supermercados, feiras livres e por meio de parcerias com outras organizações. A entrada de recursos do FINAPOPOP deu estabilidade para a expansão das operações da COPACON e da COPRAN, cooperativas dos respectivos territórios da reforma agrária, garantindo a continuidade da produção e comercialização dos alimentos e a sustentação da agroindústria mesmo com a falta de financiamentos anteriores.

O **quarto capítulo** trata especificamente do FINAPOPOP, um financiamento popular cujo objetivo é potencializar novas formas de fomentar a economia a partir de experiências populares, com ênfase nas cooperativas da agricultura familiar do MST. Os dados referentes à participação nas atividades durante a pesquisa foram transcritos nesse capítulo, de forma a ressignificar os problemas levantados, considerando a abordagem teórica e documental, a descrição dos impactos do FINAPOPOP, bem como suas convergências e divergências na busca das cooperativas do MST por autonomia, podendo, dessa maneira, apresentar de forma objetiva o resultado da pesquisa.

No **capítulo quinto**, estão a análise, a transcrição da pesquisa de campo, a coleta de dados e, por fim, os resultados obtidos com o FINAPOPOP e as perspectivas dessas comunidades. A fundamentação teórica e documental de experiências já consolidadas no Brasil e em outros países, que fortalecem os argumentos da hipótese trabalhada, também foram aprofundadas no decorrer dos capítulos, bem como o histórico e a descrição do objeto pesquisado, nos dois territórios-experiências, com seus respectivos sujeitos.

Por fim, a tese apresenta as considerações finais a respeito do FINAPOPOP, uma iniciativa importante que permitiu o acesso a recursos financeiros para as cooperativas da agricultura familiar nos assentamentos Dorcelina Folador e Eli Vive. Esses créditos obtidos contribuíram para o desenvolvimento das cooperativas, aumentando sua capacidade de investimento em infraestrutura e tecnologia. No entanto, restou evidenciado ser necessário investimentos maiores e mais abrangentes, com intervenção do Estado, para resolver os problemas estruturais enfrentados pela agricultura familiar e promover a verdadeira democratização da economia agrícola no Brasil. O FINAPOPOP é uma alternativa viável de financiamento, no entanto, há uma necessidade explícita de investimentos mais amplos no setor agrícola para enfrentar desafios estruturais e prover condições de manter em funcionamento os modelos de cooperativas agroecológicas aqui apresentadas.

CAPÍTULO 1

PESQUISA METODOLÓGICA

Existem apenas duas classes sociais, as dos que não comem e as dos que não dormem com medo da revolução dos que não comem (Encontro [...], [2006])⁷.

Este estudo investigou a importância do FINAPOPOP na sustentação dos projetos desenvolvidos pelo MST nos territórios dos assentamentos Eli Vive e Dorcelina Folador, região norte do Paraná, cujos resultados se mostraram fundamentais, diante da realidade socioeconômica dos assentados. Sob a hipótese de que esse modelo de financiamento popular, em que os investidores tiveram a oportunidade de optar por financiar projetos da agricultura familiar, através das cooperativas ligadas a produção de alimentos saudáveis, orgânicos ou em agroindústrias, consiste numa possibilidade de fazer emergir um novo modo de sustentação econômica dessas cooperativas, capaz de se contrapor à lógica do capital que produz e reproduz desigualdades, utilizando-se dos mecanismos do mercado financeiro que, ao longo do tempo, excluiu os agricultores familiares⁸ do modelo do sistema financeiro capitalista vigente.

Um exemplo dessa exclusão se revela na dificuldade que os pequenos empreendimentos e, nesse caso, os agricultores familiares têm em acessar linhas de créditos no mercado financeiro convencional.

Formado por bancos, empresas financeiras, corretoras e outras instituições, tendo como prerrogativa a realização de operações de compra, venda de ativos, aplicações financeiras e outras, cujo objetivo é fazer gerar e produzir novas riquezas através do manuseio do dinheiro em ações, câmbio, fundos de reservas, mercadorias, entre outros, os recursos empregados nessas modalidades são disponibilizados para investimentos em diversas áreas. Estes rendem aos investidores um determinado percentual de juros e correções, podendo ser de risco ou não.

A questão que motivou o estudo sobre o FINAPOPOP é justamente a dificuldade

⁷ A frase dita por Milton Santos no documentário: “Encontro com Milton Santos” (Encontro [...], [2006]) faz referência ao pensamento de outro geógrafo, Josué de Castro (1980), que escreveu: “Metade da humanidade não come; e a outra metade não dorme, com medo da que não come”.

⁸ O termo *agricultores familiares* se refere àqueles que utilizam predominantemente a mão de obra da sua própria família na produção de alimentos e outros produtos agrícolas. Esse tipo de agricultura é caracterizada por práticas que buscam a sustentabilidade e a diversificação das atividades, além de estar focada no mercado local. O agricultor familiar geralmente possui pequenas propriedades, e sua produção pode atender tanto ao autoconsumo quanto à comercialização.

de acesso dos pequenos empreendimentos aos modelos de oferta de créditos convencionais ofertados pelo mercado de capital, que, por vezes, deixa esses empreendedores à margem, seja pelas altas taxas de juros, seja pela ausência de garantias reais exigidas pelo mercado.

A abordagem teórica da pesquisa percorreu um caminho que evidenciou o modelo de economias populares e solidárias, apresentando experiências bem sucedidas, de forma a desnudar a dinâmica da economia capitalista associada às políticas econômicas nefastas aos interesses dos cidadãos, a exemplo do que se apresentou no Brasil, durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), que levou o país a uma profunda crise sanitária e econômica, submetendo trabalhadores à perda de renda, de emprego, de direitos e ao aumento do custo de vida, ou seja, uma economia a serviço do desmando político cujo objetivo foi fortalecer o capital.

Um estudo incisivo e provido de ampla recepção entre pesquisadores de diversas áreas a respeito do posicionamento do governo Bolsonaro em resposta à COVID-19 intitula-se “A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da covid-19”, de autoria de Deisy de Freitas Lima Ventura e Rosana Reis (2021). O estudo foi produzido no âmbito do Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (CEPEDISA) da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) em parceria com a Conectas Direitos Humanos. Foi realizado o inventário de todas as normas jurídicas de resposta à COVID-19 no Brasil entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2020 (Ventura; Reis, 2021).

A referência ao governo Bolsonaro em tempos da pandemia da COVID-19 dá-se por muitos fatores, conforme relatam suas autoras, mais precisamente quanto à disseminação repetida e desenfreada de desinformação: Bolsonaro minimizou repetidamente a gravidade da COVID-19 e questionou a eficácia das vacinas. Ao mesmo tempo, o então presidente promoveu o uso de medicamentos sem comprovação científica de eficácia contra a COVID-19, como a cloroquina e a hidroxicloroquina (Ortellado; Ribeiro, 2018); houve resistência às medidas de contenção, além de contrariedade ao isolamento social: Bolsonaro criticou as medidas de isolamento e os *lockdowns* implementados por governadores e prefeitos, argumentando que essas medidas prejudicavam a economia. Também desautorizou medidas sanitárias, ao frequentemente apresentar-se em eventos públicos sem máscara e participar de aglomerações, contrariando as orientações das autoridades de saúde; a administração pública, sob o governo Bolsonaro, não agiu com rapidez

no que diz respeito às providências para a compra de vacinas, atrasando o início da campanha de vacinação no país. Documentos mostram que propostas de compra de vacinas, como as da *Pfizer*, foram ignoradas por meses; além de questionar sua eficácia, Bolsonaro chegou a afirmar que não tomaria a vacina e fez declarações que incentivaram a população contra a vacinação.

Esse comportamento, incompatível com a realidade na qual vivia a nação brasileira naquele momento, foi vivenciado também nos cortes de orçamento e de investimento na área da agricultura em relação ao acesso ao crédito para os pequenos agricultores. O governo Bolsonaro, alinhado ao agronegócio, promoveu condições de garantia de crédito e políticas públicas para esse setor, a exemplo da nova lei do agro, a Lei nº 13.986/2020, de 07 de abril de 2020 que alterou as regras para fomento ao crédito privado para o agronegócio, através da criação de novos títulos de crédito e garantias mais volumosas, dando maior segurança ao credor, tornando o crédito mais acessível, flexibilizando as regras para o crédito rural e beneficiando grandes produtores (João Domingos Advogados Associados, 2020,

Com estas alterações introduzidas pela Nova Lei do Agro deve ocorrer um notável incremento nas operações financeiras com os títulos do agronegócio, na medida em que diversos entraves jurídicos foram superados, com maior participação do credor privado, seja ele local ou estrangeiro. O financiador/credor estrangeiro, que antes da promulgação da Nova Lei do Agro apenas tinha acesso à garantia hipotecária, agora passa a contar com a possibilidade de acessar a propriedade fiduciária do proprietário de imóvel rural, até então disponível apenas para credores brasileiros. Assim, a tendência é que os financiamentos fiquem mais acessíveis, na medida em que o risco do credor é reduzido pelas vantagens dessa modalidade de garantia, especialmente por não estar exposto a eventual falência ou recuperação judicial (excetuadas hipóteses em que o imóvel objeto da garantia é considerado essencial para recuperação da empresa ou em caso de dívidas trabalhista, fiscal ou previdenciária) (Tozzini Freire, [2024]).

Partindo do pressuposto da dificuldade de acesso ao crédito em tempos tão exigentes, este estudo aprofundou a experiência do FINAPOPOP, que se destacou como uma possibilidade de acesso ao crédito para os empreendimentos solidários e populares, executados nas cooperativas da agricultura familiar, possibilitando a sustentação dos trabalhos desenvolvidos nesses territórios, especialmente os da reforma agrária.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma organização

social que tem como objetivo principal promover a luta pela redistribuição de terras e pressionar o Estado a promover a reforma agrária. Seus esforços estão direcionados para a democratização da economia por meio do acesso à terra e do estabelecimento de modelos de produção sustentáveis. No entanto, a escassez de crédito disponível para os pequenos agricultores restringe a viabilidade desses projetos e torna-se obstáculo para alcançar a democratização econômica desses produtores rurais. O economista Paul Singer (2002, p. 10) descreve essa nova forma de pensar a economia:

[...] outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda.

O economista aponta a necessidade de novas formas de gerir e gerar economias, de modo a não ficar suscetível ao modelo opressor do mundo do trabalho, que se utiliza dos mais pobres para ampliar suas riquezas:

A vida do pobre está muito sujeita ao acaso; ela é frágil porque os pobres carecem também dos seguros que dão aos não-pobres confiança em si e esperança no futuro. O pobre não tem patrimônio familiar para herdar, não tem seguro de vida, contra acidentes, fogo, roubo etc., sequer tem, muitas vezes, inscrição no seguro social obrigatório (que no Brasil constitui a fronteira entre o trabalho formal e o informal). O pobre não tem esperança no futuro, antes teme o amanhã, pois uma avaliação realista de suas possibilidades de melhorar não lhe permite otimismo (Singer, 2002, p.104).

As desigualdades sociais e econômicas dos trabalhadores brasileiros têm história de longa data, tendo sido agravadas com a crise do coronavírus, como em diversas partes do mundo.

A crise da coronavírus atingiu um mundo que já era extremamente desigual. Um mundo em que um pequeno grupo de mais de 2 mil bilionários possui mais dinheiro do que poderia gastar em mil vidas. Um mundo em que quase metade da humanidade foi forçada a sobreviver com menos de US\$5,50 por dia. Um mundo em que, por 40 anos, o 1% mais rico ganhou mais do que o dobro da renda da metade mais pobre da população global. Um mundo em que o 1% mais rico consumiu duas vezes mais carbono que os 50% mais pobres no último

quarto de século, levando à destruição do clima. Um mundo em que o fosso crescente entre ricos e pobres aumentou e exacerbou as históricas desigualdades de gênero e raça (Berkhout *et al*, 2021, p. 11).

Intelectuais brasileiros, em diferentes momentos, analisaram a situação econômica do País e as condições em que os pobres e trabalhadores foram submetidos. Milton Santos (1979) aponta as disparidades entre as diferentes classes, que evidenciam uma nação desigual:

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços (Santos, 1979, p. 29).

Santos argumenta que diversos circuitos se entrelaçam e influenciam o funcionamento geral do sistema econômico. Nesse contexto, a compreensão do fluxo econômico e de suas interações é determinada pela distribuição e consumo de bens e serviços. Um dos circuitos é o de produção, que engloba as atividades necessárias para transformar recursos em bens tangíveis ou para disponibilizar serviços. Já o circuito de distribuição trata da forma como esses bens e serviços são oferecidos aos consumidores finais. No entanto, Santos coloca em pauta a questão da inacessibilidade desses bens e serviços, resultando na exclusão de uma grande parte da população desse processo. Ainda, apresenta as desigualdades do ponto de vista das diversidades regionais, o que demonstra que, em determinadas regiões, estas tornam-se ainda mais gritantes.

Vários autores discutem as contradições do crescimento das cidades e suas formas de se organizarem, haja vista que o modelo não corresponde às exigências de uma população vulnerável. Esta vive para financiar as dívidas resultantes do mundo do capital, que utiliza o crescimento da economia para concentrar suas riquezas.

Em teoria, o crescimento é necessário para pagar dívidas, criar novos empregos ou elevar a renda dos mais pobres. Na prática, temos tido décadas de crescimento econômico e continuamos em dívida, com desemprego juvenil e índices de pobreza mais elevados do que nunca. O crescimento econômico se baseou em nosso endividamento, e agora somos obrigados a crescer para pagar a dívida (Kallis, 2016, p. 288).

Os autores argumentam que o modelo ora visto, o empobrecimento, o aumento das desigualdades sociais e profundas crises não podem ser atribuídos à falta de crescimento ou subdesenvolvimento, sendo esse o discurso da classe dominante⁹. No caso do Brasil, não há dúvidas de que os efeitos do imperialismo e o colonialismo¹⁰ deixaram um legado que impôs, a todo tempo, a exclusão de milhões de pessoas do processo de desenvolvimento social, econômico e cultural e do acesso a direitos básicos constitucionais.

Ladislau Dawbor (2021) faz uma análise importante, que ajuda na busca de elementos para compreender as novas formas de pensar e fazer economia. O economista brasileiro trabalha com um conceito de economia do bom senso, que esboça a sociedade em setor por setor e a dimensão dos desafios. Essa perspectiva, segundo ele, não aponta nada de misteriosamente técnico, basta apenas encontrar o rumo geral de que o que se visa é “uma economia que funcione para todos, e de maneira sustentável, e que, o enriquecimento individual é legítimo, somente quando contribui proporcionalmente ao que extrai” (Dawbor, 2021, p. 1).

⁹ *Classe dominante* se refere ao grupo social que detém o poder econômico, político e cultural em uma sociedade. Essa classe controla os meios de produção, as instituições e os recursos, influenciando as decisões que afetam a vida social e econômica da população. No contexto do capitalismo, a classe dominante é frequentemente identificada com a burguesia, que possui e controla as empresas e os ativos que geram riqueza. A classe dominante se opõe à classe trabalhadora, ou proletariado, que, por sua vez, vende sua força de trabalho para sua subsistência. Essa relação entre as classes é central nas análises de Karl Marx e outros teóricos que estudam as dinâmicas de poder e desigualdade nas sociedades.

¹⁰ *Imperialismo* é um termo que descreve a política e a prática de expansão de uma nação sobre outras, com o objetivo de exercer controle político, econômico e cultural. O imperialismo pode se manifestar de várias maneiras, incluindo a conquista militar, a influência econômica, a diplomacia e a hegemonia cultural. A ideia central é a imposição de uma ordem social ou a exploração de recursos em regiões consideradas estratégicas ou valiosas. O imperialismo, portanto, é muitas vezes uma relação desigual de poder, em que um país se coloca em uma posição de superioridade em relação a outros. Já o “Colonialismo”, por sua vez, refere-se a uma forma específica de imperialismo que envolve a ocupação e o controle direto de um território por uma potência estrangeira. O colonialismo implica a transferência de população, a exploração de recursos locais e a imposição de instituições, cultura e sistema político da potência colonizadora sobre as populações nativas. Este processo frequentemente resulta na desarticulação das estruturas sociais preexistentes e na marginalização das culturas locais.

Uma contribuição importante são as obras da economista Elinor Ostrom¹¹, ganhadora do prêmio Nobel de Ciências Econômicas em 2009, que se destacou por buscar soluções econômicas fora do mercado convencional, encontrando-as na vida em sociedade. Suas obras, ainda pouco conhecidas no Brasil, abordam questões relativas ao ecossistema, tendo a autora publicado, em 2009, junto com Moran, a obra *Ecossistemas florestais* (Moran; Ostrom, 2009), que reúne dados de um projeto de pesquisas sobre mudanças na cobertura do planeta e uso da terra em territórios de florestas. Trata-se de um projeto multidisciplinar, realizado em aproximadamente 80 lugares diferentes, em mais de doze países.

O projeto concentrou-se em investigar as mudanças na cobertura do planeta e o uso da terra em regiões de florestas, como as duas principais causas das alterações ambientais globais, e em entender por que algumas áreas florestais florescem, mesmo com a presença de alta densidade e atividade humana, enquanto outras definham e desaparecem (Baiardi, 2011, p. 9).

O trabalho desenvolvido por Moran e Ostrom (2009) busca, na sociedade, outros modelos de desenvolvimento econômico, para além das formas tradicionais pautado no sistema capitalista que pressupõe, medidas fiscais, jurídicas e institucionais, voltadas para o empreendedorismo, inovação, aprimoramento do modo de produção, distribuição de bens e circulação das mercadorias. Propõem um desenvolvimento econômico feito através do uso de bens e recursos comuns e naturais. Seu estudo sobre os ecossistemas florestais aborda diversos aspectos relacionados às ameaças enfrentadas e as medidas de conservação e manejo que podem ser adotadas para a proteção e preservação desses ambientes tão importantes para o equilíbrio do planeta e a manutenção da vida na Terra.

Esses ecossistemas desempenham um papel crucial na conservação da biodiversidade, abrigando uma enorme variedade de espécies vegetais e animais. Além disso, contribuem para o ciclo de nutrientes, promovendo a reciclagem de materiais e a fertilidade do solo. Também desempenham um papel essencial na regulação do clima, atuando como sumidouros de carbono e reduzindo o aquecimento global.

¹¹ Elinor Ostrom (2022) foi uma economista e estudiosa norte-americana, conhecida, principalmente, por seu trabalho ligado a instituições, política e meio ambiente. Sua linha de pesquisas foi voltada no modo como a relação, através de arranjos institucionais, entre homens e ecossistemas, evoluiu ao longo dos anos, incluindo em como se dá o impacto da globalização neste processo.

Compreender sua importância é essencial para a tomada de decisões e a implementação de medidas de conservação adequadas. Tal estudo investigou suas características e funções, além de buscar compreender as ameaças que esses ecossistemas enfrentam, como o desmatamento, a exploração madeireira excessiva, a fragmentação do habitat e os incêndios florestais.

Vale lembrar que, quando temos um ambiente ameaçado, toda a cadeia produtiva também fica comprometida, especialmente no que se refere a produção de alimentos saudáveis para a garantir da segurança alimentar. Durante o governo Bolsonaro, houve um aumento significativo do desmatamento na Amazônia e um enfraquecimento nevrálgico dos órgãos de fiscalização.

Em 2021, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) registrou o maior índice de desmatamento dos últimos 15 anos, atingindo 13.235 km² entre agosto de 2020 e julho de 2021. Este foi o maior índice registrado desde 2006, representando um aumento significativo em comparação com anos anteriores. A destruição da floresta foi impulsionada principalmente pela exploração ilegal de madeira, pela expansão agropecuária e pela mineração ilegal, atividades que aumentaram devido à falta de fiscalização eficaz e ao enfraquecimento das políticas ambientais durante o governo Bolsonaro.

Quanto ao enfraquecimento dos órgãos de fiscalização, destaca-se o fato de que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) sofreu cortes orçamentários e interferências políticas que dificultaram a fiscalização ambiental. A seguir, estão descritos alguns dos principais eventos e decisões que dificultaram a atuação do IBAMA. Em 2019, o orçamento do IBAMA foi reduzido drasticamente, afetando a capacidade de operação e fiscalização. Em 2020, houve uma redução de cerca de 34% no orçamento do Ministério do Meio Ambiente, o que impactou diretamente os recursos destinados ao IBAMA. Em 2021, o orçamento aprovado para o IBAMA foi novamente reduzido, dificultando ainda mais suas operações de fiscalização. O orçamento aprovado para o órgão foi de R\$ 1,7 bilhão, valor considerado insuficiente para cobrir todas as necessidades operacionais.

Além dos cortes diretos, parte dos recursos orçamentários do IBAMA foi contingenciada, ou seja, bloqueada temporariamente pelo governo, o que limitou a execução de diversas atividades programadas, incluindo operações de fiscalização e combate ao desmatamento ilegal.

Também as obras de Ulrich Beck (1995), um dos principais sociólogos

alemães, tratam dos desafios da contemporaneidade e dos riscos que uma nova modernidade impõe sobre a sociedade. Ao falar dos problemas ambientais ao qual o planeta está submetido, ele afirma: “É uma crise da própria sociedade industrial, afetando profundamente os alicerces das instituições; riscos são industrialmente produzidos, economicamente externalizados, juridicamente individualizados, e cientificamente legitimados” (Beck, 1995, p. 127).

O sociólogo fala da relação da crise ambiental com questões de cunho político, afirmando ser, na realidade, uma crise institucional da sociedade industrial, resultado da transformação dos efeitos colaterais secundários da produção industrial em questões globais de potencial explosivo (Beck, 1995, p. 2). Em 2010, o autor trabalhou o processo de modernização, que aprofunda as desigualdades:

Em tais circunstâncias, na sociedade da escassez, o processo de modernização encontra-se e consuma-se sob a pretensão de abrir com as chaves do desenvolvimento científico-tecnológico os portões que levam às recônditas fontes da riqueza social. Essas promessas de libertação da pobreza e da sujeição imerecidas estão na base da ação, do pensamento e da investigação com as categorias da desigualdade social, abarcando, na verdade, desde a sociedade de classes, passando pela sociedade estratificada, até a sociedade individualizada (Beck, 2010, p. 24).

Os projetos do MST, na sua essência, apresentam a possibilidade de uma nova economia, baseados em princípios da solidariedade, em que a riqueza produzida através do trabalho não se originou da extração da força do trabalho do outro, que, por sua vez, não usufrui das riquezas produzidas. Trata-se de conceber uma nova forma de organizar o trabalho, algo que não é novo, mas uma gestão do trabalho que o capitalismo ignorou.

Karl Marx (1978, p. 29) descreve uma concepção de trabalho como “uma condição natural eterna da existência humana”, na qual “o processo de trabalho não é outra coisa senão o próprio trabalho, visto no momento de sua atividade criadora”. Para o autor, esse processo consiste em pressupostos da produção material, a natureza e o homem, assim sendo, a produção se dá através desses dois elementos: os meios de produção e os trabalhadores. No entanto, “tanto um como outros são unicamente, enquanto se encontram separados, fatores potenciais de produção”, afirma Marx (1959, p. 37) “distinguem as diversas épocas econômicas da estrutura social”. Ainda segundo o teórico:

Os momentos gerais do processo de trabalho, por conseguinte, são independentes de todo desenvolvimento social determinado. Assim, sendo os meios e materiais de trabalho, dos quais uma parte é já produto de trabalhos precedentes, desempenham seu papel em todo processo de trabalho, em qualquer época e sob quaisquer circunstâncias (Marx, 1978, p. 29).

Alinhado ao pensamento de Marx, um outro referencial teórico deste estudo é o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes, defensor incondicional do socialismo e uma referência para o MST, enquanto intelectual, político e militante socialista que, na mística do movimento, ressalta o valor real do sonho para que exista a revolução:

Quanto ao “sonho”, o que se deve dizer é que sem sonhos políticos realistas não existem nem pensamento revolucionário nem ação revolucionária. Os que não “sonham” estão engajados na defesa passiva da ordem capitalista ou na contrarrevolução prolongada (Fernandes, 1984, p. 111).

As obras de Florestan Fernandes mostram a necessidade de militantes socialistas atuarem firmemente em sua luta política basicamente em duas frentes populares: da revolução dentro da ordem, assumindo aquelas lutas de interesse popular que a burguesia abandonou, como a reforma agrária, a reforma urbana, a reforma educacional, e da revolução contra a ordem, isto é, socialista (Bogo, 2009, p. 2).

Na busca por novos modelos de economia para a sociedade brasileira, com características diferentes da capitalista, considerando as sucessivas crises do capital provocadas por ela própria, o estudo toma por base a teoria do sociólogo marxista brasileiro Michel Löwy (2009), que atribui essas crises ao modelo capitalista/industrial pautado na exploração do trabalho e da natureza:

As atuais crises econômica e ecológica são parte de uma conjuntura histórica mais geral: estamos enfrentando uma crise do presente modelo de civilização, a civilização ocidental moderna capitalista/industrial, baseada na expansão e acumulação ilimitada de capital, na “mercantilização de tudo”, na intensa exploração do trabalho e da natureza, no individualismo e competição brutais, e na destruição massiva do meio ambiente. A crescente ameaça de ruptura do equilíbrio ecológico aponta para um cenário catastrófico - o aquecimento global - que coloca em perigo a sobrevivência mesma da espécie humana. Enfrentamos uma crise de civilização que demanda uma transformação radical (Löwy, 2009, p. 50).

Para os militantes do MST, essa transformação radical apontada por Löwy faz-se presente na proposta lançada em 2020, no plano de reforma agrária popular¹², através de iniciativas de solidariedade pautadas num projeto que organiza a proposta de uma rcom ênfase na partilha da terra e na produção de alimentos saudáveis, buscando geração de emprego e renda, responsabilidade ambiental e educação. Tal proposta provoca indagações passíveis de serem investigadas pelas Ciências Sociais, fazendo questionar o lugar do capital no cotidiano das pessoas numa sociedade de consumo:

[...] os modelos de produção e consumo dominante em nossas sociedades estão provocando um processo de devastação ambiental avassalador e que compromete a própria vida na terra. Os benefícios da riqueza mundial estão cada vez mais concentrados e condenam milhões à miséria extrema e à total ausência de oportunidades (Santos, 2015, p. 25).

Santos sugere que os sistemas de produção e consumo predominantes em nossas sociedades estão causando uma destruição ambiental significativa, colocando em risco a própria existência da vida na Terra. Além disso, ressalta que os benefícios da riqueza global estão cada vez mais concentrados nas mãos de poucos, aumentando a miséria extrema e privando milhões de pessoas de oportunidades para melhorar suas condições de vida. O autor enfatiza o impacto negativo desses modelos econômicos no meio ambiente e na desigualdade social.

Para Löwy (2005), não importam o lugar e as condições, o capital sempre buscará a concentração de poder e privilégio como forma de garantir sua sustentação. Deste modo:

Se a crítica do capital guarda todo o seu valor, é antes de tudo porque a realidade do capitalismo, como sistema mundial, apesar das mudanças inegáveis e profundas que ele conheceu depois de um século e meio, continua a ser aquela de um sistema baseado na exclusão da maioria da humanidade, a exploração do trabalho pelo capital, a alienação, a dominação, a hierarquia, a concentração de poderes e de privilégios, a quantificação da vida, a reificação das relações sociais, o exercício institucional da violência, a militarização, a guerra (Löwy, 2000, p. 61).

¹² O Plano de Reforma Agrária Popular foi apresentado pelo MST durante a crise da Covid-19 no Brasil, com ênfase na descentralização e partilha da terra, produção de alimentos saudáveis, equilíbrio do meio ambiente, geração de trabalho e renda e educação (MST, 2022).

Esses referenciais teóricos foram fundamentais para a construção de um estudo que permita pensar numa nova economia, fundada nos princípios da solidariedade, conforme a proposta do MST. Isso não é novo, já Milton Santos (2014, p. 8) já falava sobre a solidariedade dentro do campo das Ciências Sociais:

Busca-se apresentar a questão da solidariedade sob a perspectiva da complexidade, fazendo análise transversal que tenta abarcar o fenômeno sob diferentes olhares. Nesse sentido, houve um esforço para entender a solidariedade dentro da perspectiva biológica, mais especificamente da sociobiologia e também sua interpretação dentro das ciências sociais.

As abordagens apresentadas foram fundamentais para traçar um caminho metodológico face ao objeto da pesquisa apresentada, ou seja, a relação entre as experiências cooperativas do MST e o financiamento FINAPOP, especificamente nos assentamentos Eli Vive e Dorcelina Folador, territórios da reforma agrária no norte do Paraná.

Sobre a questão da terra, há também a contribuição do sociólogo brasileiro, o intelectual José de Souza Martins (1996), que trabalha o conceito de produção capitalista de relações não capitalistas, especificamente na questão agrária brasileira.

A sociologia de Martins (1996) sobre o mundo rural remete a antigas relações sociais que, estando submetidas à reprodução do capital, também geram relações de cunho não capitalistas. O sociólogo brasileiro, conhecido por sua abordagem crítica ao sistema capitalista e suas implicações na sociedade, aborda diversos aspectos das relações sociais que se opõem ao modelo capitalista. Martins destaca a importância das relações de solidariedade, cooperação e reciprocidade que existem em diferentes esferas da vida social, sem estarem sujeitas à lógica de acumulação e competição característica do capitalismo. Ele argumenta que é necessário valorizar e fortalecer essas relações para construir uma sociedade justa e igualitária. Um exemplo das relações não capitalistas abordadas por Martins é a economia solidária, que se baseia na cooperação e no compartilhamento de recursos entre os membros de uma comunidade ou grupo de trabalho. Ele analisa experiências de cooperativas, associações e movimentos sociais que buscam formas alternativas de produção, consumo e distribuição de bens e serviços, baseadas na colaboração e no benefício mútuo.

Martins também aborda as relações de reciprocidade presentes em diferentes contextos, como nas redes de ajuda mútua entre vizinhos, famílias e comunidades.

Destaca como essas relações promovem a solidariedade e a construção de laços sociais mais fortes, que se contrapõem à lógica individualista e competitiva do capitalismo. Essas reflexões sobre as relações não capitalistas têm como objetivo contribuir para a compreensão das dinâmicas sociais e propor alternativas ao modelo predominante.

As obras de José de Souza Martins são relevantes para a resolução dos problemas levantados nesta pesquisa, uma vez que o sociólogo faz uma importante análise crítica do processo entre a luta pela terra e a proposta de reforma agrária mantida pelo Estado brasileiro, dentro do modelo capitalista. Martins discute o problema do camponês, considerando que o capitalismo é constituído de partes distinta sem conflitos, com contradições e incoerências, e a luta pela terra por parte desses sujeitos passa por essas mediações, conforme descreve Soto (2003, p. 189):

Na sua visão, o camponês é recriado através das mediações próprias da sociedade capitalista, especificamente da “renda territorial capitalizada”, da “propriedade privada da terra”, da distinção entre “terra de trabalho e terra de negócio”. A renda da terra constitui-se em mediação entre as atividades produtivas do camponês e as necessidades da reprodução ampliada do capital. Portanto, como indica Martins, o que define as relações sociais como capitalistas é a mediação da renda capitalizada.

Para José de Souza Martins, a reforma agrária é um processo de redistribuição de terras que visa combater a concentração fundiária e promover a justiça social no campo. Ao longo da história do Brasil, a luta pela reforma agrária tem sido uma questão central para os movimentos sociais e para a busca por um desenvolvimento rural sustentável. Para o autor, a reforma agrária é um conjunto de políticas públicas que visam promover a democratização do acesso à terra, garantindo que ela cumpra sua função social. A redistribuição de terras busca proporcionar condições para que agricultores familiares e camponeses¹³ possam produzir, viver e desenvolver suas atividades de forma sustentável.

O marxista italiano Antônio Gramsci desenvolveu o conceito de hegemonia, que se refere ao domínio de uma classe social sobre as ideias, os valores e as instituições

¹³ O termo *camponês* é amplo e abrange não apenas agricultores familiares, mas também trabalhadores rurais e pequenos proprietários que vivem em áreas rurais. Os camponeses podem ser agricultores familiares, mas também aqueles que trabalham em terras que não são suas, ou que têm uma relação mais complexa com a terra e o modo de vida rural. O conceito de camponês muitas vezes está associado a uma identidade cultural e social, englobando aspectos de luta por direitos, tradição e formas de organização social.

de uma determinada sociedade. A hegemonia é fundamental para a manutenção do poder e para a reprodução das relações sociais existentes. No contexto do sistema financeiro de capitais, a noção de hegemonia de Gramsci pode ser aplicada para compreender como as instituições financeiras e os interesses das elites dominantes exercem sua influência sobre a economia e determinam as políticas de crédito. Essa influência pode ser invisibilizada, ou seja, passar despercebida pela maioria da população, o que acaba reforçando as desigualdades e impedindo a abertura de crédito para projetos populares, como os financiamentos de projetos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A base teórica de Gramsci se torna relevante para entendermos como o sistema financeiro de capitais, por meio de sua hegemonia, estabelece critérios e modelos de financiamento que excluem ou limitam as possibilidades de concessão de crédito para projetos populares, como os do MST. Essa hegemonia é fortalecida pela capacidade das elites dominantes de impor suas visões e interesses como sendo os únicos legítimos, através da influência nas instituições financeiras, nos meios de comunicação e na política. Portanto, ao discorrer sobre a hegemonia no sistema financeiro de capitais, a teoria de Gramsci fornece um quadro analítico para entender como a invisibilização das possibilidades de abertura de créditos populares ocorre, prejudicando movimentos como o MST, que buscam transformar as estruturas econômicas e promover a democratização da economia.

Na perspectiva gramsciana, a hegemonia pode e deve ser preparada por uma classe que lidera a constituição de um bloco histórico para articular e dar coesão a diferentes grupos sociais em torno da criação de uma vontade coletiva (Gramsci, 2002, v. 6, p. 17). O teórico define esse pensamento como “consciência operosa da necessidade histórica”, ou seja, uma consciência coletiva que se constrói a partir de necessidades historicamente construídas:

É na práxis política que as classes subalternas podem expressar aspirações para além de seus pleitos particulares, com o propósito de fazer prevalecer seus pontos de vista. É na “passagem do momento meramente econômico (ou egoístico passional) ao momento ético-político” (Gramsci, 1999, p. 314-315) que as necessidades econômicas mais imediatas devem ser suplantadas em favor de um projeto de dimensão universal, capaz de fixar uma direção moral e intelectual que venha a ser acatada pela sociedade como um todo (Coutinho, 2011, p. 192).

Desta forma, é possível considerar a hipótese de que as cooperativas do MST financiadas pelo FINAPOP podem se configurar como uma contra-hegemonia na perspectiva de Antonio Gramsci, uma vez que esse conceito de hegemonia elaborado por ele se refere à capacidade de uma classe dominante impor sua visão de mundo, seus valores e interesses à sociedade como um todo. No entanto, o autor também defende a possibilidade de as classes subalternas criarem uma contra-hegemonia, desafiando a dominação existente e lutando por transformações sociais.

As cooperativas do MST financiadas pelo FINAPOP podem ser entendidas como uma forma de resistência e luta das classes trabalhadoras rurais contra o domínio do sistema capitalista no campo. Essas cooperativas buscam promover a justiça social, a igualdade e a sustentabilidade e podem desafiar o modelo tradicional do agronegócio concentrado no poder do latifúndio.

É importante ressaltar, no entanto, que a busca pela soberania no campo não é uma tarefa simples. O poder do agronegócio e a estrutura de dominação do sistema capitalista são fortes e profundamente enraizados. Além disso, a viabilidade e o impacto das cooperativas do MST financiadas pelo FINAPOP como um modelo contra hegemônico também dependem de diversos fatores socioeconômicos, políticos e culturais. A teoria de Gramsci oferece uma abordagem analítica útil para examinar o potencial das cooperativas do MST financiadas pelo FINAPOP como uma forma de resistência e desafio à dominação existente.

1.1 A RENDA DA TERRA SOB AS LENTES DE KARL MARX E JOSÉ DE SOUZA MARTINS

Ao conhecer e aprofundar o FINAPOP, um modelo de financiamento para projetos populares para a agricultura familiar, especialmente para as cooperativas do MST, percebeu-se uma relação com as teorias sobre renda da terra, percorrida por Karl Marx (1985), no livro 3 de “O Capital”. Entender que, para que os trabalhadores nos territórios da reforma agrária possam extrair a renda do campo, necessitam, assim como outros produtores e o agronegócio, de acesso ao crédito para preparar a terra, plantar, escoar os produtos e comercializá-los. Porém, as condições oferecidas são diferentes e desiguais, tanto pelas dificuldades no acesso ao crédito quanto até mesmo a inexistência dele para essas modalidades de organização no campo.

O modo como Marx (1985) desenvolveu sua teoria sobre a renda da terra aponta para o domínio capitalista, da apropriação privada; uma acumulação diferente

do que acontece na indústria e no comércio, mas, é, indubitavelmente, fruto das relações capitalistas. Marx analisa que a renda da terra é a forma mais antiga de renda e que está intrinsecamente ligada à propriedade privada da terra. Tece críticas à ideia de que a renda fundiária é uma recompensa para a produtividade e investimento dos proprietários de terras, argumentando que se refere a um mecanismo de transferência de riqueza dos trabalhadores para os seus proprietários.

Marx discute a diferença entre a renda da terra absoluta¹⁴ e a renda da terra diferencial¹⁵, sendo primeira uma renda fixa que os proprietários de terras recebem dos arrendatários, independentemente da produtividade do solo.

Por outro lado, a renda da terra diferencial surge da diferença de produtividade entre diferentes terras, em que os proprietários se beneficiam do trabalho excedente produzido pelos trabalhadores, contribuindo para a acumulação de capital nas mãos dos proprietários de terras, enquanto os trabalhadores permanecem empobrecidos e sem acesso a um pedaço de chão.

No livro 3 de “O Capital”, Marx (1985, p. 137): aponta que:

[...] há três erros principais que é preciso evitar ao abordar a renda fundiária, pois dificultam a análise, sendo o primeiro deles: Qualquer que seja a forma específica de renda, todos os seus tipos têm em comum: a apropriação da renda é a forma econômica em que a propriedade fundiária se realiza, e, por sua vez, a renda fundiária pressupõe propriedade fundiária, propriedade de determinados indivíduos sobre determinadas frações do globo terrestre.

Marx ressalta que, independentemente da forma específica de renda, todas têm em comum a apropriação da renda como forma econômica em que a propriedade fundiária se realiza. Ele aponta que a renda fundiária pressupõe a existência da propriedade fundiária, ou seja, a propriedade de determinados indivíduos sobre determinadas áreas de terra. Marx argumenta que não importa se o proprietário é representante da comunidade, como na Ásia ou no Egito, ou se a propriedade fundiária é apenas um tributo acidental de certas pessoas sobre os produtores diretos,

¹⁴ A renda absoluta é o excedente do valor sobre o preço geral de produção, criado na agricultura em consequência de uma composição orgânica do capital mais baixo, relativamente a indústria, e do qual se apropriam os donos das terras em virtude da propriedade privada da terra (Renda [...], 1961).

¹⁵ A renda diferencial é o excedente de lucro sobre o lucro médio, excedente auferido nas economias onde são mais favoráveis as condições de produção; a renda diferencial representa a diferença entre o preço geral de produção, determinado pelas condições de produção nas piores áreas de terra, e o preço individual de produção nas terras melhores e médias (Renda [...], 1961).

como no sistema escravocrata ou de servidão. Pode ser pura propriedade privada de não-produtores sobre a natureza, como um título de propriedade sobre o solo. Destaca que, em certos casos, essa relação com a terra pode ser compreendida diretamente na apropriação e produção dos produtos de determinadas frações de terra pelos produtores diretos, como no caso de colonos e pequenos proprietários¹⁶ camponeses, no entanto, o denominador comum dessas diferentes formas de renda é a realização econômica da propriedade fundiária, uma ficção jurídica pela qual diversos indivíduos possuem exclusividade sobre determinadas partes do globo terrestre.

O segundo erro apontado por Marx (1985, p. 137) consiste em afirmar que toda renda fundiária é mais-valia:

Toda renda fundiária é mais-valia, produto de mais-trabalho. Ela é diretamente mais-produto mesmo em sua forma menos desenvolvida, a renda em espécie. Daí o erro de que a renda corresponde ao modo de produção capitalista, que sempre é excedente sobre o lucro, ou seja, sobre parte do valor da mercadoria que consiste, ela mesma, em mais-valia (mais-trabalho) – que essa parte especial e específica da mais-valia seja explicada ao se explicar as condições gerais de existência da mais-valia e do lucro.

Marx afirma que renda fundiária é produto de mais-trabalho. Isso significa que a renda fundiária é uma forma de apropriação que resulta do desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas. Ela surge a partir do monopólio privado da terra, que permite aos proprietários cobrarem uma renda dos agricultores. Essa renda é uma parte excedente do valor produzido, ou seja, é uma forma de exploração do trabalho dos trabalhadores agrícolas. Marx também destaca que a renda fundiária é frequentemente considerada como um fenômeno natural e inevitável, o que ele chama de "erro". Para Marx, a renda fundiária não é um resultado natural, mas sim uma expressão das desigualdades criadas pelo sistema capitalista, uma parte integrante de um sistema de exploração.

Por fim, o terceiro erro atribuído por Marx (1985, p. 140):

¹⁶ Os colonos são geralmente pessoas que se estabelecem em uma nova terra, muitas vezes em áreas que estão sendo desenvolvidas ou colonizadas, e podem não ter a propriedade da terra que ocupam. Eles podem trabalhar a terra em troca de um arrendamento ou como parte de um sistema de trabalho. Por outro lado, pequenos proprietários são aqueles que possuem a terra que cultivam, e, portanto, têm mais controle sobre o modo de utilizá-la e de colher os frutos de seu trabalho.

Se, portanto, por um lado, em vez de se explicar a renda, se explica a mais-valia ou, numa versão ainda mais simplória, o mais-produto em geral, por outro lado comete-se aqui o engano de atribuir com exclusividade aos produtos agrícolas um caráter que corresponde a todos os produtos enquanto mercadorias e valores. Isso é ainda mais superficial quando se volta da determinação geral do valor para a realização de determinado valor-mercadoria. Toda mercadoria só pode realizar seu valor no processo de circulação, e se ela o realiza até que ponto o realiza depende das condições de mercado.

Ao falar do terceiro erro, Marx argumenta que a renda fundiária não é uma fonte criadora de riqueza porque não envolve processo produtivo real. Em vez disso, a renda fundiária é uma forma de exploração econômica na qual os proprietários de terras obtêm uma porção dos lucros gerados pelos trabalhadores nas atividades agrícolas. Marx enfatiza que toda mercadoria só pode realizar seu valor no processo de circulação e que a realização do valor de uma mercadoria depende das condições do mercado, destacando que a renda fundiária não é uma fonte produtiva, porque a valorização do valor fundiário depende do mercado, e não da produção ou do processo de trabalho.

A teoria da renda da terra possui uma relevância central no pensamento de Karl Marx. A apropriação privada da terra e a exploração da força de trabalho são fundamentais para entender o funcionamento do capitalismo. A renda da terra é uma das formas de exploração que contribui para a acumulação de capital pelos proprietários de terras. Nesse sentido, a análise da teoria da renda fundiária proporciona uma compreensão mais ampla das dinâmicas econômicas e sociais do sistema capitalista.

A obra de Karl Marx sobre a teoria da renda da terra foi escrita no século XIX, em meio a um contexto histórico marcado pelo surgimento e consolidação do capitalismo como modo dominante de produção. Foi também uma época de intensa discussão e debate acerca das condições socioeconômicas, o que influenciou a produção teórica de Marx. Sua principal contribuição nesse debate é compreender as relações de poder e exploração presentes na sociedade capitalista, mostrando como a propriedade fundiária afeta a distribuição de riqueza e a formação das classes sociais, contribuindo para uma crítica ao sistema econômico vigente.

Para Marx (1984), a renda da terra dominada pelos capitalistas consiste numa porção da mais-valia extraída dos trabalhadores, uma porção que trata da valorização da transformação da propriedade como meio de acumulação, é a valorização de um

bem natural escasso, que é a terra. A renda da terra na perspectiva capitalista é entendida como parte da mais valia, um excedente sobre o lucro. Nesse estudo em torno da luta pelo direito à terra, feita pelos trabalhadores do MST, é necessário estabelecer a dinâmica da terra concentrada no poder econômico e nos processos da distribuição de mais valia entre seus pares nas diferentes escalas de produção de capital, incluindo o setor industrial, o sistema financeiro, as relações do mercado externo e interno e a lutas da classe trabalhadora, expropriada de seus direitos.

Para Marx (1984), extrair a renda da terra é algo por demais difícil para os pequenos proprietários, uma vez que estes necessitam de melhorias na propriedade, garantir a permanência na terra e, ao mesmo tempo, aplicar o capital. De longe detêm a mesma condição que os grandes proprietários, até porque são estes que regulam o mercado de preço. Marx (1984, p. 72) afirma que:

[...] o pequeno proprietário fundiário que trabalha para si próprio encontra-se, dessa maneira, diante do grande proprietário fundiário na mesma relação de um artesão que possui um instrumento próprio, para com o dono da fábrica. A pequena posse fundiária tornou-se mero instrumento de trabalho. A renda da terra desaparece, totalmente para o pequeno possuidor fundiário; permanece-lhe, no máximo, o juro do seu capital e seu salário.

Com essa analogia, entende-se que uma grande fatia das propriedades está sob o domínio de capitalistas que, por sua vez, são os proprietários de terra, fazendo com que, por meio da renda da terra, desapareça a diferença entre capitalistas e proprietários da terra conforme a distinção de Marx (1985), permanecendo em destaque somente duas classes, conforme aponta o brasileiro, José de Souza Martins (1996) na obra "O Cativo da terra". Assim, o proprietário fundiário, que extrai a renda, e o capitalista, que vive da extração do lucro, se confundem numa mesma pessoa, em contraponto com os trabalhadores que vivem do salário advindo da venda da força do trabalho.

1.2 RENDA DA TERRA PARA MARX É EXPRESSÃO DE DESIGUALDADES CRIADA PELO SISTEMA CAPITALISTA; PARA MARTINS, É A PERPETUAÇÃO DO CATIVEIRO DA TERRA PARA OS TRABALHADORES

Martins (1996) aborda a questão do proprietário fundiário e do capitalista, de forma que essas duas figuras são responsáveis pela manutenção de um sistema desigual e opressor, que perpetua a condição de cativo para os trabalhadores rurais. Ele argumenta que o proprietário fundiário detém grande poder sobre a terra, sendo responsável por sua posse e controle, explorando os trabalhadores rurais, que geralmente não possuem outro meio de subsistência além do trabalho na terra, e estabelece relações de dominação e dependência. Da mesma forma, o capitalista é caracterizado como alguém que busca o lucro, utilizando-se dos meios de produção e dos trabalhadores para maximizar seus ganhos.

O autor destaca como o capitalismo, sobretudo na zona rural, explora tanto a força de trabalho dos trabalhadores quanto os recursos naturais disponíveis. Martins argumenta que ambos se complementam e se beneficiam mutuamente, mantendo uma estrutura desigual e excludente. Enfatiza como essa dinâmica alimenta a pobreza e mantém os trabalhadores rurais aprisionados em uma situação de submissão (cativo). O autor também discute como a relação entre proprietários fundiários e capitalistas influencia as políticas públicas e a ação do Estado. Ele aponta a influência dessas classes dominantes na formação das leis e na gestão da terra, perpetuando a desigualdade de poder e a concentração de terras nas mãos de poucos.

No caso do Brasil, esses proprietários de terras diversificam a produção e os investimentos, incorporando-se a empresas nacionais ou ao mercado internacional, ou mesmo ampliando significativamente suas quantidades de terras, mantendo sob seu domínio o controle da esfera produtiva em toda a escala, da produção primária até os empreendimentos e controle financeiro, de modo que o capital aumente significativamente.

A discussão gira em torno da necessidade da extração de renda a ser obtida pelos trabalhadores assentados que, diferentemente da forma dos capitalistas ou dos arrendatários, vem do esforço e gasto de energia, de trabalho que, na maioria das vezes, é braçal, na resistência na fixação no campo para se ter acesso a uma porção de terras, libertando-se da insegurança de não se ter lugar para morar.

O modo de produção capitalista parte do pressuposto de que os trabalhadores

do campo recebam salários e prestem serviços ao capitalista arrendatário, que vive da exploração do capital através da renda da terra. Porém, o capitalista arrendatário remunera ao dono da terra, que é o proprietário fundiário pelo direito de explorá-la. Os valores são previamente definidos por contratos, portanto “a renda fundiária se apresenta como certa soma de dinheiro que o proprietário da terra recebe anualmente mediante o arrendamento de um pedaço do globo terrestre” (Marx, 1985, p. 129).

Com o surgimento do arrendatário capitalista entre o proprietário capitalista e o agricultor que realmente trabalha rompem-se todas as relações que se originaram do antigo modo de produção rural. O arrendatário se torna o comandante efetivo desses trabalhadores agrícolas e o verdadeiro explorador do mais-trabalho deles, proprietário da terra só mantém relação direta, ou seja, mera relação monetária e contratual para com esse arrendatário capitalista. Com isso também se transforma a natureza da renda [...]. Da forma normal da mais valia e do mais-trabalho ela acaba reduzindo-se a um excedente desse mais-trabalho sobre a parte do mesmo que passa a ser apropriado sob forma de lucro pelo capitalista explorador; assim também o mais trabalho, lucro e excedente sobre o lucro agora extraídos dele, passa a ser apropriado na forma de mais-produto total e transformado em dinheiro. Só uma parte excedente ele ainda deixa como renda ao proprietário da terra, uma parte dessa mais-valia extraída graças a seu capital pela exploração direta do trabalhador rural (Marx, 1985, p. 257).

Marx (1984) afirma que o alimento extraído da terra supre as necessidades para garantir a subsistência do trabalho ali empregado, da mesma forma supre o necessário para repor o ganho do capital empregado e, ainda, fica a renda que é concedida ao proprietário fundiário, que, por sua vez, em nada contribuiu para que a renda da terra fosse extraída, o que revela, os interesses opostos entre o proprietário da terra e os trabalhadores e a sociedade, haja vista que, para suprir as exigências de renda do proprietário fundiário, o arrendatário vai tirar esse capital de algum lugar, podendo, inclusive, e é isso o que ocorre, rebaixar os salários dos trabalhadores como forma de alimentar o contrato entre o capitalista fundiário e o arrendatário fundiário, mantendo uma equivalência entre essas duas classes.

Quanto aos trabalhadores do campo, resta-lhes ampliar a carga de trabalho como forma de aumentar o lucro e a renda das duas classes dominantes, em troca de um salário. Dessa forma, se configura o fundamento da sociedade capitalista que, na cidade e no campo, se sustenta na separação total dos trabalhadores dos meios de produção, dispondo unicamente de sua força de trabalho, utilizada para garantir sua

reprodução social, uma vez expropriados da terra e dos meios de produção.

Marx (1985), ao analisar a renda da terra, indica também outras formas de reprodução de relações de produção estabelecidas no campo, se referindo a “rendas não capitalistas da terra”, a trabalho, produtos e dinheiro, de forma que a terra passa a ser considerada como produto do poder da natureza (Marx, 2004, p. 62), da qual proprietário fundiário permite o uso por um determinado período ao arrendatário, podendo estabelecer preços contratuais a depender da extensão e fertilidade da terra. Entretanto, a fertilidade e os cuidados com a terra não dizem respeito ao proprietário, mas ao arrendatário que paga pelo uso da terra, o que nos leva a concluir que quem detém o monopólio agrário nada tem a ver com as melhorias produzidas nessas terras, “não lhe custa nem trabalho, nem cuidado” (Marx, 2004, p. 63).

Por outro lado, José de Souza Martins aborda o conceito de produção capitalista e de relações não capitalistas por meio de uma análise da realidade social e econômica do Brasil rural. Para Martins, a produção capitalista é caracterizada pelo processo de valorização do capital, onde o foco principal é obter lucro a partir da exploração do trabalho. Nesse sentido, o autor destaca como as grandes propriedades tornaram-se um exemplo de produção capitalista, onde os latifúndios são utilizados para a criação de grandes plantações, voltadas principalmente para a exportação. Ao longo da obra, discute a existência de relações não capitalistas no campo brasileiro, onde ainda existem formas de trabalho e produção que não seguem a lógica do capital, incluindo agricultores familiares, comunidades tradicionais e indígenas.

Essas relações não capitalistas estão baseadas em outras lógicas, como a produção para o consumo próprio, a troca de produtos entre vizinhos ou a manutenção de práticas culturais e modos de vida tradicionais. O autor enfatiza a importância de reconhecer e preservar essas formas de produção não capitalistas, destacando sua relevância social, cultural e ambiental.

Dessa forma, ao analisar a obra “O cativo da terra”, de José de Souza Martins (1996), é possível entender o conceito de produção capitalista como o modelo predominante de exploração do campo, baseado na busca pelo lucro e na valorização do capital. Já as relações não capitalistas são apresentadas como formas alternativas de produção e convivência, ainda presentes no Brasil rural, que se baseiam em outras lógicas e têm características distintas do modo capitalista.

Os elementos que compõem a teoria da Renda da Terra, de Karl Marx tornam-

se imprescindíveis para compreender o processo de acumulação do capital historicamente construída na questão agrária do Brasil, colocando a terra como mercadoria, permitindo sob ela apropriação de uma renda futura, substituindo o trabalho por mais valia como forma de manter a mesma renda da terra, através dos contratos estabelecidos.

Para José de Souza Martins (1996), esse é um tema que necessita de uma apropriação sociológica a partir das lutas sociais no campo e de seu significado histórico. Para o autor, a ausência dessa crítica, produz um desencontro entre a luta pela reforma agrária e a luta pela terra, que são diferentes, uma vez que a luta dos trabalhadores pela terra é muito anterior à luta pela reforma agrária (Martins, 1991, p. 12) e possui características próprias. Martins ressalta que a luta pela terra é uma constante na história do Brasil, sendo marcada por conflitos e resistências dos trabalhadores rurais em relação à propriedade da terra. Essa luta por acesso à terra está relacionada não apenas à necessidade de sobrevivência, mas também à busca por autonomia, liberdade e justiça social.

Por outro lado, a luta pela reforma agrária surge como uma demanda mais recente, relacionada à necessidade de se promover uma redistribuição mais igualitária da terra no país. Enquanto a luta pela terra diz respeito aos conflitos e resistências dos trabalhadores rurais em relação à propriedade da terra, a luta pela reforma agrária busca a transformação das estruturas fundiárias e a garantia de condições dignas de vida para esses trabalhadores. No entanto, Martins argumenta que a ausência de uma compreensão sociológica da renda da terra pode levar a um desencontro entre essas duas lutas e destaca a importância de se compreender as relações sociais e históricas que envolvem a renda da terra, de modo a subsidiar a luta pela reforma agrária de forma mais efetiva.

Importante destacar que, para o MST, a terra não é vista como uma mercadoria, mas sim como um patrimônio coletivo e um recurso essencial para a produção de alimentos e a geração de vida digna no campo. A visão de terra como mercadoria é associada ao modelo econômico neoliberal, que a trata como um bem comercializável, sujeito às leis de oferta e demanda. Nesse contexto, a concentração de terras e a especulação imobiliária podem resultar em desigualdades sociais e na exclusão de pequenos agricultores e trabalhadores rurais. O MST critica essa lógica, argumentando que a terra deve ser um bem social e um meio de subsistência, não um ativo financeiro.

Para o MST, o acesso à terra é fundamental para garantir a soberania alimentar e a justiça social. A luta pela reforma agrária é, portanto, uma luta pelo direito à terra para quem vive e trabalha nela, promovendo uma relação mais equitativa e sustentável com os recursos naturais. O movimento defende que a terra deve ser utilizada para a produção de alimentos e para o desenvolvimento das comunidades, e não para a especulação e o lucro de poucos.

Dessa forma, o MST propõe um modelo de agricultura familiar que valoriza o trabalho rural, a agroecologia e a produção de alimentos saudáveis. Essa abordagem contrasta com a visão de grandes empresas agrícolas que priorizam a maximização do lucro e a monocultura, frequentemente em detrimento do meio ambiente e da diversidade cultural.

1.3 RENDA DA TERRA E A AGRICULTURA FAMILIAR

Martins defende que a análise sociológica da renda da terra é fundamental para uma compreensão mais aprofundada das lutas sociais no campo e dos seus significados históricos. Essa compreensão permite uma conexão mais estreita entre a luta pela terra e a luta pela reforma agrária, possibilitando uma atuação mais efetiva na conquista de condições dignas de vida para os trabalhadores rurais.

Dadas as considerações sobre a extração da renda da terra proferida por Karl Marx e José de Souza Martins, estabelecida dentro dos moldes tradicionais do sistema capitalista, cabe apresentar o modo de organização do MST frente à relação com a renda da terra no formato como estão constituídos, ou seja, a agricultura familiar.

Os produtores familiares, organizados ou não em movimento social, incorporam à mercadoria um período de tempo maior que o necessário para a reprodução das condições de produção, porém não retêm o valor atribuído a esse tempo excedente, contribuindo para a valorização do capital em geral. No entanto, o trabalho dispensado à agricultura familiar está voltado para suprir a sociedade como um todo, com alimentos e matérias-primas a custos menores quando comparados ao processo industrializado que, por si só, requer o lucro e a renda da natureza.

Quando uma pessoa, em nossa sociedade, se transforma em proprietária de terra, não detém apenas um direito à propriedade privada. Não apenas se apropria de um bem da natureza que, a rigor, deveria estar a serviço de toda sociedade, para que os frutos de sua produção gerassem mais riqueza e bem-estar para a maioria da população. Na nossa sociedade capitalista, individualista, ser proprietário de terra extrapola o exercício legal de poder explorar e produzir em determinado espaço geográfico, podendo usufruir do resultado do seu trabalho aplicado naquela natureza. A terra em nossa sociedade se transformou numa falsa mercadoria. Pelo conceito da economia política sabe-se que a terra não é um meio de produção. Ela não é fruto do trabalho humano, ela não é trabalho acumulado. Ela é apenas um bem da natureza, como a água, os ventos, o sol que o homem pode, através da força de trabalho, criar benfeitorias, adequar para a produção de bens e consumo, e gerar mercadorias. No entanto a terra é um bem escasso da natureza, ela não se multiplica nem se recria, o homem instituiu a propriedade privada da terra, não como uma mercadoria, mas como forma de garantir para si o direito de auferir os lucros, do resultado da força de trabalho que seria aplicada sobre ela. Ora, se o trabalho aplicado sobre ela pode gerar mercadorias, produtos, e esses produtos os podem garantir lucros, quanto mais terra um proprietário conseguir legalizar, e com isso explorar o trabalho de outros, maiores serão as possibilidades de acumulação (Stédile, 2000, p. 167-168).

A agricultura familiar gesta uma nova forma de se relacionar com a terra e dela extrair a renda. Essa relação está para além da produção agrícola e apresenta estratégias de novas formas de reprodução social. Daí se justifica a organização da agricultura familiar em cooperativas, a exemplo da busca realizada e ora apresentada neste trabalho.

1.4 ENTRE A CRISE E O FINAPOPOP: PESQUISAS EMERGENTES PÓS-PANDEMIA COVID 19

Utilizando-se de uma metodologia baseada em análise qualitativa de bibliografias, fontes documentais e observações participativas, o objetivo foi expor com rigor os problemas a serem investigado, contribuir para descobertas e melhorias de ideias, além de explorar as organizações que se dedicam a práticas éticas no campo das finanças e suas relações com políticas da agricultura familiar, especialmente junto as cooperativas do MST nos assentamentos Eli Vive e Dorcelina Folador no norte do Paraná.

Para tanto, fez-se necessário conhecer as formas de planejamento, execução, gestão e autossustentação desses projetos, além do conhecimento teórico e das concepções sociológicas como forma de responder aos problemas levantados na

pesquisa, a fim de que se obtivesse solidez no resultado apresentado.

Num primeiro momento, o estudo se dedicou a empreender uma busca por bibliografias cujo objeto tenha sido o FINAPOP, bem como pesquisas já defendidas em que houvesse abordagem com o tema FINAPOP. Através dos sites de buscas Google acadêmico, portal periódico da CAPES e *Scielo*, foi possível encontrar uma dissertação, TCCs e artigos relacionados ao FINAPOP, conforme a descrição a seguir:

De autoria de Elizeth Aparecida Carvalho Rodrigues (2022), da Universidade Federal Rural de Pernambuco/Departamento de Economia, bacharelado em ciências econômicas, o TCC com o tema: Investimento com propósito: a captação de recursos no mercado de capitais realizada por cooperativas agrícolas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, aborda a forma como as cooperativas agrícolas ligadas ao MST buscam fontes de financiamento no mercado de capitais. A autora realiza uma análise das estratégias utilizadas pelas cooperativas agrícolas para captar recursos através de investimentos em títulos emitidos no mercado de capitais. Ao longo do artigo, a autora explora o contexto em que as cooperativas agrícolas atuam, destacando a importância do MST na luta pela reforma agrária no Brasil e sua atuação na promoção da agricultura familiar. O estudo também apresenta o mercado de capitais como um meio de obtenção de recursos financeiros para as cooperativas agrícolas, possibilitando a diversificação das fontes de financiamento e ampliando a capacidade de investimento dessas organizações. São abordadas as características dos títulos emitidos pelas cooperativas agrícolas, como as Debêntures de Empresas Agrícolas e as Cédulas de Produto Rural, e são analisados os benefícios e desafios que essas formas de captação de recursos representam para as cooperativas e para o MST.

O graduando em educação no campo pela Universidade Federal da Fronteira Sul *Campus* Laranjeiras do Sul, Elias Abraão Ferreira (2022), desenvolveu o TCC com o tema: O assentamento Rio Perdido: MST e contradições do processo de territorialização camponesa, em que trata da questão do FINAPOP ao analisar o processo de construção do território no Assentamento Rio Perdido, que faz parte do MST. O FINAPOP se mostrou um instrumento utilizado pelo MST para promover a produção agrícola em assentamentos e, conseqüentemente, garantir a autonomia e sustentabilidade dos agricultores familiares. O autor destaca as contradições presentes nesse processo, em que os agricultores buscam estabelecer relações

socioeconômicas diferentes daquelas impostas pelo agronegócio, ressaltando que o FINAPOP permitiu o acesso a recursos, como crédito e assistência técnica, fundamentais para o desenvolvimento da produção agrícola nos assentamentos.

O TCC como tema: Concepção de uma empresa integradora de geração distribuída fotovoltaica para o MST-NE aplicando o modelo de negócios *Canvas*, de autoria de Pâmela Silva de Araújo (2023) do Instituto Federal da Paraíba – João Pessoa, teve como propósito demonstrar a aplicação do modelo de negócios *Canvas*, que é uma ferramenta visual que ajuda a estruturar as principais áreas de um negócio, na concepção de um empreendimento solidário que faz a instalação de usinas fotovoltaicas em assentamentos, agroindústrias e cooperativas do Movimento dos MST. Ao preencher o *Canvas*, foi desenvolvido o plano de negócios para o empreendimento solidário “Sol da Terra”, com o objetivo de ajudar a melhorar as condições de vida das pessoas nesses lugares, fornecendo não apenas energia limpa e renovável e reduzindo a dependência de fontes poluentes, mas também oferecendo capacitação técnica e instruindo a respeito da transição energética e geração distribuída. Essa iniciativa teve a contribuição do FINAPOP.

Outro estudo encontrado nas bibliografias pesquisadas foi o TCC para especialização em agroecossistemas de autoria de Indianara dos Santos Maia (2021), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com o tema: Agricultores assentados de reforma agrária e os canais de comercialização em tempos de pandemia, em que estuda a iniciativa da criação de Loja do Armazém do Campo no município de Cascavel, que tinha a possibilidade de uma parceria com a prefeitura municipal e a Itaipu Binacional, o que não se realizou à época. Diante disso, a Cooperativa de Produção e Comercialização da reforma agrária e Agricultura Familiar (COPCRAF), no seu terceiro ano de funcionamento, com poucos recursos em caixa, decidiu iniciar a construção do Armazém do Campo de Cascavel em um espaço próprio do MST no município. Logo em seguida, surgiu a oportunidade de elaborar um projeto de apoio para financiamento no recém-lançado programa FINAPOP, que possibilitou a COPCRAF um apoio financeiro de R\$ 50.000,00, utilizado parte para investimento e parte como capital de giro para dar continuidade à construção e ao andamento do armazém.

Já o artigo com o tema: A economia solidária como resposta à crise pandêmica e fator de outro tipo de desenvolvimento, de autoria de André Ricardo de Souza e Fausto Augusto Júnior (2021), da Universidade Federal de São Carlos, relata que o

FINAPOP foi uma alternativa de financiamento muito importante para cooperativas de trabalhadores rurais, que antes só tinham a possibilidade de fazer empréstimos pelo Pronaf - Agroindústria, com exigências burocráticas que tornavam o acesso bastante difícil. A proliferação de bancos comunitários e o surgimento do FINAPOP foram fundamentais para o desenvolvimento da economia solidária e para a distribuição de renda no país, pois ajudam a democratizar as finanças. O autor faz uma análise do setor financeiro comparando Brasil com os Estados Unidos de forma analógica. Enquanto no Brasil só existem dez grandes bancos, nos Estados Unidos, o país considerado o mais liberal do mundo, essa quantidade é multiplicada por mil, o que faz muita diferença. Dos cinco maiores bancos, que movimentam 85% das finanças do país - Itaú, Bradesco, Santander, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal - os dois últimos são públicos, mas estão subordinados à lógica dos três primeiros, funcionando em grande medida como instituições financeiras privadas também, o que dificulta o acesso ao crédito aos pequenos empreendimentos e aos trabalhadores da agricultura familiar.

A dissertação de mestrado em Ciência Política com o tema “As finanças solidárias e éticas no Brasil em meio ao domínio financeiro”, de autoria de Daniel Murray de Andrade Chaves (2021), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, analisou brevemente o FINAPOP, como um movimento aparentemente contraintuitivo, pois envolve uma parceria entre fundos de investimento e o MST. Analisa que, diante das condições impostas pelo governo brasileiro aos trabalhadores sem-terra, como a diminuição do orçamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o MST entrou na parceria com o FINAPOP para facilitar o financiamento de suas atividades produtivas. A dissertação produzida realizou uma revisão de literatura sobre financeirização da economia e finanças éticas, além de abordar experiências como a do *Triodos Bank*, FINAPOP e outros agentes de impacto.

A Ascensão do “agronegócio e crise da democracia no Brasil, de Luiz Felipe Ferrari Cerqueira de Farias (2021), da Universidade de São Paulo (USP), se refere a um artigo onde o autor discute a relação entre o avanço do agronegócio no país e a crise da democracia. Ele analisa como a expansão do agronegócio tem impactado a política, o meio ambiente e as relações sociais no Brasil. Para ele, o FINAPOP representa uma das ferramentas de financiamento, que é um dos principais atores desse processo de expansão. O artigo também tece críticas ao modelo de

desenvolvimento baseado no agronegócio, apontando suas consequências negativas, como desmatamento, concentração de terras e desigualdades sociais, apresentando uma das facetas do avanço do agronegócio no Brasil, que é discutido e problematizado pelo autor em relação à crise da democracia.

Além das bibliografias citadas, foram utilizadas referências bibliográficas sobre movimentos sociais, economia solidária, cooperativismo, bem como fontes documentais sobre a história do MST e dos Assentamentos Eli Vive em Londrina-PR e Dorcelina Folador.

O estudo exigiu uma bibliografia que permitisse novas formulações da organização social do MST numa perspectiva econômica, política, social e ambiental pautadas na solidariedade e na organização coletiva de produção e de saberes. No entanto, foi a contribuição dos autores clássicos da sociologia que deu sustentação para essa tese, especialmente Karl Marx, com a teoria sobre a renda da terra (1995), José de Souza em “O Cativo da Terra” (1996), Antonio Gramsci (1975), no sentido de estabelecer uma afirmativa de uma possível contra-hegemonia no tema estudado.

Quanto à metodologia, a tese se pautou pelas referências de Karl Marx (1985), seguindo o método do materialismo histórico dialético, o qual busca compreender a história e entender as relações sociais no capitalismo. Marx considera que a relação entre o ser humano e a terra não é algo divino, mas sim uma construção histórica. Ao abordar a questão do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, o teórico argumenta que a propriedade da terra estabelece as bases econômicas para atender às necessidades da comunidade. Isso requer, previamente, uma compreensão das condições naturais do trabalho, além de uma reflexão sobre a forma como os humanos se posicionam em relação à terra, propósito fundamental para sua existência (Marx, 1985, p. 77).

Dessa forma, a tese foi organizada considerando o contexto histórico em que foi formulada. Isso inclui as relações de classe, as condições econômicas e os conflitos sociais que moldaram a realidade do objeto pesquisado, compreendendo as contradições presentes na sociedade, vistas como motores do desenvolvimento social e histórico.

Outro passo da pesquisa constituiu-se na coleta de dados, composta pela observação por meio da participação em atividades dos assentamentos, eventos externos que envolveram a participação dos assentados do Eli Vive e Dorcelina Folador, a exemplo das jornadas de agroecologia, plantio e distribuição de alimentos

nas periferias de Londrina, feiras agroecológicas, momentos de formação e assembleias. A participação da pesquisadora se deu de forma oficial, previamente combinada com a coordenação, com anotação dos acontecimentos em caderno de campo e registro fotográfico.

Todo o material foi analisado, organizado em arquivos de fácil acesso, enumerado e classificado com rigor para que pudesse ser utilizado com coerência, mantendo o foco da pesquisa no objeto pesquisado.

A pesquisa despendeu tempo para identificar elementos na forma de organização das atividades do Movimento, que possibilitasse relacioná-los com a parte da proposta pedagógica do MST, bem como com o processo de formação dos militantes para a resistência na luta pela terra. Nesse sentido, o fato de ter estado presencialmente nos ambientes onde a prática do MST se realiza provocou, durante a pesquisa, várias alterações, no sentido de correção, aperfeiçoamento e até mudança de perspectiva.

A tese utilizou-se também de um vasto material disponível nas mídias sociais, de entrevistas ofertadas pelos idealizadores do FINAPOP, Eduardo Moreira e João Paulo Pacífico, além de matérias jornalísticas e documentários disponíveis no *Youtube* a respeito do FINAPOP, seu histórico, sua aplicabilidade e perspectivas. Por fim, foram transcritos parte dos diálogos com assentados, dirigentes do MST e coordenadores das cooperativas pesquisadas, coletados em entrevistas realizadas pelo pesquisador Tales Leon Sanches¹⁷, das quais a pesquisadora dessa tese participou conjuntamente,

¹⁷ Tales Leon Biazão Sanches, graduado em Comunicação Social (2017) e em Ciências Sociais (2023), mestrando pelo Departamento de pós-graduação em Administração da UEL, é membro do PRAXIS, projeto vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da UEL. Sua pesquisa também está focada no FINAPOP, motivo pelo qual utilizou-se de parte de suas entrevistas transcritas nessa tese.

CAPÍTULO 2

AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO, AS NOVAS INVENÇÕES DO CAPITAL E A PERSPECTIVA DE UM NOVA ECONOMIA

Seria o FINAPOPOP um modelo de financiamento popular a serviço dos projetos solidários, ou uma nova forma de o capital se renovar, capturando o movimento social? Seria mesmo FINAPOPOP uma alternativa para o movimento sobreviver no contexto de profunda crise da COVID 19 e de um governo como o de Bolsonaro? Ou um modelo de financiamento popular, uma nova forma do capital se renovar para sobreviver num momento de profunda crise mundial?

Há que se contextualizar a profunda a crise pelo qual passou o Brasil nos anos de pandemia da COVID 19, especialmente quando se avalia o contexto vivido pela nação governada por Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), considerando suas escolhas políticas, que não tiveram efeito no combate às desigualdades sociais nem aos riscos sanitários frente à pandemia vivida. Ao contrário, o governo reduziu os incentivos aos pequenos produtores, manteve fundos para o agronegócio e diminuiu o orçamento das políticas públicas voltadas para a segurança alimentar. O governo também aprovou a chamada Lei do Agro (Lei 13.986/2020 de 07 de abril de 2020), que facilitou o acesso a créditos para a burguesia rural¹⁸ e abriu o financiamento do setor para o capital estrangeiro. Essas medidas beneficiaram o agronegócio em detrimento da agricultura familiar, que é responsável por grande parte da produção dos alimentos consumidos pela população brasileira.

Para a agricultura familiar, houve a possibilidade de prorrogar o vencimento de parcelas, a concessão de descontos para quitação e a renegociação de dívidas dos agricultores familiares em casos específicos, no entanto, o governo Bolsonaro vetou parte da Lei 14.048¹⁹, que propunha garantias de créditos em situação de emergência

¹⁸ *Burguesia rural* refere-se a um grupo social que possui e controla a produção agrícola e, em muitos casos, outras atividades econômicas ligadas ao campo, como a pecuária e a exploração de recursos naturais. Esse termo é frequentemente associado a proprietários de terras que, embora estejam localizados em áreas rurais, compartilham características típicas da burguesia urbana, como a busca pelo lucro, a acumulação de capital e a influência nas relações sociais e políticas

¹⁹ Lei 14048/2018: Autoriza a União a pagar auxílio aos agricultores familiares que não tenham recebido o auxílio emergencial. Institui o Fomento Emergencial de Inclusão Produtiva Rural, destinado aos agricultores familiares em situação de pobreza e extrema pobreza. Assegura o recebimento do Benefício Garantia-Safra aos agricultores familiares aptos a recebê-lo durante o estado de calamidade pública. Autoriza a criação de linhas de crédito no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Institui o Programa de Atendimento Emergencial à Agricultura Familiar, para apoiar a geração de renda de agricultores familiares e incentivar a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar. Autoriza, nos casos em que especifica, a prorrogação do vencimento de parcelas, a concessão de rebates e descontos para liquidação e a repactuação de débitos de agricultores familiares (Brasil, 2020).

durante a pandemia da COVID 19 para os agricultores familiares. Além da postura do governo, o *lobby* da bancada do agro no congresso nacional exerceu forte influência sobre as políticas no Brasil. Em pleno estado de incertezas, aproveitou para a liberalização indiscriminada do uso de agrotóxicos, a criminalização dos movimentos sociais do campo e o enfraquecimento da demarcação de terras indígenas e quilombolas. Tudo isso demonstra que o agronegócio é um dos setores que mais influenciou o poder Executivo e Legislativo no Brasil naquele período. A junção do capital industrial com a grande propriedade fundiária forma uma combinação que resulta em estratégia econômica de capital financeiro, em busca de lucro e ampliação da renda da terra.

De acordo com o economista Guilherme Delgado, a economia do agronegócio vai além de uma simples estratégia econômica, pois busca estabelecer uma hegemonia ideológica a partir dos grandes proprietários de terras, das cadeias agroindustriais fortemente conectadas ao mercado externo e das instâncias burocráticas do Estado, que estão relacionadas ao capital e à terra. O objetivo é implementar um projeto específico de acumulação de capital no setor primário. Atualmente, essa estratégia ocupa uma posição central no sistema econômico, em contraste com a função secundária que desempenhava em relação à industrialização no passado. Este sistema é complexo e envolve uma rede de setores interconectados, incluindo a indústria de insumos (como fertilizantes, sementes e máquinas), a cadeia produtiva (desde a produção até a transformação), a logística (transporte e armazenamento) e o setor financeiro.

Mas o grande fator de mobilização de capitais industriais, comerciais e bancários para o mercado de terras está largamente associado à transformação desse mercado em ramo especial do sistema financeiro. O ativo título de propriedade de terras passa em grande medida a ser procurado como reserva de valor na carteira de ativos das empresas, além de ser um meio para o acesso ao crédito subsidiado no mercado monetário. Formam-se expectativas de proteção contra a inflação e ainda de rentabilidade em termos reais desse ativo, independentemente do movimento aplicado do capital produtivo à terra (Delgado, 1985, p. 106).

A partir dessa perspectiva mais profunda, Delgado argumenta que a economia do agronegócio não se sustenta de forma autônoma. A ação coordenada do Estado é essencial para que essa estrutura se mantenha, funcionando como uma estratégia de economia política. Isso sugere que o governo exerce um papel ativo e necessário na

regulação e apoio a esse setor, o que inclui disponibilização de crédito, políticas agrárias e outros mecanismos que favoreçam a produção e a comercialização no âmbito agroindustrial.

As mudanças políticas no Brasil não são apenas resultado da vontade política dos governos, mas estão inseridas nas condições econômicas mais gerais do desenvolvimento capitalista mundial, o que nos leva a índices crescentes de insegurança alimentar e faz entender que a fome e a crise econômica são parte de uma estrutura do capitalismo dependente²⁰ no Brasil. Dessa forma, para combater a fome de forma efetiva, é fundamental fortalecer a agricultura familiar e mudar a lógica de fornecimento de alimentos, para que não fiquem apenas nas mãos do agronegócio. É necessário também enfrentar o *lobby* do agronegócio e buscar formas de desenvolvimento nacional autônomo, rompendo com a condição dependente do capitalismo no país.

Os dados sobre a fome no Brasil nos últimos anos mostram uma significativa oscilação, antes, durante e após o governo Bolsonaro, com um agravamento da situação durante seu mandato e uma recuperação nos anos subsequentes.

Em 2018, o Brasil apresentava uma situação de relativa estabilidade na segurança alimentar. A política de segurança alimentar e programas sociais como o Bolsa Família ajudavam a manter um nível controlado de insegurança alimentar, embora ainda houvesse desafios. Isso porque, desde 2014, o Brasil havia saído do Mapa da Fome monitorado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

As novas tecnologias e o avanço da precarização do trabalho apontam novos desafios, o que torna necessário compreender como o capitalismo se expande e se reorganiza, gerando uma nova configuração da classe trabalhadora e da organização do trabalho. A interface da sociologia com outras áreas do conhecimento ajuda na compreensão da realidade do trabalho no Brasil, especialmente a precarização e a consequente falta de trabalho para grande parte dos trabalhadores e das

²⁰ *Capitalismo dependente*, no Brasil, é um conceito que se refere a uma forma de desenvolvimento econômico em que o país se torna dependente de fatores externos, como investimentos estrangeiros, exportações de *commodities* e tecnologia de países mais desenvolvidos. Essa dependência pode limitar o crescimento autônomo da economia brasileira, tornando suas estruturas produtivas e suas relações comerciais transpassadas/modeladas/constituídas por interesses externos. Em essência, o capitalismo dependente implica que, apesar de haver um sistema capitalista em funcionamento, o Brasil enfrenta desafios significativos para se desenvolver de maneira independente e sustentável, muitas vezes resultando em desigualdades sociais e econômicas.

trabalhadoras.

A sociologia do trabalho estabelece interfaces com uma variedade de áreas do conhecimento, o que possibilita visibilizar a discussão a respeito da multiplicidade de mudanças no mundo do trabalho ao longo da história, impulsionando a continuar a investigação dessas mudanças e das novas categorias de trabalho na sociedade do século XXI:

Antes de passarmos às tendências atuais da Sociologia do Trabalho no Brasil, vale retomar algumas condições que tiveram influência decisiva sobre sua trajetória até aqui. Começamos pelo caráter estrutural e dinâmico do tema do trabalho na sociedade contemporânea, que desafia permanentemente a Sociologia do Trabalho a interagir, seja com outras disciplinas da Sociologia ... tais como as Sociologias do Desenvolvimento, Política, Econômica, da Família, de Gênero, da Cultura etc. —, seja com outras áreas do conhecimento — tais como Economia, Administração, Engenharia de Produção, Antropologia, Educação, Direito, Gestão Pública, Ciências da Saúde etc. Em cada momento, as interações variaram conforme os temas, perspectivas e ênfases priorizados. A tendência a uma perspectiva inter e multidisciplinar nos estudos do trabalho provavelmente se imporá crescentemente quanto mais complexidade ganhar o tema (Oliveira; Ramalho; Rosenfield, 2019, p. 11).

Muitas são as teses que trabalham as mudanças organizacionais do trabalho, a transição na economia baseadas nas teorias do “pós-industrialismo” e do “pós-fordismo”, que negavam a centralidade do trabalho e o conceito de valor-trabalho, no intuito de buscar outras formas centradas em conhecimento, trabalho imaterial e novas tecnologias. Os autores citados mostram a intensificação dos estudos e dos resultados de uma verdadeira revolução tecnológica, as transformações na organização do trabalho num mundo globalizado e a flexibilização nos contratos de trabalho e estrutura de emprego. É o capitalismo que moderniza sua forma de exploração do trabalho, ganhando novos contornos (Dörre, 2012).

Outros autores revelam o caminho percorrido nas profundas mudanças do mundo do trabalho e sua relação com os trabalhadores, enquanto uma mercadoria disputada pelo capitalismo. Há de enaltecer os pesquisadores, especialmente os da sociologia do trabalho, que visibilizam essas mudanças e as formas de exploração do trabalho em suas novas configurações do mercado e os novos formatos de organização coletiva, em um momento de reestruturação produtiva que coloca o Brasil frente a novos regimes de acumulação.

Como uma disciplina atenta ao seu tempo e às particularidades históricas de cada contexto, os objetos da Sociologia do Trabalho foram ganhando novos contornos, emergiram novos temas e ênfases de acordo com as correntes teóricas às quais se filiam seus investigadores (Bridi; Braga; Santana, 2018, p. 44).

No mundo rural não foi diferente, como aponta José de Souza Martins (2001), que trabalha a sociologia rural, crítico contundente ao modelo de desenvolvimento adotado a partir dos anos 70, que resultou em um contradesevolvimento social, disseminando formas perversas de miséria em várias partes do mundo. O autor destaca especialmente a situação das favelas e cortiços da América Latina e de outras regiões como enclaves rurais em um contexto urbano, espaços de transição que negam a possibilidade de uma vida humana digna. Martins (2001) ressalta que o mundo rural também se tornou um resíduo dessa modernização forçada e acelerada, que impôs um ritmo de transformação social e econômica às populações do campo, gerando problemas sociais sem solução dentro do próprio sistema em seu conjunto.

O autor questiona a capacidade do sistema em remediar esses problemas, indicando a emergência de um contexto social marcado pela exclusão e pela miséria e apresenta uma análise crítica de um fenômeno global, colocando o desenvolvimento e a modernização como principais causadores de desigualdade social e de injustiças:

No geral, debita-se na conta de uma suposta e nunca comprovada resistência das populações rurais para a mudança e a modernização a responsabilidade por esse desastre social. Essa resistência, ficou evidente, era resistência ao que para elas não tinha o menor sentido e não podia, portanto, ser compreendido. A culpa, no fim das contas, é da vítima (Martins, 2001, p. 33).

Essa relação entre as mudanças no mundo do trabalho, o processo de exclusão alcançando também a região rural e ausência de saídas dentro do sistema capitalista, que promove um desenvolvimento que exclui as pessoas, tem uma importância significativa nesse estudo, uma vez que o objeto em discussão é a relação entre as experiências das cooperativas da agricultura familiar do MST e o FINAPOPOP, nos assentamentos Eli Vive e Dorcelina Folador, territórios da reforma agrária no norte do Paraná. Os projetos desenvolvidos pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras do MST, ao longo de sua história, materializaram-se em garantia de trabalho, renda, autossustentação do movimento, relação política articulada entre trabalhadores do campo e da cidade, organização coletiva e gestão do trabalho cooperativo, um modo

de organizar a produção primando por princípios de igualdade de direitos e participação, em que os meios de produção são de posse coletiva. Esse conjunto de ações articuladas coletivamente remete à perspectiva de uma nova economia, a economia solidária.

As experiências conhecidas de economias solidárias, diferentemente do modo de produção capitalista, apontam para a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores de forma coletiva e democrática. Isso quer dizer que cada sócio, cada membro do empreendimento, tem direito a voto nas deliberações. Esse modelo de trabalho coletivo gera a economia, na qual os trabalhadores envolvidos definem suas regras, fazendo girar seus negócios e suas economias.

O sociólogo alemão Klaus Dörre (2012), ao discorrer sobre as dinâmicas e os limites do capitalismo financeiro, afirma que a busca pelo lucro é o motivo central da ação econômica capitalista, em que a desigualdade e o poder de um sobre o outro são regras que definem o jogo:

[...] requer-se um mercado que não elimine as desigualdades e assimetrias de poder, mas, pelo contrário, que utilize-as de forma otimizada. Desigualdade é vista a si mesma como “altamente gratificante”, pois estimula o empenho dos indivíduos. Abstraindo-se das intervenções estatais indispensáveis, os eventos do mercado funcionam para a ortodoxia de mercado moderna à luz do princípio da “sobrevivência do melhor”. Sua majestade, a eficiência econômica, decide, e somente os mais fortes sobrevivem! Sabe-se que há regras do jogo que devem ser respeitadas pelos parceiros de troca. Essas regras devem ser aceitas não porque tenham sido dadas por Deus ou porque possam ser racionalmente justificadas, mas exclusivamente por um motivo: elas se impuseram (Dörre, 2012, p. 541).

Esta pesquisa junto às iniciativas populares de geração de trabalho e renda e as cooperativas nos Assentamentos Eli Vive e Dorcelina Folador busca identificar elementos que possibilitem afirmar outras modalidades de economias que, mesmo dentro do sistema capitalista, apresentam outros fundamentos que não o de considerar tudo como mercadoria, inclusive as relações de trabalho.

Na tese de Karl Polanyi (2000), este destrói a noção central do fundamentalismo de mercado, de que a força de trabalho, solo e dinheiro sejam mercadorias como todas as outras (Dörre, 2012), exatamente porque, para o autor, a força de trabalho reside na pessoa humana, que integra uma rede social para sua

própria reprodução:

Por outro lado, o padrão de mercado, relacionando-se a um motivo peculiar próprio, o motivo da barganha ou da permuta, é capaz de criar uma instituição específica, a saber, o mercado. Em última instância, é por isto que o controle do sistema econômico pelo mercado é consequência fundamental para toda a organização da sociedade: significa, nada menos, dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado. Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico [...] desta vez, o sistema econômico é organizado em instituições separadas, baseado em motivos específicos e concedendo um status especial. A sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis. Este é o significado da afirmação familiar de que uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado (Polanyi, 2000, p. 77).

Ao fazer essa afirmação, Karl Polanyi destaca a importância do mercado na organização da sociedade e na economia. Ele argumenta que o mercado é capaz de criar uma instituição específica, baseando-se no motivo da barganha ou permuta. Nesse sentido, a sociedade é moldada de forma a permitir que o sistema econômico funcione de acordo com suas próprias leis. Polanyi ressalta que, ao contrário do que se pode pensar, a economia não está embutida nas relações sociais, mas sim que as relações sociais estão embutidas no sistema econômico. Isso significa que as instituições sociais são organizadas de forma separada, de acordo com motivos específicos e concedendo um *status* especial ao mercado.

A afirmação de que uma economia de mercado só pode funcionar em uma sociedade de mercado significa que a economia assume um papel central na organização da sociedade. A sociedade torna-se um acessório do mercado, sendo moldada de maneira a garantir o funcionamento do sistema econômico de acordo com suas próprias leis.

Em suma, Polanyi argumenta que o mercado exerce um controle fundamental sobre a organização da sociedade, direcionando as relações sociais e influenciando as instituições, o que na prática produz e reproduz desigualdades. Essa abordagem revela-se, na atualidade, em um outro formato, o que Klaus Dörre (2012) chama de “Nova Landnahme²¹”, em que o capital se reinventa, tendo que, para isso, ampliar a desigualdade, flexibilizar as leis trabalhistas, enfraquecer as organizações sindicais e

²¹ A expressão *Landnahme*, de origem alemã, se refere a novas apropriações (Dörre, 2015).

precarizar o trabalho, para continuar hegemônico na sociedade. Este capítulo busca resposta para o problema levantado: Seria o FINAPOP um modelo de financiamento popular a serviço dos projetos solidários ou uma nova forma de o capital se renovar, capturando o movimento social? Seria mesmo o FINAPOP uma alternativa para o MST sobreviver no contexto de profunda crise da COVID 19, durante o governo de Bolsonaro? Ou um modelo de financiamento popular como uma nova forma do capital se renovar para sobreviver num momento de profunda crise mundial?

Tal indagação se justifica ao observar as mudanças no mundo do trabalho e o padrão de mercado que se reorganiza para permanecer na hegemonia do controle financeiro trazidos por Polany (2000) e Santos (1979), alterando significativamente o conceito de trabalho e renda, no qual as garantias trabalhistas tornam-se uma exceção no mercado, como se pode ver em Dal Rosso (2008, p. 371),

Estamos passando por uma mudança de conceito no que diz respeito a emprego e trabalho. Emprego: refere-se à relação empregatícia, com salário fixado no início do contrato de trabalho, com direitos de jornada semanal, regulada segundo a lei [...], com descansos semanais, com prescrições das atividades a desenvolver [...], com contribuições para seguridade social recolhidas mensalmente, o que permitia ao trabalhador a aposentadoria [...], ao seguro-desemprego e aos serviços de saúde.

Nota-se que o autor classifica essas garantias trabalhistas como algo do passado. Atualmente, os direitos dos trabalhadores tornam-se ainda mais comprometidos com as mudanças da lei federal 13.467/2017 (Brasil, 2017), que altera significativamente a lei trabalhista, entre elas: Jornada de Trabalho com adoção de 12 horas seguidas de trabalho por 36 horas de descanso, por acordo individual escrito para categorias específicas; Banco de Horas, em que passa a ser permitido que o empregador e o empregado estabeleçam um sistema de compensação de horas trabalhadas, por meio de acordo individual escrito; Férias: possibilita a divisão do período de férias em até três partes, mediante acordo individual ou coletivo. Terceirização: amplia a terceirização para todas as atividades da empresa, inclusive a atividade principal; Contrato de Trabalho intermitente: cria a possibilidade de contratação de funcionários para trabalhar de forma não contínua, sendo pagos por hora ou período de trabalho. Contribuição Sindical: torna a contribuição sindical facultativa, ou seja, o desconto não é mais obrigatório.

Esse novo reordenamento do trabalho traz de volta o debate sobre o “adeus ao

trabalho” (Antunes, 2006), impulsionado por novas formas de organização na perspectiva das novas tecnologias. Esse “novo adeus à classe trabalhadora” é analisado com base nas inovações vividas no século XXI, apontadas em Filgueiras e Cavalcanti (2020, p. 15),

O que chamamos de novo adeus à classe trabalhadora retoma essa base argumentativa, mas apresenta uma característica nova: concede uma ênfase forte ao que seria um declínio estrutural do trabalho assalariado e à impossibilidade de reconstruir padrões de regulação do emprego por meio do direito do trabalho. Uma mudança notável nesse novo adeus é que, diferentemente do primeiro, a noção de fim do trabalho em geral, como afirma Gorz, é menos explícita. Trabalho sempre haverá, mas a noção de emprego não caberia mais para tipificar essas atividades. Enfatiza-se, nesse sentido, que não apenas o trabalho industrial, mas todo o trabalho assalariado estaria em declínio diante do surgimento de “novas” formas de organização. O que está em questão é a impossibilidade de recuperar ou construir padrões de regulação com base nas noções de empregador e empregado.

Nesse contexto, a afirmativa "novo adeus à classe trabalhadora" refere-se a uma perspectiva que argumenta estar o trabalho assalariado em declínio e não ser mais possível estabelecer padrões de regulação do emprego por meio do direito do trabalho. Essa nova visão não nega a existência do trabalho em si, mas questiona a relevância do conceito tradicional de emprego para categorizar as atividades laborais. Destaca-se também o surgimento de novas formas de organização do trabalho que desafiam as noções tradicionais de empregador e empregado. A afirmação aborda as mudanças estruturais no mundo do trabalho e a necessidade de repensar as formas de regulação frente a essas transformações.

Para Marx (1984), cabem ao homem funções complexas, capazes de conquistar o poder, o que levaria à construção de uma nova democracia, uma sociedade socialista e igualitária.

Uma revolução que, em sua primeira etapa, substituirá a dominação da minoria pela dominação da maioria; e, em seguida, numa etapa mais avançada, eliminará a sociedade civil e o Estado, tornando-se instrumental para o aparecimento do comunismo e de um novo padrão de civilização (Marx, 1984, p. 14).

Para Karl Marx, o capitalismo é um sistema econômico e social caracterizado pela propriedade privada dos meios de produção e pela busca do lucro. Nesse

modelo, a produção é orientada para o mercado, e as relações de trabalho são baseadas na exploração da classe trabalhadora, chamada de proletariado, pela classe dominante, a burguesia. Essa exploração é possível devido à propriedade privada dos meios de produção, na qual uma pequena minoria detém e controla os recursos econômicos, obrigando a maioria da população a vender sua força de trabalho para sobreviver. Para Marx, as funções complexas desempenhadas pelos indivíduos no sistema capitalista são moldadas pela dinâmica de classes e pela luta de classes. Os trabalhadores desempenham principalmente as funções de produzir mercadorias e gerar mais valia, que é a fonte de lucro das empresas e acumulação de riqueza pelos capitalistas.

Marx argumenta que, ao se organizarem e adquirirem consciência de classe, os trabalhadores têm o potencial de conquistar o poder e construir uma sociedade socialista. Nessa nova sociedade, a propriedade dos meios de produção seria socializada, o que significaria que os recursos econômicos seriam controlados coletivamente e utilizados para atender às necessidades de todos. Com a abolição da propriedade privada dos meios de produção, Marx acredita que a exploração seria eliminada, resultando em uma distribuição igualitária da riqueza e substituindo a dominação de classe pela cooperação social. Essa sociedade socialista permitiria a plena realização dos indivíduos, eliminando as alienações presentes no sistema capitalista.

No meio rural, a relação com o mundo do trabalho passou por muitas mudanças e em todo o tempo: os avanços tecnológicos, as alterações nas relações de produção e no papel do Estado e a influência da força do capital tiveram consequências significativas para os pequenos produtores, especialmente com a entrada das máquinas agrícolas, a introdução de técnicas de irrigação, além do desenvolvimento de insumos agrícolas. Essas mudanças aumentaram a produtividade agrícola e permitiram que grandes proprietários rurais, movidos por interesses capitalistas, passassem a dominar o setor.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR E A CADEIA PRODUTIVA DO AGRONEGÓCIO

O sistema capitalista enfatiza a busca por lucros, a competição e a acumulação de capital através da renda da terra, o que leva à marginalização dos pequenos produtores rurais. Dentro da cadeia produtiva do agronegócio, as grandes empresas

agrícolas, com poder financeiro e acesso a tecnologias avançadas, têm maior capacidade para competir e obter vantagens em relação aos pequenos produtores. Essas mudanças têm contribuído para o aumento da concentração de terras e da desigualdade no campo, além de criar desafios para os pequenos produtores rurais em termos de acesso a recursos, como crédito, tecnologia e assistência técnica.

Nos territórios rurais pesquisados, encontramos uma forte distinção entre o modelo de organização do trabalho cooperativo na agricultura familiar e a cadeia produtiva do agronegócio e do latifúndio e as relações de trabalho, como demonstra o quadro 1.

As características apresentadas a seguir trazem conceitos de uso comum entre os assentados nos locais pesquisados, extraídos das falas em momentos formativos e celebrativos vivenciados durante a pesquisa. Naturalmente, é possível encontrar outros conceitos e características na literatura especializada.

Quadro 1 - Agricultura familiar e a cadeia produtiva do agronegócio

CADEIA PRODUTIVA DO AGRONEGÓCIO	AGRICULTURA FAMILIAR
As atividades agrícolas são realizadas em grandes propriedades, por empresas ou cooperativas agroindustriais.	Caracterizada pela produção em pequena escala, realizada por famílias em suas próprias propriedades rurais.
É conhecida pela produção em grande escala de <i>commodities</i> agrícolas, como grãos, frutas, carne e leite. Geralmente, envolve a utilização de tecnologias avançadas, maquinário agrícola moderno, uso intenso de agroquímicos e sementes geneticamente modificadas.	Baseada em práticas agroecológicas, com menor dependência de agroquímicos e sementes geneticamente modificadas.
A produção é voltada principalmente para o mercado nacional e internacional, visando a exportação e a obtenção de lucro.	Possui forte ligação com a comunidade local e geralmente produz para o consumo próprio e para a comercialização em pequenos mercados regionais.
Envolve diversos agentes, tais como: produtores rurais, fornecedores de insumos agrícolas, indústrias de processamento, distribuidores, exportadores e varejistas.	Os agentes envolvidos na agricultura familiar são geralmente os próprios agricultores, sem a participação de grandes empresas ou agroindústrias.
Busca maximizar a eficiência e a produtividade por meio de economias de escala.	Prioriza a sustentabilidade, a preservação dos recursos naturais e a segurança alimentar da família e da comunidade.

Fonte: A autora.

Para ilustrar a cadeia produtiva do agronegócio, utilizou-se do registro feito no gráfico a seguir, que mostra os componentes principais desta cadeia, incluindo setores

como: alimentos, biocombustíveis, têxtil, produtos florestais, pesquisa e desenvolvimento.

Figura 1 - Cadeia produtiva do agronegócio



Fonte: Isabelle Vilela

No setor de alimentos, encontram-se produtos que abrangem toda a cadeia de produção alimentar, como frutas, legumes, grãos, laticínios, pecuária, cereais, entre outros, sendo composta pelos segmentos de insumos, que são empresas responsáveis por fornecer produtos primários ou insumos para as fazendas; o segmento de produção, que recebe os insumos e produz as *commodities*; o de processamento, onde as agroindústrias realizam a transformação final dos produtos para que possam ser consumidos e, por último, o mercado consumidor, onde se encerra o ciclo, com os produtos chegando aos consumidores finais através de pontos de venda ou através de exportação. É com essa dinâmica que a produção dentro da cadeia do agronegócio avança e se mantém no mercado nacional e multinacional.

A agricultura familiar preserva o conhecimento tradicional, mantém o tecido social e produz alimentos saudáveis. Contudo, enfrenta dificuldades de acesso a crédito, tecnologia e mercados mais amplos, o que dificulta e até impossibilita girar seus produtos e produzir renda.

Conhecer e fazer tornar-se conhecidas as características do grande capital agrário e da agricultura familiar é fundamental para ter compreensão do tamanho do significado do FINAPOP na vida financeira das cooperativas investigadas.

2.2 É POSSÍVEL PRODUZIR OUTROS MODELOS DE ECONOMIA DENTRO DO MODO CAPITALISTA?

Diversos autores têm proposto alternativas ao sistema econômico capitalista, visando a reduzir as desigualdades econômicas e promover uma distribuição mais equitativa de recursos. Serão apresentados alguns modelos propostos por intelectuais que ganharam destaque por sugerir outros modelos de economia dentro do sistema capitalista.

Uma economia social de mercado: um sistema que combina elementos do capitalismo com uma forte intervenção estatal para garantir a justiça social e a estabilidade econômica. Essa abordagem é frequentemente associada ao modelo econômico alemão de Röpke (1960).

O economista alemão Wilhelm Röpke, defensor proeminente da chamada "economia social de mercado", foi um dos principais formuladores da política econômica da Alemanha Ocidental no pós-guerra e influenciou o desenvolvimento do modelo econômico social de mercado naquela época. A economia social de mercado é uma abordagem que busca equilibrar as forças de mercado com a intervenção estatal para promover o bem-estar social. Röpke acreditava que o livre mercado era fundamental para a eficiência econômica e o crescimento, mas também enfatizou a importância de um Estado ativo na proteção social e na regulação das atividades econômicas.

Em suas obras, Röpke argumentou que a economia de mercado deve ser sustentada por instituições sociais e culturais sólidas. Ele defendeu a importância de valores éticos, como a responsabilidade individual, a cooperação social e a justiça, como elementos fundamentais para alcançar uma economia saudável e sustentável, e enfatiza a importância de equilibrar as forças de mercado com a intervenção estatal e a promoção de valores éticos para alcançar uma economia próspera e justa.

A economia solidária enquanto um sistema em que a propriedade dos meios de produção é coletiva e democrática, e as decisões são tomadas de forma participativa. Esse modelo busca promover a igualdade social e a cooperação entre

os membros da comunidade (Laville, 2009).

Laville (2009) afirma que a economia solidária é um sistema econômico baseado na propriedade coletiva e democrática dos meios de produção, no qual as decisões são tomadas de forma participativa. Esse modelo tem como objetivo promover a igualdade social e a cooperação entre os membros da comunidade. Laville defende que a economia solidária busca estabelecer relações econômicas justas e igualitárias, enfatizando a solidariedade e a participação ativa dos indivíduos na organização e condução das atividades produtivas.

O economista Dawbor (2021) apresenta uma análise crítica do atual cenário econômico, destacando a necessidade de se afastar das visões simplistas que dominaram o século passado. Segundo o autor, as antigas ideias de economia capitalista e estatizada não são mais suficientes para compreendermos a complexidade da economia moderna. Argumenta que a economia contemporânea é composta por diversos subsistemas que interagem entre si, o que demanda soluções mais inteligentes e menos lineares. Ao invés de focar apenas na propriedade privada e na mão invisível do mercado, ou no planejamento central e no controle político, é necessário adotar uma abordagem mais holística e integrada. O autor também critica a visão de que a burguesia seja a única responsável por ditar os rumos políticos e econômicos, defendendo uma maior participação de outros atores sociais. Ele ressalta a importância das organizações da sociedade civil, dos movimentos sociais, dos trabalhadores e dos consumidores na construção de uma economia justa e sustentável. Ladislau Dawbor utiliza uma linguagem acessível e exemplos práticos para ilustrar suas argumentações e destaca a importância de repensarmos os modelos econômicos existentes, inserindo a ética, a sustentabilidade e a solidariedade como pilares fundamentais para uma economia inclusiva e equitativa.

A economia moderna se tornou demasiado complexa para as grandes simplificações de outrora. O que herdamos como visões do século passado era, de um lado, a visão capitalista, centrada na propriedade privada, regulada pela mão invisível e o liberalismo empresarial, com a burguesia ditando os rumos em termos políticos. De outro lado, os defensores da economia estatizada, regulada pelo planejamento central, e com o controle político do proletariado. Hoje, essas visões nos trazem o sentimento de folhearmos antigos compêndios empoeirados. Temos de enfrentar a complexidade de uma economia que funciona com subsistemas diferenciados, buscando soluções menos lineares, e, sobretudo, inteligentes (Dawbor, 2021, p. 14).

Conforme as considerações apresentadas por Dawbor (2021), há necessidade de adotar uma abordagem mais holística e integrada, inserindo a ética, a sustentabilidade e a solidariedade como pilares fundamentais para uma economia inclusiva e equitativa. Nesse sentido, a economia solidária propõe uma transformação nos modelos econômicos existentes, buscando estabelecer relações econômicas justas, igualitárias e participativas. Ao integrar a propriedade coletiva, a participação ativa dos indivíduos e a ênfase em valores éticos e sustentáveis, busca superar as visões simplistas do passado e enfrentar a complexidade da economia contemporânea, composta por interações entre diversos subsistemas.

Assim, a promoção da igualdade social, a cooperação, a participação ativa da sociedade civil, dos movimentos sociais, dos trabalhadores e dos consumidores ganham relevância na construção de uma economia justa e sustentável. A economia solidária se configura como uma alternativa que rejeita a dicotomia entre o capitalismo e a estatização, defendendo uma maior participação de diferentes atores sociais na definição dos rumos políticos e econômicos.

Portanto, a economia solidária representa uma proposta inovadora e reflexiva, que considera a complexidade da economia moderna e busca soluções inteligentes e integradas, fundamentadas na ética, na solidariedade e na sustentabilidade, visando à construção de uma sociedade inclusiva e equitativa economicamente.

2.3 ECONOMIAS SUSTENTÁVEIS E OS LIMITES AMBIENTAIS

Uma economia sustentável e pluralista é o que propõe Ladislau Dawbor. Ele argumenta que o atual sistema econômico dominante, baseado principalmente no crescimento ilimitado e na maximização do lucro, tem causado desigualdade, degradação ambiental e instabilidade financeira. Dawbor chama atenção para a necessidade de uma Economia Sustentável, que leve em consideração os limites ambientais, a justiça social e a saúde econômica. Ele defende a necessidade de uma transição para modelos econômicos diversificados, que incorporem princípios éticos, priorizem o bem-estar humano e promovam a equidade. O autor discute a necessidade de uma abordagem alternativa à economia convencional e explora como a Economia Sustentável e Pluralista pode oferecer soluções para os desafios sociais e ambientais do nosso tempo (Dawbor, 2017).

Os trabalhos de Moran e Ostrom (2009), já mencionados, propõem um modelo

de economia baseado em uma abordagem multidisciplinar chamada de economia institucional. Essa abordagem busca incorporar aspectos políticos, sociais e culturais na análise econômica, considerando as instituições e as regras que moldam o comportamento dos agentes econômicos. No caso específico de Moran (2006), seu trabalho “Um mundo em mudança”, aborda a valoração econômica dos serviços ecossistêmicos, buscando mostrar como a preservação da biodiversidade é fundamental para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar humano.

Ostrom propõe um modelo econômico que inclui a valorização de recursos naturais e serviços ambientais, destacando a importância de políticas e instituições adequadas para a gestão sustentável desses recursos. Este modelo enfatiza a importância do conhecimento local e da participação dos usuários na tomada de decisões sobre a gestão dos recursos comuns. Em conjunto, os trabalhos de Moran e Ostrom (2009) contribuem para o campo da economia institucional, mostrando como as instituições e as regras desempenham um papel crucial na economia, especialmente no contexto dos recursos naturais e dos bens comuns.

O filósofo marxista italiano Antônio Gramsci (1975) aponta uma realidade de sua época e indica outras formas de desenvolvimento econômico, diferente do capitalismo, que explora e se reinventa para melhor expropriar a classe trabalhadora, onde “o velho morre e o novo não consegue nascer” (Gramsci, 1975). O filósofo, nesse caso, referia-se a um momento em que não havia consenso na autoridade da classe dominante, ao mesmo tempo que, embora as massas se afastassem de uma ideologia tradicional, não via no seu horizonte algo novo no lugar.

Toda revolução foi precedida por um intenso e continuado trabalho de crítica, de penetração cultural, de impregnação de ideias em agregados de homens que eram inicialmente refratários e que só pensavam em resolver por si mesmos, dia a dia, hora a hora, seus próprios problemas econômicos e políticos, sem vínculos de solidariedade com os que se encontravam na mesma situação (Gramsci, 2004, p. 56).

Ao investigar o contexto histórico no qual Antonio Gramsci viveu, é essencial compreender o cenário político e social da Itália no início do século XX. Durante esse período, o país enfrentava uma série de desafios, incluindo a formação do Estado italiano, a ascensão do fascismo e a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida. Esses eventos tumultuosos tiveram um impacto significativo nas experiências

e perspectivas de Gramsci, moldando sua visão de mundo e influenciando suas teorias sobre a cultura, a política e a classe trabalhadora.

Estas propostas consideram a hostilidade do sistema econômico capitalista, no qual as economias deixam de servir a sociedade, na forma de geração de novos postos de trabalho, para investimentos volumosos em aplicações financeiras, bolsas de valores, fundos, entre outros. Os rendimentos desses investimentos alimentam a riqueza do investidor, que, por sua vez, não os transforma em novos negócios, mas em novas aplicações, gerando novos investimentos, deixando de servir como fomento a novos empreendimentos.

As referências bibliográficas sobre movimentos sociais, economia solidária e cooperativismo são dos autores clássicos da sociologia, a exemplo de Karl Marx, José de Souza Martins e Antonio Gramsci. A coleta de dados foi feita por meio da observação de atividades nos assentamentos Eli Vive e Dorcelina Folador. A pesquisa também contextualizou as mudanças no mundo do trabalho, as políticas do governo brasileiro, especialmente durante a pandemia da COVID-19, e a situação da fome no país.

A pesquisa identificou elementos que possibilitaram apresentar outras modalidades de economia, especialmente as experiências de cooperativas da agricultura familiar do MST e o FINAPOPOP, nos assentamentos estudados. Há também a análise sobre as mudanças no mundo do trabalho, a flexibilização das leis trabalhistas e o surgimento de novas formas de organização do trabalho. Conclui que o FINAPOPOP pode ser tanto uma alternativa para projetos populares solidários como uma reinvenção do capital e destaca a importância das experiências de economia solidária e cooperativismo no contexto brasileiro.

CAPÍTULO 3

A AGRICULTURA FAMILIAR, A ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAIS DO MST, UM CAMINHO CONTRA-HEGEMÔNICO NA RELAÇÃO COM A TERRA

Qual a relação entre os empreendimentos das cooperativas do MST com a economia solidária? De que forma essa relação se consolida como modelo contra-hegemônico numa sociedade capitalista?

Esse capítulo, em especial, ressalta a importância de se apropriar dos elementos que envolvem o conceito de agricultura familiar e a economia solidária, ainda pouco compreendida e difundida no seu valor e no seu alcance enquanto fator de geração de trabalho e renda, mas especialmente enquanto um reconhecimento como uma forma de gerar e organizar a economia.

Em contato com os assentados do MST, bem como com outros agricultores, organizados ou não em cooperativas, nota-se que o uso do termo *economia solidária* não é comum entre eles, mas, nessa tese, considerou-se importante utilizar esses conceitos para ressaltar que, embora o conceito não esteja presente nas narrativas cotidianas dos trabalhadores rurais, na prática, a economia solidária se sustenta, podendo, então, afirmar que a economia solidária se apresenta na contraposição da lógica da economia de capital. Diante dessas formas de compreensão, foi possível dialogar, especialmente com Antonio Gramsci (1999), a possibilidade em considerar esses modelos como uma estratégia contra-hegemônica no enfrentamento do sistema capitalista no seu modo de produção, consumo e reprodução de riqueza no campo.

A pesquisa buscou experiências nos territórios pesquisados, observando especialmente a contribuição de Singer (2002), Owen (2002) e Razeto (1998), que trazem o conceito de economias solidárias numa perspectiva de desenvolvimento de outra forma de produção, geração e distribuição de renda, diferente do que impõe o sistema capitalista.

A economia solidária no Brasil tem uma origem histórica com sindicatos de trabalhadores, universidades, Caritas²² e MST, todos com a perspectiva de organizar os desempregados para que pudessem, em tempos de crise, desemprego e miséria, encontrar novas formas de restabelecer sua renda. Nesse contexto, foi a partir de iniciativas da Caritas Brasileira, nos anos 80, que a economia solidária inicia seus registros em território nacional. A participação dos sindicatos se constata na organização dos trabalhadores, cujas empresas em decreto de falência estabelecem um novo modelo de gestão, em que os próprios funcionários dão sequência aos serviços prestados pelas empresas, que se tornam uma fábrica sem patrão (Galdina, 2011).

Em 1991, foi criada a Associação de Empresas Recuperadas (Anteag). Inicia-se, então, uma fase de formação de cooperativas de trabalho, com base nos estudos feitos pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), nas quais os trabalhadores assumiram a direção das empresas, sendo identificados como autoempregados sociais ou coletivos, mas sempre no modelo associativista. Há registro de que a empresa CONFORJA, inaugurada em 1954 no bairro paulistano da Mooca, em 1960 foi para Diadema-SP e se tornou uma das mais exitosas experiências. Seus operários, após a decretação de falência, organizaram a UNIFORJA (Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia), recuperando a metalúrgica, que passou a ser chamada de Sistema Uniforja. Isso ocorreu porque, com o passar do tempo, a empresa foi incluindo afiliadas, transformando-se na maior fabricante de flanges, anéis e conexões de aço forjado da América do Sul.

A habilitação da empresa, então em processo de arrendar a massa falida até a sua constituição enquanto cooperativa de trabalhadores, foi longa, incluindo processos judiciais. À época, recebeu amplo apoio do sindicato dos metalúrgicos, presidido por Luís Inácio Lula da Silva, hoje presidente da República. A Uniforja, em 2021, possuía em torno de 205 cooperadores e 98 contratados com registro em carteira (Nuzzi, 2021). Essas experiências foram muitas, em momentos políticos no

²² A Caritas Brasileira, fundada em 12 de novembro de 1956, é uma das 170 organizações-membro da Caritas Internacional. Sua origem está na ação mobilizadora de Dom Helder Câmara, então Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). As orientações do Concílio Vaticano II marcaram a ação da Caritas que, desde então, vive sob os valores da pastoralidade transformadora. A Caritas é um organismo da CNBB e possui uma rede com 187 entidades-membro, 12 regionais e 5 articulações (Caritas Brasileiras, [2023]).

Brasil em que os sindicatos atuavam fortemente. Embora tenham tido excelentes resultados, não foi o suficiente para que os trabalhadores ganhassem credibilidade enquanto administradores, mesmo mostrando, na prática, sua capacidade de administrar essas empresas e gerar renda para centenas de pessoas, em tempo recorde, como foi o caso da CONFORJA, que foi recuperada em 4 meses.

Ressalta-se a participação importante das universidades, quando se trata de histórico da origem da economia solidária, especialmente nas incubadoras de cooperativas populares, sendo a primeira no Rio de Janeiro, em 1994, no Complexo da Maré. Essas incubadoras, com base em tecnologia e cooperativas populares, foram muito importantes para o fortalecimento e a notoriedade em sua fase inicial. A economia solidária também se relaciona com a luta do sociólogo Herbert Souza, o Betinho, militante político que idealizou o movimento “Natal sem fome” contra a fome e a miséria nos anos de 1992/1993, o que motivou outras parcerias em diversas frentes, entre elas, aquelas de incentivo à auto iniciativa econômica de trabalhadores através de associações, cooperativas populares e incubadoras.

A primeira incubadora com registro, encontrada pela pesquisa, refere-se à Faculdade Nacional de Saúde Pública, situada ao lado do Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz) em São Paulo. Ao identificarem a situação de pobreza e envolvimento de famílias da comunidade local com tráfico de drogas, motivada pelo alto índice de desempregados (80%), professores universitários tomaram a iniciativa de organizar cooperativas de trabalho dentro da própria instituição e, com o tempo, várias ações foram incubadas, modificando o dia a dia daquele território.

Quanto à participação da Caritas na gênese da economia solidária, ela veio através de experiências acumuladas, especialmente na rede Caritas da Europa e dos Estados Unidos, também vivenciadas em momentos de profunda crise. A Caritas Brasileira, por sua vez, captava recursos para serem disponibilizados a experiências inovadoras juntos às comunidades e realidades empobrecidas no Brasil, especialmente no Norte e Nordeste, à época. Dava-se início, então, às primeiras experiências de organização e fomento a grupos de economia solidária, sem ainda ser identificada com esse nome, que só passou a ser utilizado em 1996. Isso ocorreu por iniciativa do sociólogo Paul Singer, em conversa com Aloízio Mercadante, então coordenador da campanha eleitoral da candidata a prefeita de São Paulo, Luiza Erundina (PT), quando formatavam uma proposta de trabalho e renda para 1,6 milhão

de desempregados naquela cidade com a perspectiva de organizar uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis e incubadoras.

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. Em outras palavras, mesmo que toda atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários, sempre haveria necessidade de um poder público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável. Uma alternativa frequentemente aventada para cumprir essa função é a renda cidadã, uma renda básica igual, entregue a todo e qualquer cidadão pelo Estado, que levantaria o fundo para esta renda mediante um imposto de renda progressivo (Singer, 2002, p. 10-1).

O economista brasileiro, ao afirmar que economia solidária é outro modo de produção, se refere a um modo de produção que ocupa um lugar alternativo ao capitalismo, ou seja, não tem como fim os resultados financeiros, mas busca um desenvolvimento humano, em harmonia entre o propósito social, econômico e político, seguindo seus princípios baseados em solidariedade (IPEA, [2024]).

3.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEUS PRINCÍPIOS

A economia solidária é um conceito econômico e social que busca promover uma forma de organização e produção baseada na cooperação, na autogestão, na solidariedade e na busca pela sustentabilidade social e ambiental. Diferentemente do modelo capitalista tradicional, a economia solidária tem como objetivo principal o bem-estar coletivo, valorizando o trabalho coletivo e a igualdade de oportunidades.

Dentre os princípios da economia solidária, destacam-se: Autogestão, em que a tomada de decisões é feita coletivamente, sem a existência de hierarquias ou chefias. Todos os membros da organização têm voz e participam igualmente nas tomadas de decisões; A cooperação é uma característica central da economia solidária, de forma que os indivíduos trabalham juntos em prol de objetivos comuns, compartilhando recursos, conhecimentos e experiências; A solidariedade é um outro princípio fundamental da economia solidária, em que ações mutualistas são

incentivadas e os indivíduos se ajudam mutuamente, promovendo a inclusão social e a diminuição das desigualdades; Sustentabilidade: a economia solidária busca a sustentabilidade social e ambiental, levando em consideração a preservação do meio ambiente e a justiça social.

A produção é feita de forma sustentável, priorizando o uso eficiente dos recursos naturais; a economia solidária preza pela igualdade de oportunidades para todos os membros da organização (Laville, 2009). Segundo Pinheiro (2013, p. 89), “as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas solidárias, cuja lógica é oposta ao modo de produção dominante”.

Tanto Singer (2002) como Pinheiro (2013) trabalham a ideia de economia solidária como movimento social, pelo seu caráter de lutar contra as consequências da desregulamentação econômica, que implica eliminar restrições do mercado, flexibilizando regras que favorecem a liberdade de atuação da iniciativa privada, o que na prática, flexibiliza também os direitos e garantias dos trabalhadores.

Antes, porém, de Paul Singer formular esse conceito de Economia Solidária, o chileno Luis Razeto, professor de economia, já se utilizava desse mesmo nome em seus projetos, conforme conta em seu sítio oficial: a democratização econômica deve abranger naturalmente estes três principais setores econômicos, nomeadamente o setor do mercado de câmbio, o setor público e estatal e o setor da solidariedade. Em relação a cada um deles, são necessários processos e ações transformadoras para democratizá-los.

Embora não haja condições de detalhar as ações a serem implementadas em cada setor, pode-se propor e indicar o que se acreditam ser as diretrizes globais mais importantes que devem ser implantadas, caso se pretenda a democratização da economia. Nessa perspectiva, será possível apreciar o lugar que o aspecto particular, em especial, poderia ter no processo como um todo, ou seja, a construção de um setor da economia popular solidária e do trabalho (Razeto, 1998). Precedem as teorias de Razeto (1998), as relatadas nos Estados Unidos, que utilizavam o conceito de economia solidária em práticas solidárias a partir do microcrédito, prática desempenhada fortemente pelas universidades americanas..

No entanto, ao buscar as raízes da economia solidaria, evidencia-se que surgiram há tempos, com Robert Owen, identificado como um intelectual importante para o socialismo, sendo também um dos fundadores do cooperativismo. Owen viveu

no século XVIII, quando fez história ao reduzir a carga horária dos trabalhadores e tirar as crianças das fábricas de tecelagem, onde, inclusive, atuava como administrador. Sua biografia o identifica como um dos mestres de Marx e Engels. Na crítica ao capitalismo, Owen propõe uma outra forma de convivência, em que os homens se tornem mais racionais:

Sendo assim, o homem é egoísta porque o capitalismo o torna assim, as leis humanas são de molde a tornar o homem insociável, a criar interesses divididos e opostos e a estimular a concorrência, a luta e a discórdia. Com tais leis, é impossível que ele se torne racional, caridoso ou capaz de amar o próximo (Owen, 2002, p.124).

A trajetória de Owen se fez na defesa do socialismo, sendo um grande líder da primeira central sindical do mundo, presente na Grã-Bretanha. Sob a liderança de Owen se estabeleceram os primeiros registros de autogestão, premissas que valem no cooperativismo até os dias de hoje.

De acordo com Singer, a economia solidária precisa realmente melhorar as condições de vida dos trabalhadores para ter razão de existir:

A economia solidária só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescentes de toda a população oportunidades concretas de autossustento, usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona. Em outras palavras, para que a economia solidária se transforme de paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo, ela terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiro e científico-tecnológico solidários (Singer, 2002, p. 120-121).

Assim, não basta apenas expandir a economia solidária em larga escala, seja em nível local, regional, estadual, nacional ou internacional. Ela só se tornará uma alternativa superior se as atividades de produção, comercialização e consumo contribuírem concretamente para alcançar mudanças qualitativas na vida das pessoas e no bem-estar de uma parcela cada vez maior da população.

A estratégia adotada pela economia solidária se baseia na construção de uma nova forma de produzir, distribuir e consumir, que coloca em prática valores como a solidariedade, a cooperação, a autogestão e a responsabilidade socioambiental. Portanto constitui-se como:

[...] um micro espaço de formulação de uma contra-hegemonia capitalista, que poderá ser significativo para a instalação de um outro projeto societário, onde as relações sociais produtivas estejam subordinadas às demandas sociais e ambientais, e não ao lucro individualizante e concentrador (Morais; Lanza; Luziu; Melanda, 2011, p. 84).

Os autores, ao debater propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil, apontam para um microespaço de contra-hegemonia ao capital, haja vista que a economia solidária se baseia em princípios e valores opostos aos do capitalismo. Enquanto o capitalismo tem como objetivo central a obtenção de lucro individual e a acumulação de capital, a economia solidária busca atender às demandas sociais e ambientais, promovendo a equidade, a justiça social e o desenvolvimento sustentável.

A autora Sandra Regina Nishimura (2005), em pesquisa realizada na cidade de Londrina/PR, aborda como a economia solidária, por meio da criação de grupos de geração de trabalho e renda, tornou-se uma alternativa viável para combater o desemprego e promover o desenvolvimento sustentável na região. A autora também analisa as características e os desafios enfrentados pelos grupos, a fim de compreender como eles podem contribuir para a construção de uma economia solidária. A assistente social explora as diversas formas de organização desses grupos, como cooperativas de trabalho, associações e empreendimentos solidários, e destaca o papel fundamental que a solidariedade desempenha nesses contextos. Ela ressalta a importância de fomentar o trabalho coletivo e a cooperação entre os membros dos grupos, como forma de fortalecer a economia solidária. Além disso, apresenta experiências de grupos de geração de trabalho em Londrina, mostrando exemplos concretos de resultados positivos para a comunidade, e ressalta a necessidade de políticas públicas que incentivem e apoiem esses grupos, visando garantir a sua sustentabilidade e o seu crescimento.

A economia solidaria constitui-se em uma proposta de busca da melhoria da qualidade de vida pautada na recuperação da inclusão no mundo do trabalho, associado a iniciativas da sociedade civil e do poder público com princípios que superem a relação de exploração. Há o reconhecimento pelo Estado, neste momento, da necessidade de se criar novas condições de geração de trabalho e renda e também o reconhecimento que, muito embora as ações estejam especialmente no campo da sociedade civil, é preciso estabelecer parceria com a esfera estatal que possui responsabilidade quanto a geração de mais postos de trabalho (Nishimura, 2005, p.116).

O trabalho de Nishimura (2005) contribui para o entendimento do conceito de economia solidária e oferece experiências importantes para a implementação de políticas públicas voltadas para o fortalecimento desse modelo econômico.

3.2 AGRICULTURA FAMILIAR: ALIMENTO SAUDÁVEL COMO FORMA DE SOBERANIA ALIMENTAR, TRABALHO E RENDA

Constituída essencialmente por agricultores familiares, trabalhadores acampados ou assentados, a agricultura familiar se configura como uma importante e significativa contribuição no abastecimento de alimentos consumidos pelos brasileiros.

A distribuição espacial dos estabelecimentos agropecuários e aquícolas da agricultura familiar foi apresentada no censo agropecuário em 2017 (IBGE, 2020), constatando que, dos 5.073.324 estabelecimentos agropecuários e aquícolas nacionais, 76,8% (3.897.408) correspondem à agricultura familiar, ocupando 23% da área total dedicada a atividades agropecuárias. Esses estabelecimentos têm maior presença nas regiões Nordeste (76,8%) e Norte (14,5%) do país. Em 2017, a agricultura familiar empregou 66,3% dos trabalhadores envolvidos em atividades agropecuárias. Em relação aos produtores, 81% da agricultura familiar eram proprietários das terras.

A diversidade de produtos da agricultura familiar se destaca, especialmente, na produção de milho, feijão, arroz, trigo, frutas, hortaliças, café, mamona, raiz de mandioca, ovinos, olerícolas, caprinos, aves, pecuária leiteira e gado de corte, e se configura como importante fonte de geração de trabalho e renda para os trabalhadores do campo e da cidade, além de mobilizar a economia, fortalecendo o território, haja vista que a produção, em grande parte, visa ao abastecimento do consumo local com produção de subsistência. Os agricultores familiares mantêm um vínculo com a terra, com meio ambiente e com o mercado territorial, por meio da moradia e das relações familiares.

O relatório do censo de 2017 (Nitahara, 2019) traz a informação de que há mais de 5 milhões de propriedades rurais no Brasil, sendo 77% dessas propriedades agrícolas de agricultura familiar, ocupando 80,9 milhões de hectares de terra, o que significa 23% do total dos estabelecimentos agropecuários no Brasil, propiciando ocupação para 10,1 milhões de pessoas na agropecuária brasileira.

Em 2006, o então presidente Lula (PT) sancionou a lei 11326/2006 que define as diretrizes gerais da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificar quem seriam esses agricultores:

[...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural é aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família (Brasil, 2006).

O conceito de agricultura familiar tem se ampliado nas últimas décadas e conquistado importância na agricultura brasileira para o abastecimento alimentar, em um momento em que mais da metade da população do país vive algum nível de insegurança alimentar ou voltou à condição de fome, como mostram os dados. Além disso, demonstram que, no governo Bolsonaro (2019-2022), o Brasil volta ao mapa da fome nos registros da FAO (2022): em 2022, mais de 33 milhões de pessoas não tinham o que pôr na mesa quatro vezes ao dia. Ao mesmo tempo, o censo agropecuário de 2017 mostra que a produção de alimentos advindos da agricultura eram: 70% do feijão, 87% da mandioca, 34% do arroz, 59% do rebanho suíno, 60% do leite, 50% das aves e 30% dos bovinos. Há que se observar nesses dados uma contradição do mercado capitalista que expõe, lado a lado, uma produção extraordinária de alimentos e uma multidão de pessoas famintas, sem renda, sem acesso ao consumo, ao que Gramsci (1999, p. 446) chama de crise orgânica:

Mas o que é o “mercado determinado” e pelo que, precisamente, ele é determinado? Será determinado pela estrutura fundamental da sociedade em questão e, então, será preciso analisar esta estrutura e identificar-lhe os elementos que, relativamente constantes, determinam o mercado etc., e os outros elementos “variáveis e em desenvolvimento”, que determinam as crises conjunturais, até o momento em que também os elementos “relativamente constantes” sejam por estes modificados, ocorrendo assim a crise orgânica.

A crise da COVID-19, associada às crises econômicas e aos constantes cortes de crédito, programas e incentivos no governo de Bolsonaro, interferiu diretamente na vida dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, seja no potencial de produção, seja na falta de infraestrutura, como transporte, estradas rurais, dificultando o acesso à

educação, à saúde e a outros direitos básicos. Houve também aumento da violência²³ nos territórios da reforma agrária e o veto do presidente da república à Lei Assis Carvalho (Brasil, 2020) de autoria do deputado Enio Verri (PT/PR), que garantia créditos em caráter de emergência durante a crise como forma de dar continuidade à produção de alimentos saudáveis com preços mais baixos para a população e garantir a permanência no campo.

A seguir são apresentados alguns dos decretos, leis, financiamentos e programas que evidenciam a política do governo Bolsonaro, a começar pelo Decreto 10.282/2020, que incluiu atividades relacionadas ao agronegócio como serviços essenciais durante a pandemia de COVID-19, garantindo continuidade das operações do setor; a medida provisória 910/2019, convertida em lei 14.004/2020, conhecida como MP da Regularização Fundiária, facilitou a regularização de terras ocupadas, favorecendo grandes proprietários rurais; o Plano Safra 2020/2021 e 2021/2022 recebeu um incremento significativo nos recursos destinados ao agronegócio em relação à agricultura familiar. No Plano Safra 2020/2021, foram destinados R\$ 236,3 bilhões, sendo a maior parte direcionada ao agronegócio.

Houve redução de recursos destinados ao PAA, afetando negativamente a agricultura familiar. Seguem alguns detalhes sobre essa redução: em 2019, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sofreu um corte significativo em seu orçamento. Especificamente, os recursos destinados ao programa foram reduzidos de R\$ 750 milhões, disponíveis em 2018, para cerca de R\$ 440 milhões em 2019. Esse corte representou uma diminuição de aproximadamente 41% nos recursos do programa.

Em 2020, o orçamento do PAA sofreu um corte expressivo novamente, sendo reduzido de R\$ 586 milhões em 2019 para aproximadamente R\$ 186 milhões, uma diminuição de cerca de 68%. Este corte impactou diretamente os agricultores familiares, que dependem do programa para comercializar seus produtos.

Em 2021, os recursos destinados ao PAA continuaram limitados. O orçamento previsto foi de R\$ 101 milhões, ainda menor que o valor de 2020, demonstrando uma continuidade na política de redução de verbas para este programa.

Neste quadro, o principal impacto imediato destes cortes reside na redução de

²³ Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) indicam que os assassinatos no campo tiveram um aumento de 75%, entre 2020 e 2021. Os assassinatos saltaram de 20, em 2020, para 35, em 2021, tirando a vida de lideranças que atuam na defesa dos Direitos Humanos e da natureza (Dantas, 2022).

compras de alimentos. Com menos recursos, o PAA teve sua capacidade de compra de produtos da agricultura familiar drasticamente reduzida, afetando a renda e a sustentabilidade dos pequenos produtores rurais. Em consequência, um dos impactos destes cortes recaiu sobre a insegurança alimentar. A diminuição das aquisições impactou negativamente a segurança alimentar de comunidades vulneráveis que dependem dos alimentos distribuídos pelo programa. Ao mesmo tempo, estes cortes orçamentários resultaram na inclusão de menos agricultores familiares no programa, limitando suas oportunidades de comercialização de produtos a preços justos. Essa redução de recursos no PAA é uma evidência clara da diminuição do apoio governamental à agricultura familiar durante o governo Bolsonaro, em contraste com o favorecimento dado ao agronegócio.

Quanto ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), apesar de ser um programa tradicionalmente voltado para apoiar a agricultura familiar, enfrentou dificuldades de execução e repasses durante o governo Bolsonaro, prejudicando pequenos produtores que fornecem alimentos para escolas. Da mesma forma, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), apesar de ter sido continuado, enfrentou limitações no aumento de crédito e assistência técnica, em comparação ao apoio dado ao agronegócio.

Segundo dados do DIEESE, em 2023, o Governo Federal volta a priorizar a agricultura familiar. Depois de quatro anos de interrupção, o Plano Safra 2023/2024 da Agricultura Familiar foi anunciado pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva. Foram disponibilizados R\$ 71,6 bilhões ao crédito rural, um aumento de 34% em relação à safra passada e o maior valor já registrado. Somado a outras ações, como compras públicas, assistência técnica e extensão rural, Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), Garantia-Safra e Proagro Mais, o total de recursos para a agricultura familiar chegou a R\$ 77,7 bilhões.

Dentre as medidas anunciadas, destaca-se a redução da taxa de juros de 5% para 4% ao ano para os agricultores familiares que produzem alimentos essenciais para as famílias brasileiras, como arroz, feijão, mandioca, tomate, leite e ovos. Além disso, as alíquotas do Proagro Mais para a produção de alimentos serão reduzidas em 50%. Os agricultores familiares que optarem por práticas sustentáveis de produção, como orgânicos, produtos da sociobiodiversidade, bioeconomia ou agroecologia, serão incentivados com juros ainda mais baixos, de apenas 3% ao ano para custeio e 4% ao ano para investimento.

Outra novidade foi a ampliação do microcrédito produtivo, destinado aos agricultores familiares de baixa renda (Pronaf B). O enquadramento da renda familiar anual foi ampliado de R\$ 23 mil para R\$ 40 mil, e o limite de crédito passará de R\$ 6 mil para R\$ 10 mil. Será criada uma nova faixa na linha Pronaf Mulher, com limite de financiamento de até R\$ 25 mil por ano e taxa de juros de 4% ao ano, destinada às agricultoras com renda anual de até R\$ 100 mil. Além disso, no Pronaf B, o limite do financiamento dobrará, chegando a R\$ 12 mil, e haverá desconto de adimplência de 25% a 40%. Os quilombolas e assentadas da reforma agrária terão aumento no desconto no Fomento Mulher, que passará de 80% para 90%.

Com a retomada do investimento do estado na agricultura familiar, os assentados apostam no fortalecimento das cooperativas organizadas e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade de vida dos cooperados. Caracteriza-se cooperativismo o modelo de cooperação socioeconômica pautado nos princípios democráticos, solidários, coletivos daqueles que se organizam de forma voluntária, com o objetivo de buscar oportunidades conjuntas. Como forma de otimizar recursos, melhorar as condições de trabalho e gerar renda a partir de uma nova relação de trabalho, com benefício igualitário para todos os associados.

Conforme dados do Censo Agropecuário 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), um levantamento feito em mais de 5 milhões de propriedades rurais de todo o Brasil aponta:

- 579,5 mil desses estabelecimentos estão associados a cooperativas, o que equivale a 11,4% de todos os agropecuários do país.
- Cerca de 410 mil são da agricultura familiar, ou seja, 71,2% dos estabelecimentos cooperados são deste tipo.

Outro levantamento, feito pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) (Confira [...], 2022) confirma a existência de mais de 1.200 cooperativas agropecuárias em plena atividade no Brasil, o que gera aproximadamente 207 mil empregos. Dessa forma, o cooperativismo se revela um instrumento sólido de acesso a mercados e um mecanismo importante para a permanência dos agricultores no campo, à medida que propicia formas de comercialização de seus produtos, bem como o fornecimento coletivo de serviços aos cooperados. Entre os serviços ofertados pelas cooperativas aos seus associados estão: inclusão de produtores, independentemente de seu tamanho e sistema de produção; coordenação da cadeia

produtiva em relação horizontal; geração e distribuição de renda de forma equitativa; prestação de serviços e acesso e adoção de tecnologias aos seus cooperados; economias em escala nos processos de compra e venda, isto é, barganha adquirida nas compras e nas vendas coletivas; acesso a mercados, o que isoladamente seria mais complicado; e agregação de valor à produção dos cooperados.

O capitalismo se tornou dominante há tanto tempo que tendemos a tomá-lo como normal ou natural. O que significa que a economia de mercado deve ser competitiva em todos os sentidos: cada produto deve ser vendido em numerosos locais, cada emprego deve ser disputado por numerosos pretendentes, cada vaga na universidade deve ser disputada por numerosos vestibulandos, e assim por diante. A competição é boa de dois pontos de vista: ela permite a todos nós consumidores escolher o que mais nos satisfaz pelo menor preço; e ela faz com que o melhor vença, uma vez que as empresas que mais vendem são as que mais lucram e mais crescem, ao passo que as que menos vendem dão prejuízo e se não conseguirem mais clientes acabarão por fechar. Os que melhor atendem os consumidores são os ganhadores, os que não o conseguem são os perdedores (Singer, 2002, p. 7).

De acordo com os dados do IBGE de 2023 (Brasil, 2024), houve um aumento no número de lares com segurança alimentar nos últimos anos. No ano passado, 72,4% dos domicílios no Brasil estavam em segurança alimentar, o que representa 151,9 milhões de brasileiros. Isso demonstra um avanço em relação à pesquisa anterior, realizada no biênio 2017-2018, na qual apenas 63,3% dos lares apresentavam segurança alimentar. É importante ressaltar que esse índice de 2023 é o segundo melhor da série, ficando atrás apenas do resultado de 2013, quando 77,4% dos lares tinham acesso a uma alimentação de qualidade. O IBGE aponta alguns fatores que contribuíram para essa melhora, como o investimento em programas sociais, a recuperação econômica e o preço dos alimentos. Esses elementos influenciam diretamente na disponibilidade e no acesso a alimentos de qualidade, garantindo uma maior segurança alimentar para a população.

3.3 BRASIL NO MAPA DA FOME E A EXIGÊNCIA DE UM NOVO MODELO ECONÔMICO

A insegurança alimentar no Brasil passou por inúmeras variações, aumentando significativamente durante o governo Bolsonaro, motivadas em parte pela pandemia de COVID-19, mas especialmente por políticas econômicas e sociais insuficientes para mitigar a crise. Ao mesmo tempo, recessão econômica, desemprego elevado e cortes em programas sociais contribuíram para seu agravamento.

Os dados sobre a fome no Brasil nos últimos anos mostram uma significativa oscilação antes, durante e após o governo Bolsonaro, com um agravamento da situação durante seu mandato e uma recuperação nos anos subsequentes.

A situação da fome no Brasil piorou significativamente. Em 2022, cerca de 33,1 milhões de pessoas enfrentavam insegurança alimentar grave, representando aproximadamente 15,5% da população. Essa piora é atribuída à combinação de crises econômicas, redução de investimentos em políticas sociais e o impacto da pandemia de COVID-19. O aumento foi especialmente acentuado em áreas rurais e entre populações negras e pardas, além de famílias chefiadas por mulheres e aquelas com crianças pequenas (Oxfam Brasil, 2022).

Em 2014, o Brasil havia saído do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), com uma taxa de insegurança alimentar de 22,6%, conforme o relatório da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) (Brasil, 2014).

No início do governo Bolsonaro, a insegurança alimentar moderada ou grave chegou a atingir 36,7% dos domicílios brasileiros.

Durante a pandemia (2020-2022), o quadro agravou-se significativamente. Em 2020, a insegurança alimentar grave foi estimada em 9% da população, enquanto a moderada atingiu 20,5%. No fim do governo Bolsonaro, a insegurança alimentar moderada ou grave subiu para 55,2% dos domicílios brasileiros, conforme o relatório completo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) publicado em 2022.

Com a mudança de governo em 2023, estão sendo implementadas políticas públicas voltadas para o combate à fome: “13 milhões de pessoas deixaram de passar fome no Brasil e 20 milhões de pessoas deixaram de sofrer de insegurança alimentar moderada em 2023. O dado representa redução de 30% da insegurança alimentar total (grave e moderada) no país.” (Brasil, 2024). Por fim, ainda não está disponível o

relatório anual da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), apresentando atualizações destes dados.

3.4 HISTÓRICO DA COPACON

A Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista (COPACON) é reconhecida como um importante marco para as famílias assentadas, uma vez que, por meio dela, é realizada a comercialização da produção em mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Os produtos do assentamento também são comercializados em redes de supermercados de Londrina, na rede Armazém do Campo, no Feirão da Resistência e reforma agrária, em feiras livres e pelo Grupo de Mulheres Camponesas do Assentamento Eli Vive II, que faz entregas de cestas semanalmente em Londrina, em parceria com o Centro Público de Economia Solidária. Além da cooperativa, a comunidade tem a Associação dos Camponeses do Assentamento Eli Vive (ACAEV), que elabora e executa projetos que atendem a demandas do assentamento. Há, ainda, a Associação das Mulheres Camponesas do Assentamento Eli Vive II (AMCEV), que executa o Projeto das Sacolas Camponesas em parceria com a Universidade Estadual de Londrina (UEL). A Indústria do Milho foi inaugurada no ano de 2022, com financiamento do FINAPOP.

No Eli Vive, em média, por ano, são comercializadas 205 toneladas de fubá, 570 toneladas de feijão, 70 toneladas de canjiquinha, 55 toneladas de farinha de milho biju, 200 toneladas de hortifrúti, com uma diversidade de mais de 20 produtos. A cooperativa mantém uma loja agropecuária para atender aos sócios e recentemente inaugurou uma agroindústria para beneficiamento de feijão e derivados de milho, com capacidade de beneficiamento de 100 toneladas/mês, conforme informação dos membros da cooperativa.

As antigas fazendas Guairacá e Pininga, que foram transformadas nos assentamentos Eli Vive I e Eli Vive II em 2013, retratam as etapas históricas da questão agrária paranaense, dentre elas, a notória concentração de terras, uma vez que as duas propriedades, que somam 7,3 mil hectares pertenciam a duas famílias. O Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) foi projetado para receber

quinhentas e uma famílias, o que aconteceu tão logo o sorteio dos lotes, no entanto, estima-se que hoje, cerca de três mil pessoas residem no assentamento.

A fazenda Guairacá foi ocupada primeiramente em 1991, tendo enfrentado forte atuação do estado e da polícia militar para que deixassem o local. Em 2009, com o objetivo de pressionar a realização da desapropriação das propriedades e assentar as famílias acampadas, o MST voltou a montar os acampamentos nas fazendas e lá permaneceu por quatro anos. Neste período, houve a análise da potencialidade produtiva e a aquisição das propriedades pelo governo federal pelo valor de 78 milhões de reais, a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e o assentamento das famílias.

Além dos novos assentamentos apresentarem potencialidades produtivas devido à fertilidade do solo, eles também são estratégicos pelo fato de integrarem a região metropolitana de Londrina. Os assentamentos foram oficializados em setembro de 2013, quando foram sorteados os quinhentos e um lotes entre as famílias acampadas. Seu nome, definido pelos acampados, é uma homenagem ao camponês Eli Dallemole, líder do MST na região, que foi assassinado em sua propriedade, em Ortigueira-PR, em 2008. Os assentamentos Eli Vive I e Eli Vive II estão localizados no distrito rural de Lerroville, a 61 quilômetros de Londrina e 336 quilômetros de Curitiba, capital do estado.

3.5 HISTÓRICO DA COPRAN

A Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa (COPRAN), está localizada no município de Arapongas-PR no assentamento que tem como nome, Dorcelina Folador, líder do MST e prefeita pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em Mundo Novo (MS), brutalmente assassinada com seis tiros nas costas no dia 30 de outubro de 1999, na varanda de sua residência, aos 36 anos. Dorcelina nasceu em 27 de julho de 1963, em Guaporema, PR, e se mudou para Mundo Novo em 1976, começando sua trajetória na Pastoral da Juventude em 1980. Em 1987, foi cofundadora do PT, se lançou como candidata a vereadora e, posteriormente, foi eleita prefeita da cidade. Desempenhou também papel fundamental na criação da Associação Mundonovense dos Portadores de Deficiência Física (AMPDF). Como professora, poeta e artista plástica, Dorcelina se engajou na luta pela reforma agrária no Mato Grosso do Sul a partir de 1989, tornando-se uma

militante ativa no MST e ocupando cargos de liderança estadual no movimento. Dorcelina Folador permanece como símbolo de resistência e luta, com seu nome perpetuado em escolas, acampamentos e assentamentos.

A COPRAN foi inaugurada em 04 de fevereiro de 2013 e contou com a presença da então presidente da República, Dilma Rousseff (PT).

Figura 2 - Inauguração da Agroindústria COPRAN



Fonte: Lima (2013b).

A cooperativa se destaca pelo fortalecimento da Agricultura familiar, promovido através do esforço coletivo de seus membros em um processo de cooperação. Oferece a seus cooperados acesso a tecnologias de produção por meio de um centro de formação e produção, onde desenvolve atividades como bovinocultura de leite, cultivo de hortaliças (horta mandala) e uma unidade de produção e maturação de bananas. As técnicas disseminadas são adaptadas à realidade das famílias envolvidas. Os cooperados estão organizados em linhas de produção, e seus produtos passam por processos de beneficiamento e industrialização, sendo entregues a programas institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além do mercado convencional, que inclui frutas, verduras, leite, iogurte, bebidas lácteas e queijos. A

produção abrange uma diversidade de alimentos, como café, leite, vassouras, mandioca e milho, entre outros cultivados pelas famílias.

Em 1999, o movimento ocupou a antiga fazenda São Carlos. Naquele período, os proprietários enfrentavam um processo de confisco que previa a venda da propriedade em leilão pelo Banco do Brasil para quitar uma dívida de quase treze milhões de reais. O MST mobilizou as famílias acampadas na região e decidiu participar do leilão, iniciando a ocupação com 20 famílias, que foram rapidamente despejadas pela polícia. Após o banco confiscar a fazenda, a propriedade passou a pertencer à União, tornando-se passível de reforma agrária.

No seu primeiro ano de funcionamento, a cooperativa chegou a produzir 12.000 litros de leite por dia, atendendo a produtores de assentamentos e agricultores familiares de Arapongas, Apucarana, Londrina e Maringá. Atualmente, tem capacidade para produzir 90.000 litros de leite por dia e atende mais de 420 produtores de leite, localizados em mais de 20 municípios das regiões Norte, Centro-Oeste e Noroeste do Paraná. A conquista de uma agroindústria de beneficiamento do leite foi resultado de anos de luta do MST no estado, como afirmou Dirlete Dellazeri, diretora da COPRAN, durante a inauguração: "A indústria de laticínios é uma grande conquista, fruto de anos de luta do MST no Paraná. Essa luta começou desde o acampamento, na obtenção da terra, e agora temos a agroindústria" (Lima, 2013b).

Dirlete, que participou da ocupação da área em 1999, também destacou que o assentamento é uma referência para a reforma agrária, pois além da distribuição de terra, as pessoas encontraram ali condições para viver, ter acesso à educação, saúde, trabalho e desenvolver a produção de alimentos para a população e seus próprios conhecimentos. Essas questões, essenciais para o desenvolvimento da vida nas comunidades camponesas e os avanços da reforma agrária, são resultado da organização do trabalho coletivo das famílias ao redor de suas produções, como enfatizou a presidente Dilma no ato de inauguração. "Essa agroindústria é uma referência", disse Dilma aos trabalhadores da linha da produção do leite, durante a visita no ano de 2013" (Lima, 2013b).

Na ocasião da visita da presidente, Dilma Rousseff anunciou o investimento de 13 milhões do governo federal na agroindústria por meio Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Atualmente, a Cooperativa conta com 1.070 sócios, a maioria sendo

agricultores familiares que residem em terras oriundas da reforma agrária. Além das duas agroindústrias, também possui uma pequena padaria. A produção da agroindústria de leite e do hortifrúti abastece o mercado varejista da região, assim como o mercado institucional, através dos programas de merenda escolar estadual e municipal das escolas locais e de Curitiba. A padaria atende especificamente ao programa da merenda escolar de Arapongas. Os 20 produtos lácteos - leite pasteurizado, queijos, iogurtes, bebida láctea, manteiga e requeijão - que levam o nome da marca coletiva de algumas das cooperativas da reforma agrária do Paraná, a Campo Vivo, também podem ser encontrados pelos consumidores nas lojas da Rede Armazém do Campo do Paraná e de São Paulo. Produzir alimentos saudáveis faz parte do cotidiano das famílias sem-terra, que estão avançando na organização da produção através das cooperativas.

A Figura 3, extraída da dissertação do mestre Chrystian Biscaro (2022), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina-UEL, destaca os principais marcos na trajetória da COPRAN.

Figura 3 – Trajetória histórica COPRAN



Fonte: Christian Biscaro

Biscaro (2022) estuda a educação para a cooperação em territórios da reforma agrária e entrevistou cooperados da COPRAN, no assentamento Dorcelina Folador:

Entre os anos de 2007 e 2008, o grupo de produtores de leite iniciou suas primeiras discussões sobre a possibilidade de construir o seu próprio laticínio. Nesse período, o cenário político brasileiro era favorável a programas sociais que incentivavam a compra direta de produtos agropecuários de pequenos produtores, implementação de agroindústrias, entre outros. Nesse momento, “nós começamos a

discutir a necessidade de se ter um laticínio e a necessidade de se ter uma cooperativa pra fazer a gestão, enfim, a gente ter um CNPJ” (ENTREVISTADO E1). Em 2009, após muitas conversas, os produtores passaram a utilizar um CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) que estava inativo – sem qualquer irregularidade fiscal ou cadastral – que havia sido cadastrado por uma outra cooperativa do MST, uma “cooperativa irmã”, nas palavras do Entrevistado E1 (Biscaro, 2022, p. 98).

O mestre em administração da UEL analisou o princípio educacional nas cooperativas no Paraná e revela a trajetória dessas organizações, suas perspectivas e desafios de se manterem ativas preservando o princípio de cooperação.

No Paraná, existem 23 cooperativas que organizam a produção, cumprindo sua função econômica ao agregar valor e aumentar a renda das famílias, e sua função social ao ajudar a fortalecer o território onde estão inseridas. Defender a produção de alimentos e o cooperativismo estão entre as principais bandeiras do MST.

Este capítulo mostra de que forma os projetos do MST, observados no *lócus* da pesquisa, apresentam-se como uma possibilidade contra-hegemônica a partir da leitura de Gramsci (1999).

[...] a hegemonia é obtida e consolidada em embates que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas envolvem também, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se. Portanto, a hegemonia não deve ser entendida nos limites de uma coerção pura e simples, pois inclui a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo (Gramsci, 2002, v.6, p. 65).

Ao estabelecer a relação à sustentação dos projetos executados pelo MST, em suas cooperativas com o FINAPOP, considera-se também a possibilidade de uma contra-hegemonia no sistema financeiro de capitais, sob a ótica de Gramsci, uma vez que essa hegemonia se manifesta na forma como as instituições financeiras operam e decidem quais projetos e empreendimentos serão financiados.

O cerco se fecha em torno das possibilidades de abertura de créditos populares para financiamentos de projetos, como os do MST, que visam à democratização da economia, buscando alternativas ao modelo dominante baseado no agronegócio e no latifúndio. No entanto, o sistema financeiro de capitais, sob a hegemonia dominante, muitas vezes invisibiliza ou impede a obtenção de créditos para esses projetos. Essa

invisibilidade ocorre porque a lógica do sistema financeiro está orientada para atender os interesses da classe dominante, que geralmente se alinham com o agronegócio e o latifúndio. Os critérios de concessão de crédito são pautados por uma série de requisitos, como garantias e histórico de pagamento, que muitas vezes excluem grupos populares e movimentos sociais que buscam a democratização da economia.

A hegemonia de Gramsci também se manifesta na forma como a classe dominante molda a opinião pública e cria uma narrativa que desacredita ou criminaliza movimentos sociais como o MST. Eles são frequentemente retratados como invasores de terras privadas ou como ameaças à ordem social e econômica. Essa narrativa reforça a concentração de poder e recursos nas mãos de poucos, dificultando a obtenção de apoio e financiamento para projetos que buscam uma reorganização da estrutura social e econômica.

Dessa forma, o FINAPOP surge como uma alternativa dentro desse contexto, permitindo que investidores apliquem seus recursos em projetos sustentáveis, especificamente voltados para cooperativas e agroindústrias da agricultura familiar, como as vinculadas ao MST. Essa iniciativa inovadora no mercado financeiro busca não apenas oferecer rentabilidade aos investidores, mas também contribuir para o fortalecimento das atividades cooperativistas, o apoio à produção agroecológica e a geração de novas possibilidades de renda para as famílias que vivem no campo, principalmente aquelas oriundas da reforma agrária, se colocando no enfrentamento à invisibilidade e à dificuldade de obtenção de créditos por parte de grupos populares e movimentos sociais, indo contra a lógica do sistema financeiro convencional que privilegia os interesses da classe dominante e do agronegócio.

Ao possibilitar que investidores direcionem seus recursos para projetos na área da agricultura familiar por meio das cooperativas vinculadas ao MST, o FINAPOP desafia a narrativa dominante que criminaliza esses movimentos. Os investidores têm a oportunidade de aplicar em Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), títulos de dívida que rendem 5,5% ao ano e oferecem isenção de imposto de renda. Além do retorno financeiro, o atrativo do FINAPOP é o impacto social e ambiental positivo, ao financiar projetos sustentáveis que contribuem para a segurança alimentar do Brasil e fortalecem a agricultura familiar. O FINAPOP se apresenta como uma opção vantajosa no mercado financeiro, tanto para os investidores quanto para a sociedade como um todo, ao possibilitar a democratização da economia e a

reorganização da estrutura social e econômica através do acesso ao crédito para projetos populares e sociais.

3.6 O MST E A UNICRAB

Mais de 200 cooperativas que atuam na produção de alimentos em assentamentos criaram a União Nacional das Cooperativas da reforma agrária (Unicrab), com o objetivo de fortalecer o sistema cooperativista, combater a fome e desenvolver a agricultura familiar e a agricultura camponesa²⁴. A organização pretende unir os produtores da reforma agrária em todo o país, fortalecer o sistema cooperativista nos assentamentos e criar novas cooperativas. A cooperação é considerada fundamental para potencializar a produção e a comercialização de alimentos. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra possui experiência na produção de alimentos agroecológicos e a ideia da Unicrab é compartilhar esse conhecimento e melhorar a produção para abastecer o país com alimentos saudáveis. A principal preocupação das cooperativas é colocar os alimentos no mercado interno para combater a inflação e ajudar a combater a fome. Diego Moreira, da coordenação nacional do MST, fala sobre essa nova organização de cooperação.

Estamos falando de pequenas unidades produtivas, poucas políticas públicas que chegam ao campo, aos assentamentos, a necessidade da cooperação, seja do ponto de vista das sementes, de outros insumos, do maquinário, a cooperação do trabalho é fundamental porque é o que garante que de fato consiga ter produtividade, consiga ter rentabilidade no trabalho, consiga diminuir a penosidade do trabalho e a cooperação para nós, mais do que tudo, ela é o que garante as relações sociais, porque as relações sociais através da produção permite elevar o nível de consciência (Quirino, 2024).

²⁴ A agricultura familiar refere-se a um modelo de produção agrícola que é gerido e trabalhado por uma família, onde a mão de obra é predominantemente familiar e a produção é voltada tanto para o consumo próprio quanto para a comercialização. Esse tipo de agricultura é importante para a segurança alimentar e para a economia local. Por outro lado, a agricultura camponesa é um conceito mais amplo que abrange não apenas a produção familiar, mas também a relação dos camponeses com a terra, a cultura e as práticas agrícolas, bem como práticas tradicionais e sustentáveis que são passadas de geração em geração.

A UNICRAB foi lançada no mês de abril de 2024, durante o Encontro Nacional de Cooperativas das áreas de reforma agrária na cidade de Luziânia, em Goiás com representação de todo o território nacional.

A principal missão da Unicrab é combater a pobreza, gerando emprego e renda e oferecendo soluções para promover a dignidade humana e a qualidade de vida. Para alcançar esse objetivo, a Unicrab irá trabalhar em parceria com entidades e associações que atuam na produção agrícola de forma agroecológica e sustentável e se apresenta como o resultado de um processo histórico de amadurecimento organizativo de cooperativas e outras organizações da reforma agrária.

CAPÍTULO 4

FINAPOPOP, FINANCIAMENTO POPULAR PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS

De que maneira o FINAPOPOP desafiou o capital financeiro, ao possibilitar a captação de recursos às cooperativas de agricultura familiar num mesmo ambiente de negócios do mercado de capitais?

Para falar sobre o FINAPOPOP, foi necessário, no decorrer da pesquisa, aprofundar um tema muitas vezes distante do radar da sociologia, o mercado de capitais e financeiro, que compreende grupos organizados que intermedeiam diversas instituições para que haja convergência entre o interesse daqueles que detêm recursos para investir e aqueles que necessitam tomar algum recurso em forma de empréstimo, fazendo com que o capital flua na economia.

Este capítulo dá visibilidade à operação FINAPOPOP, que se apresentou no mercado financeiro trazendo uma proposta inovadora em sua natureza, pois os investidores tiveram a opção de aplicar seus recursos em operações que visavam a projetos sustentáveis advindos das cooperativas da agricultura familiar, especialmente vinculados ao MST, e acompanhar a execução do projeto a que se propuseram a financiar.

A pesquisa trouxe a contribuição de Ross (2002), Naik (2001) e Moreira (2021) para ajudar a entender o funcionamento convencional do sistema financeiro, para melhor compreender como o FINAPOPOP inovou, inserindo, no mercado de capitais e financeiro, as cooperativas da reforma agrária, permitindo que esses empreendimentos pudessem captar recursos na modalidade chamado B3 (Brasil, Bolsa, Balcão)²⁵.

O mercado de capitais engloba a negociação de diversos instrumentos financeiros, como ações, títulos de dívida, derivativos e outros ativos financeiros de longo prazo. Seu principal propósito é viabilizar o financiamento de empresas e

²⁵ Criada em março de 2017 a partir da integração da BM&FBOVESPA e da Cetip, a B3 se consolida como uma das principais empresas de infraestrutura de mercado financeiro no mundo, com atuação em ambiente de bolsa e de balcão. Sociedade de capital aberto - cujas ações (B3SA3) são negociadas no Novo Mercado -, a B3 integra os índices Ibovespa, IBrX-50, IBrX e Itag, entre outros. Reúne ainda tradição de inovação em produtos e tecnologia e é uma das maiores em valor de mercado, com posição global de destaque no setor de bolsas (B3 S.A, 2019).

governos por meio da emissão e comércio desses instrumentos. A bolsa de valores atua como um mercado organizado onde ocorrem as transações de compra e venda de ações e outros ativos financeiros. Nesse ambiente, os investidores têm a possibilidade de adquirir e vender ações de empresas listadas, proporcionando-lhes a oportunidade de participar do crescimento e lucro dessas organizações. Já os fundos de investimento são veículos financeiros nos quais vários investidores investem conjuntamente, formando um patrimônio coletivo.

As aplicações dos investidores são gerenciadas por profissionais especializados que decidem como alocar os recursos do fundo com base em uma estratégia de investimento estabelecida anteriormente. Esses fundos podem investir em ações, títulos de dívida, derivativos e outros ativos financeiros, oferecendo ampla diversificação aos investidores e acesso a mercados e ativos que, individualmente, seriam de difícil alcance. Em geral, esses três elementos - mercado de capitais, bolsa de valores e fundos de investimento - interligam-se de maneira complementar. Por exemplo, investidores aplicam seus recursos em fundos de investimento que, por sua vez, podem investir nas ações de empresas listadas na bolsa de valores. Assim, o mercado de capitais, a bolsa de valores e os fundos de investimento viabilizam o acesso dos investidores a diversas oportunidades de investimento, ao mesmo tempo em que estimulam o desenvolvimento econômico e oferecem liquidez.

O FINAPOPOP é um financiamento popular que tem, na sua origem, o intuito de contribuir para o fortalecimento das atividades cooperativistas, apoiar as produções agroecológicas, gerar novas possibilidades de renda para as famílias que vivem e sobrevivem do campo, de forma especial, nos territórios oriundos da reforma agrária, e fortalecer as agroindústrias. O FINAPOPOP é uma linha de crédito e financiamento, com garantia de retorno econômico e com responsabilidade social, uma vez que o investimento está voltado a projetos sustentáveis em sistema de cooperados, que proporcionam impactos importantes ao meio ambiente e a toda a sociedade.

O FINAPOPOP incorporou as cooperativas da agricultura familiar na condição de emissão dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), possibilitando aos investidores escolherem o destino de seus investimentos, e, nesse caso, financiar projetos advindos da agricultura familiar, com títulos que renderam em torno de 5,5% ao ano no ano de 2020.

Os responsáveis pela operação do FINAPOPOP foram Eduardo Moreira e João Paulo Pacífico, vinculados à Gaia Impacto, emissora dos títulos, e a Terra

Investimentos. Moreira, um dos idealizadores do FINAPOPOP, explica funciona essa operação,

O Finapop se baseia na distribuição de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), que é um título de dívida. As pessoas físicas que adquirem um CRA têm isenção de imposto de renda e receberão seus recursos de volta em até cinco anos, com pagamentos mensais a partir do 13º mês e juros de 5,5%. Como os valores estão livres de tributação, os juros são líquidos, e não brutos, tornando o Finapop uma das opções mais vantajosas do mercado financeiro para os investidores de pequeno porte. Para além desse ganho, o principal atrativo do Finapop é saber que o seu investimento ajuda a financiar a agricultura familiar, que produz 70% dos alimentos que compõem a mesa do brasileiro (Moreira, 2021).

Conforme Eduardo Moreira, o FINAPOPOP oferece uma oportunidade de investimento rentável e ao mesmo tempo sustentável, contribuindo para o desenvolvimento da agricultura familiar e para a segurança alimentar do Brasil. Desperta atenção o fato de que essa operação ocorreu dentro do mercado financeiro de capitais, algo raro, considerando a entrada do MST nessa modalidade de captação de recursos.

Segundo Ross (2002), os mercados financeiros se dividem em duas categorias básicas: o mercado monetário, composto pelos títulos de dívida a curto prazo, e o mercado de capitais, no qual são transacionados títulos de dívida de longo prazo e as ações. Naik (2001), por sua vez, sintetiza o mercado financeiro enquanto uma relação eficiente entre consumo atual e futuro entre poupadores e emprestadores, gerenciamento e compartilhamento de risco, separação entre investidores e administradores de empresas. Constitui-se num instrumento importante de avaliação do desempenho da administração corporativa da empresa:

Poupadores ou emprestadores são aqueles que abdicam do consumo imediato - isto é, postergam seu consumo - em troca de rendimento futuro. Tomadores são os indivíduos que necessitam antecipar o consumo para satisfazer necessidades pessoais ou para investimento em atividades produtivas. Por essa antecipação, eles se dispõem a pagar juros ou a dividir sua renda futura com aqueles que lhes emprestam tais recursos. O equilíbrio entre a oferta e a demanda por recursos se faz via taxa de juros (Naik, 2001, p.17).

Entende-se, dessa forma, que o mercado de capitais e financeiro cumpre o papel de propiciar ofertas e volume de recursos através da bolsa de valores, fazendo

girar as operações através de títulos de dívidas e ações de órgãos reguladores²⁶, que constituem um conjunto de instituições, entidades e o próprio governo. Juntos, formam o Sistema Financeiro Nacional (SFN), que movimenta dinheiro, quita dívidas e procede aos investimentos, garantindo um ambiente de negócios atrativo, dentro e fora do País. Essa movimentação se faz não necessariamente pelos investidores, mas por agentes nomeados por eles, cabendo a estes alocar os valores disponibilizados pelas corporações em projetos cujo objetivo é aumentar a riqueza dos contratantes. O interesse dos investidores é manter seu dinheiro em negócios que tenham equilíbrio entre a relação fator risco e retorno desejado e, com isso, ampliar suas fontes de riqueza.

4.1 QUAL A NOVIDADE NO FINAPOP?

A questão é que, nessa carteira de opções em onde aplicar o dinheiro, os pequenos empreendimentos e cooperativas não estão no rol de possibilidades do mercado convencional de capitais. Dessa forma, o que há de inédito na operação FINAPOP é a entrada do MST no mercado de capitais e financeiro, ambiente privilegiado dos grandes interesses do capital, que investe suas apostas nos projetos e negócios que melhor lhe renderão, deixando os pequenos agricultores e empreendedores familiares sem recursos para seus financiamentos e, quando os têm, vêm ladeados por juros elevados e condições incompatíveis com a realidade desses clientes, agravando-se ainda mais pela burocracia das instituições de crédito, que acabam por afastá-los do acesso ao crédito.

Conhecedores do ambiente do mercado de capitais e financeiro, o economista Eduardo Moreira e o ativista João Paulo Pacífico conseguiram, por meio do FINAPOP, aproximar a necessidade existente nas cooperativas vinculadas ao MST, que buscavam financiamento para seus projetos, com investidores que procuravam preservar seu dinheiro, por meio da captação de recursos na modalidade chamado B3 (Brasil, Bolsa, Balcão). João Paulo Pacífico explica como se deu o processo de organização da estratégia de captação dos recursos para se cumprir o projeto;

²⁶ Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Monetários (CVM), Superintendência de recursos privados (SUSEP), Associação das entidades do mercado financeiro e de capitais (AMBIMA), Brasil, Bolsa e Balcão (B3) (BCB, [2023].

Montamos um grupo de trabalho e por cerca de um ano mergulhamos no mundo das cooperativas, o trabalho foi imenso, reuniões semanais. Até que tudo estava pronto para lançarmos o produto financeiro (chamado de CRA). Nessa operação não tínhamos um banco ao nosso lado, muito menos assessores de investimentos para falar com os investidores, não gastamos um centavo para fazer marketing. Nossa grande aposta era uma *live* cheia de restrições (*link* fechado, sem gravação). Só poderíamos enviar o *link* para as pessoas que se cadastrassem, nossa sorte era que o Finapop tinha despertado o desejo de milhares de pessoas. Separei minhas anotações, combinei com os advogados o que deveria falar. Testamos os computadores, decidimos que eu usaria o da Priscila, que tem câmera melhor que o meu, ela separou os documentos para caso perguntassem algo específico...Cerca de uma hora antes da *live*, recebi o *email* de um dos participantes solicitando que cancelássemos o evento, dizendo que era contrário à realização (apesar de a CVM ter aprovado). Refletimos e tomamos a decisão: ignorar o pedido e fazer a *live*. O resultado da *live* foi incrível, nos dias que se seguiram muitas matérias positivas na mídia nacional e internacional, centenas de investidores fizeram as suas reservas de investimentos, tudo indo maravilhosamente bem, até que veio uma bomba...CVM suspende temporariamente oferta pública de cooperativas do MST. A operação não tinha nada de errado, mas tinha uma minoria torcendo muito contra!!! (Para não termos problemas jurídicos, prefiro não contar uma dezena de tentativas de boicote que sofremos). Mas, para azar dos que torceram e agiram contra, a suspensão da oferta trouxe uma enorme mobilização da sociedade civil, a mídia noticiou, influenciadores se posicionaram... explicamos para a CVM todos os pontos, Veirano e os advogados das cooperativas foram brilhantes e revertemos a situação (Pacífico, 2021).

O jovem ativista fala sobre o início do projeto e como se aproximaram do movimento social,

Muitas pessoas questionaram: por que a Gaia resolveu trabalhar com o “polêmico” Movimento? ...Sempre ouvi na mídia que o MST era um grupo de terroristas que roubava e não trabalhava... até que um dia o meu amigo Eduardo Moreira resolveu viver por algumas semanas em acampamentos e assentamentos ligados aos Sem-Terra. Quando nos encontramos, ele pegou o seu celular e me mostrou a foto de uma agroindústria bem bonita e arrumada: “Sabe onde é isso, João? ”, ele perguntou. Eu não fazia ideia. “Num assentamento do MST”, ele disse, me trazendo uma sensação de surpresa absoluta! Nos minutos que se seguiram, ele contou super. empolgado as vivências e aprendizados que teve nas semanas anteriores. Passada a primeira quebra de paradigma, e com várias interrogações em minha mente, marcamos uma reunião na Gaia com os principais líderes do Movimento (Pacífico, 2021).

A proposta, naquele momento, embora com a resistência do mercado, especialmente quanto ao perfil das cooperativas por serem ligadas ao MST, captou,

entre os anos 2020 e 2022, 42 milhões de reais, destinados, em curto prazo, a 46 investimentos em cooperativas, beneficiando em torno de 13 mil famílias, que atuam desde a produção até a fase final dos produtos nas cooperativas. Na primeira fase, os investimentos foram destinados a grandes investidores e, na etapa seguinte, foi possível investir a partir de R\$ 100,00. Os resultados, desde 2020, surpreendem, o que ressalta e justifica a importância desta pesquisa, no sentido de mostrar que é possível democratizar o uso do mecanismo do mercado financeiro com vistas a financiar negócios sustentáveis e de pequenos investidores, necessitando, para isso, romper com os preconceitos e reservas de mercado, sempre ao lado das elites,

O mercado financeiro é elitista! Foi feito para ricos investirem melhor, para ricos receberem os recursos. O sistema é assim! Então, resolvemos fazer uma operação em que pessoas pudessem investir a partir de R\$ 100,00 na agricultura familiar, que produz alimentos orgânicos, agroecológicos. Para fazer isso, a burocracia é desafiadora. As grandes empresas que captam recursos no mercado financeiro têm enormes departamentos financeiros, jurídicos, mas estávamos falando de cooperativas de agricultores familiares, assentados da reforma agrária. Alguns escritórios de advocacia recusaram trabalhar na operação. Eu pedi que eles se dispusessem a ouvir, a entender o que era o MST, mas não quiseram. Não os condeno, mas são reféns do sistema. Até que falei com um dos mais renomados escritórios do país, mas que nunca tínhamos contratado, o Veirano Advogados. E eles aceitaram (Pacífico, 2021).

A resistência frente à iniciativa do FINAPOPOP em possibilitar acesso a crédito para as cooperativas vinculadas ao MST incomodou também os agentes políticos, que fizeram aprovar na Câmara dos Deputados, em 13/06/2023, um requerimento convocando o economista Eduardo Moreira para depor na CPI que investigava as ações do MST, a saber:

Requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO do Senhor EDUARDO MOREIRA DE ARAÚJO, do Financiamento Popular para Alimentos Saudáveis (Finapop), para prestar esclarecimentos sobre a atuação dessa instituição junto aos chamados movimentos sociais, em particular, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (Brasil, 2023).

O referido requerimento aprovado pelos deputados continha diversas reportagens e entrevistas a respeito da operação do FINAPOPOP, especialmente nos anos 2020 e 2021, e os resultados obtidos juntos às cooperativas em todo o Brasil. A

motivação do requerimento deu-se pela desconfiança em torno da proposta apresentada:

Todos os excertos transcritos deixam bastante evidente a relação “siamesa” entre a Finapop e o MST: Assim, visando ao aprofundamento das investigações e a busca de estabelecer os elos entre a origem do dinheiro e o financiamento das invasões de propriedades pelo MST, o Financiamento Popular para Alimentos Saudáveis (Finapop) tornou-se uma das pistas a ser considerada. Portanto, face do exposto, contamos com o apoio dos nossos nobres Pares para que este requerimento possa prosperar (Brasil, 2023).

Embora o requerimento tenha sido aprovado, a CPI foi encerrada e o deputado requerente, Gustavo Gayer (PL/GO), nunca agendou a ida de Eduardo Moreira à Câmara Federal para prestar o referido depoimento.

Figura 4 - Impacto do FINAPOPOP em números



Fonte: FINAPOPOP (2022).

O FINAPOP tem inspiração na instituição financeira *Triodos*²⁷, com sede na Holanda, cujo objetivo é financiar empresas que agregam valor cultural e beneficiam as pessoas e o meio ambiente. O economista e investidor Eduardo Moreira compartilha desses mesmos propósitos e questiona:

Que mundo você quer financiar com seu dinheiro? Se você pudesse ganhar a mesma coisa que você está ganhando no banco, a taxa da caderneta de poupança, só que, em vez de fazer com que esse dinheiro fosse parar em um mundo que você não acredita, esse dinheiro fosse parar numa comunidade que, por exemplo, produz mel, produz leite, produz alimento orgânico? Para você, estaria igual antes em termos financeiros, mas estaria muito melhor em termos de mundo (MST [...], 2020).

Dessa forma, essa tese sustenta a afirmação de que o FINAPOP apresenta uma proposta inovadora capaz de contrapor o sistema hegemônico do capital, que não dispõe de perspectiva solidária, ao contrário, a competitividade promovida pelo sistema subjuga a classe trabalhadora em benefício da burguesia:

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico (Singer, 2002, p. 9).

Inspirado na instituição financeira *Triodos*, da Holanda, cujo propósito é financiar empresas que agregam valor cultural e beneficiam as pessoas e o meio ambiente, o economista Eduardo Moreira questiona qual mundo estamos financiando com nosso dinheiro e propõe que, em vez de investir em um sistema que não acreditamos, poderíamos direcionar nossos recursos para comunidades que produzem de forma sustentável. Ele argumenta que, em termos financeiros, não haveria diferença significativa, mas em termos de impacto no mundo, seria muito melhor. Essa perspectiva contrapõe a hegemonia do capital, que é competitivo e prejudica a classe trabalhadora em favor da burguesia. O FINAPOP apresenta uma

²⁷ O *Triodos Bank* surgiu na Catalunha com a missão de ser um banco ético e sustentável e de fazer o “dinheiro trabalhar” para mudanças sociais, culturais e ambientais positivas. O banco só investe em empresas sustentáveis e não usa capital especulativo, apenas dinheiro de verdade, aportado por seus correntistas e investidores (Dias, [2020]).

proposta inovadora e solidária ao permitir que as pessoas direcionem seu dinheiro para iniciativas que beneficiam a comunidade e o meio ambiente.

O texto também menciona a importância da solidariedade na economia e como ela só pode ser alcançada por meio de associações iguais entre indivíduos que se unem para produzir, comercializar, consumir ou poupar. A chave para essa proposta é a associação entre iguais, em oposição aos contratos entre desiguais.

4.2 COMO O FINAPOPOP SE RELACIONA COM A POSSIBILIDADE DE FOMENTAR NOVOS MODELOS ECONÔMICOS ALTERNATIVOS DENTRO DO CAPITALISMO?

Eduardo Moreira, numa entrevista ao jornal “Brasil de Fato, traz uma definição do que seria o FINAPOPOP: “O Finapop é um movimento de financiamento popular. São pessoas que estão despertando, que estão olhando para essa situação de injustiça do país, e querem dar sua parcela de contribuição” (Nivolac, 2020).

Uma das questões levantadas que problematiza essa tese é se não seriam incompatíveis a relação entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra e as operações feitas dentro do mercado de capital. Eduardo Moreira, conhecedor desse universo financeiro, argumenta:

Mas cooperativas de agricultores familiares ligados ao MST acessarem o mercado de capitais não seria um contrassenso?, perguntam alguns. Contrassenso é ter um sistema financeiro que nada produz e tem os maiores lucros no mundo. Contrassenso é ter pessoas que trabalham e têm a renda corroída por juros de 300% ao ano. Contrassenso é ter programas multibilionários para estimular a produção de commodities que vão virar ração de animais no exterior. Contrassenso é não fazer nada e esquecer os agricultores familiares que produzem alimentos saudáveis para nossas refeições. Contrassenso é não reagir a lógica atual do sistema...curiosamente, algumas críticas vieram de uma turminha do mercado que defende o liberalismo. Mas o liberalismo não diz que o mercado vai permitir que todos acessem? Aí o MST segue essas regras, e também criticam. Então, isso mostra que querem o mercado só para eles (Moreira, 2021).

Conforme o empresário idealizador da proposta, trata-se de uma abertura de financiamento visando aos projetos que têm a possibilidade de mudar as estruturas hegemônicas do sistema, abrindo a possibilidade de captação de recursos para investimentos em agroindústrias que proporcionam condições para produção de

alimentos saudáveis, produção sustentável através da agricultura familiar e, ao mesmo tempo, criar um impacto positivo para a vida no planeta, além, é claro, da questão inovadora que consiste na decisão de o investidor ter a oportunidades dessas escolhas na hora do negócio, tendo a opção em investir nesse modelo de cooperativismo e desenvolvimento sustentável.

4.3 OBJETIVOS DO FINAPOPOP

No site²⁸ oficial do FINAPOPOP, uma das fontes pesquisadas, foi possível encontrar os principais objetivos que norteiam o trabalho desta operação desde o início, sendo eles:

- I. Criação e gestão de linhas de investimentos;
- II. Seleção de organizações familiares da agricultura a serem financiadas;
- III. Financiamento de projetos que permitam promover mudanças na matriz produtiva, com perfil socioambiental, comprometido com a emancipação humana e com a preservação da natureza, garantindo a sustentabilidade econômica, técnica, ambiental e ética.

Os princípios éticos a que se referem estão baseados numa proposta de transparência, credibilidade, equidade e responsabilidade, visando garantir a confiabilidade da estrutura do FINAPOPOP.

Para atingir os objetivos propostos, o FINAPOPOP definiu suas linhas políticas, que se guiam pela:

- ✓ Valorização dos princípios de cooperação, organização coletiva e democracia, buscando promover o envolvimento e o protagonismo de mulheres e jovens;
- ✓ Fortalecimento do conceito de sustentabilidade: promovendo projetos que impulsionam o desenvolvimento voltado à preservação ambiental. Em sua concepção, a sustentabilidade é alcançada por meio de projetos que impulsionam o desenvolvimento com foco na preservação ambiental, na redução das desigualdades sociais e na viabilidade econômica das organizações;

²⁸ Ver: <https://finapop.com.br/>

- ✓ Superação das desigualdades sociais: No Brasil, cerca de 1% dos donos de terra concentram 50% das terras agricultáveis, enquanto 1% dos mais ricos ficam com cerca de 30% da renda, e somente 0,16% dos investidores concentram mais de 1/3 dos investimentos.
- ✓ Viabilidade econômica das organizações: transformar a matriz produtiva e tecnológica, tendo a Agroecologia como princípio, método e forma de se relacionar com a natureza e ter como base do relacionamento, entre os produtores e os consumidores e entre o campo e a cidade, o preço justo, promovendo a segurança e a soberania alimentar em circuitos curtos de comercialização. Ele deve também se estender à produção de alimentos em escala, garantindo preços justos aos agricultores e aos consumidores

4.4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO FINAPOP

O FINAPOP é uma iniciativa inovadora que reúne mecanismos ambientais e econômicos. Com o objetivo de construir uma sociedade justa e igualitária, compartilhada por organizações de agricultores e investidores²⁹, sua estrutura organizacional é guiada por um amplo conselho. O papel desse conselho é acompanhar de perto o desenvolvimento do FINAPOP, direcionando estratégias e alinhando objetivos. Os membros do conselho são selecionados a partir das cooperativas, garantindo a representatividade da diversidade e das especificidades de todo o Brasil, incluindo regiões como a Amazônia, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul.

4.4.1 Eixos Estruturantes do FINAPOP (2022)

As linhas de investimento do FINAPOP (Programa Nacional de Apoio às Cooperativas da reforma agrária) têm foco nos investimentos produtivos/CAPEX e no capital de giro. O programa tem como objetivo principal proporcionar recursos e

²⁹ O investidor no mercado financeiro é uma pessoa ou entidade que aloca recursos, geralmente na forma de dinheiro, com a expectativa de obter um retorno financeiro. Os investidores podem comprar ações, títulos, imóveis, ou outros ativos financeiros, buscando aumentar seu capital ao longo do tempo. Eles podem ter diferentes perfis de risco e estratégias de investimento, variando desde investidores conservadores, que preferem opções mais seguras, até investidores mais arrojados, que buscam maiores retornos, mesmo que isso envolva riscos mais altos. O objetivo principal de um investidor é maximizar seus ganhos e construir riqueza ao longo do tempo.

mecanismos de captação adequados às necessidades das cooperativas, visando aprimorar suas agroindústrias, aumentar a produção, melhorar a infraestrutura e fortalecer a relação com os trabalhadores do campo. Desde 2020, o FINAPOP já realizou 85 financiamentos, distribuindo um total de 59,2 milhões de reais para 53 cooperativas e associações das áreas de reforma agrária, beneficiando cerca de 25.000 famílias em diferentes regiões do país. Agora, vamos explorar em detalhes as linhas de investimento do programa.

4.4.2 Investimento Produtivo/CAPEX

Na linha de Investimento Produtivo, são incluídos os recursos obtidos para melhorar as agroindústrias, com foco no aumento da produção e na industrialização das cooperativas. Esses investimentos incluem construção, reforma e expansão de instalações, compra de equipamentos, otimização de processos industriais, ajustes estruturais de acordo com as regulamentações específicas, entre outros. Investimentos desse tipo elevam a posição da cooperativa na cadeia de valor e proporcionam maior autonomia ao longo do processo produtivo, abrangendo desde a produção até o beneficiamento e processamento.

Essa linha enfrenta vários desafios, como a própria natureza do uso do recurso, uma vez que se espera que esses investimentos estejam alinhados com as políticas públicas de desenvolvimento industrial e territorial do país. No entanto, devido às dificuldades de acessar as linhas de financiamento já existentes, as cooperativas em áreas de reforma agrária são obrigadas a buscar empréstimos para avançar em seus planos de negócios. O objetivo do FINAPOP é estabelecer mecanismos de captação que tornem esses empréstimos mais adequados às necessidades das cooperativas

4.4.3 Capital de Giro

O Capital de Giro é de extrema importância para a sobrevivência das cooperativas, pois consiste em recursos destinados a adquirir matéria-prima, insumos, melhorias nas instalações físicas. Quando as cooperativas conseguem ter acesso a essa linha de crédito no momento adequado, conseguem aumentar sua liquidez e margem de lucro. Dessa forma, a cooperativa é capaz de manter e expandir sua relação com os camponeses, que são a essência das cooperativas, pois estão

conectados à terra e à produção de alimentos saudáveis. Por meio do financiamento chamado de “Capital Semente”, o FINAPOP apoia o desenvolvimento de iniciativas de associações e cooperativas, tanto as que estão começando como as que já estão em atividade há um tempo e buscam se aprimorar em termos de produção e organização. Esses investimentos permitem alcançar os assentamentos da reforma agrária que muitas vezes não são contemplados pelo Estado, fortalecendo as experiências produtivas nas diversas regiões, aliadas as políticas públicas de desenvolvimento territorial, na oferta de serviços e equipamentos públicos.

4.4.4 Linha do Tempo/ FINAPOP

A tese apresenta uma análise do FINAPOP referente a um período que compreende a relação com a crise da COVID 19 (2020-2022), porém a Figura 5 apresenta também resultados apresentados no ano de 2023, conforme *site* oficial do FINAPOP³⁰.

Figura 5 – Linha do Tempo FINAPOP

Ano	Linha do tempo	Ações	Qt	Valor (em reais)
2020	INÍCIO DE UM MOVIMENTO DE FINANCIAMENTO POPULAR	Primeiras captações e emissão de títulos (CRA); Criação da Linha Capital Semente; Investimento em Agroindústrias	28	15.528.757,13.
2021	A SEMENTE ESTAVA LANÇADA, COMO CONTINUAR	Investimento Adicional; primeira oferta pública de CRA; Ampliação da linha Capital de Giro; Consolidação do Capital Semente em cooperativas e associações	20	26.399.215,61
2022	É PRECISO CULTIVAR: CRIANDO AS BASES PARA COLHER BONS FRUTOS	Consolidação de mecanismos de Governança; Qualificação de Projetos; Formalização e estruturação da empresa	11	3.803.982,68
2023	REAFIRMANDO NOSSOS COMPROMISSOS, SEMEANDO E CULTIVANDO ESPERANÇAS	Estruturação de novos mecanismos de captação; Monitoramento dos projetos financiados com vistas a fortalecer as cooperativas; Fortalecimento de parcerias;	26	13.524.356,01
				59.256.311,43

Fonte: A autora

³⁰ O *site* oficial do FINAPOP é <https://finapop.com.br/>, onde é possível obter informações complementares.

4.4.5 Quem e como o FINAPOP Financia

A interação do FINAPOP com as organizações é baseada em:

- ✓ Metodologias e diálogos horizontais;
- ✓ Respeito às comunidades e suas experiências;
- ✓ Análise de viabilidade econômica;
- ✓ Participação das organizações no processo;
- ✓ Construção de uma rede em torno dos financiamentos;
- ✓ Conselho gestor;
- ✓ Estratégia de comunicação.

As metodologias e diálogos horizontais têm como foco o respeito às particularidades regionais e especificidades de cada negócio. O respeito às comunidades e suas experiências é central nas ações de qualificação e monitoramento dos projetos. Além da viabilidade econômica, os projetos também são analisados em termos de viabilidade técnica, social, ambiental e política. A participação das organizações no processo é valorizada, reconhecendo que as famílias agricultoras têm um papel fundamental na produção de alimentos saudáveis.

Em 2022, o FINAPOP teve uma nova configuração e passou a se constituir como uma empresa denominada FINAPOP consultoria Ltda., adotando uma abordagem colaborativa na construção de uma rede em torno dos financiamentos, por meio do Conselho Gestor presente em todos os territórios com projetos financiados. A equipe qualificada e experiente do FINAPOP contribui ativamente, fornecendo suporte e interações que beneficiam as empresas sociais e a produção de alimentos saudáveis. O FINAPOP passou a desempenhar um papel fundamental na gestão dos projetos financiados, monitorando suas atividades ao longo do tempo. Além disso, a organização também se dedica à qualificação dos projetos a serem financiados, gerenciando riscos e realizando atividades de monitoramento nas empresas sociais apoiadas, incluindo análise de impacto.

O ano de 2023 marcou a consolidação do FINAPOP, com a expansão da equipe e a organização da estrutura operacional. O sucesso foi comprovado por conquistas significativas e novas parcerias estabelecidas, bem como pela captação de fundos adicionais e a implementação de mecanismos de captação que fortalecem

o crescimento e a estratégia de financiamento para a produção de alimentos saudáveis.

Houve avanços também na estratégia de comunicação, com informações sobre os investimentos realizados, histórias de cooperativas e produtores rurais compartilhadas nas redes sociais e no *site* do FINAPOPOP. Também são abordadas as diversas dimensões da agroecologia e oferecida uma visão mais aprofundada da realidade da agricultura familiar, incluindo seus desafios produtivos, necessidades e aspirações.

Durante a pesquisa, notou-se um paradoxo importante a ser destacado, especialmente pelas ciências sociais.

Das formas convencionais como as transações financeiras são feitas, muitas vezes, o investidor não se preocupa ou mesmo não é informado sobre onde e o que o seu dinheiro vai financiar, dessa forma, poderá estar contribuindo para o financiamento de projetos com os quais não pactua e que podem estar na contramão do futuro desejado para o ambiente em que se vive. Pode-se financiar, por exemplo, empresas fabricantes de armamento, do agronegócio, fabricantes de agrotóxicos, armas nucleares, entre outros, uma vez que, ao deixar o dinheiro no banco para aplicá-lo nos moldes tradicionais das operações, pouca ou nenhuma informação se tem sobre o que está sendo financiado, a menos que haja um agente financeiro contratado para tal fim.

Dessa forma, os grandes interesses do capital ganham forças e recursos, enquanto os pequenos empreendimentos permanecem na escassez de financiamentos, agravando a desigualdade social, o desequilíbrio ambiental e, tudo isso visto a olhos nus dentro do mercado de capitais, conforme aponta Eduardo Moreira (2021, p. 1):

A distância entre os pequenos investidores, que têm aumentado em número, e os milionários, que sempre estiveram no mercado, é gigantesca, enquanto os mais ricos diversificam as aplicações, investindo 60% da renda em ações e fundos, o correntista médio aplica mais de dois terços de seus investimentos na poupança.

Ora, se os dados revelam que os pequenos investidores têm se popularizado, aumentando em número e somando-se aos grandes e antigos poupadores nos fundos, por que não diversificar os instrumentos, a exemplo do FINAPOPOP, que se constitui no esforço coletivo de pessoas da sociedade civil que visam a transformar o

meio em que vivem de forma responsável e sustentável? O FINAPOP, proposta embrionária no Brasil, pode ser um instrumento, ou mesmo uma ferramenta de sustentação de empreendimentos sociais solidários, financiados com recursos de pessoas que assim o desejam, contribuindo para as mudanças profundas de transformação social.

4.4.6 FINAPOP e a Semelhança com o Banco Tríodos

Um exemplo que já ocorre em outros países, é o banco *Tríodos*, sediado na Holanda, que há algum tempo oferta investimentos na mesma linha do FINAPOP, tendo, inclusive, uma campanha norteadora que chama atenção: “Que mundo você financiaria com seu dinheiro?” Essa pergunta simples, oriunda da campanha do banco *Tríodos*, pode alterar a hegemonia do conjunto do sistema financeiro capitalista, que, ao longo do tempo, não está a serviço de uma economia sustentável, mas de grandes grupos econômicos que avolumam suas riquezas, utilizando-se dos investimentos de cidadãos que, sem o conhecimento devido, contribuem para a sustentação de projetos que vão na contramão dos interesses da classe trabalhadora, negando a possibilidade de investimentos em projetos com a capacidade de propiciar mudanças estruturais de que tanto a sociedade precisa, a fim de não perpetuar a miséria e a desigualdade.

O Banco *Tríodos* destaca-se como uma instituição financeira que se diferencia dos demais bancos convencionais. Seu principal objetivo é impulsionar o desenvolvimento sustentável, investindo em projetos com impacto social e ambiental positivo. Uma das principais características que o define é a transparência. O banco divulga de maneira clara e acessível todas as informações sobre como utiliza o dinheiro de seus clientes, assegurando que seja direcionado a setores que promovam o bem-estar social e ambiental.

Dentre os setores em que o *Tríodos* não investe estão armamentos, energia nuclear, combustíveis fósseis, agrotóxicos e empresas que não adotam boas práticas sociais e ambientais. Em vez disso, o banco redireciona seus recursos para áreas como energia renovável, agricultura orgânica, empresas sociais e culturais, educação e saúde. Adicionalmente, o *Tríodos* também oferece linhas de crédito especiais para pequenas e médias empresas que compartilham dos mesmos valores e princípios do banco.

O exemplo do *Tríodos Bank* e do FINAPOP é uma forma eficaz de propiciar conhecimento a uma parcela da população que se utiliza do mercado de capitais para escolher o ambiente financeiro que deseja para suas reservas. Assim, ela poderá contribuir efetivamente para que projetos sustentáveis e com responsabilidade social tenham formas de se manter no mercado, como a experiência das cooperativas, em que o financiamento popular investiu e, a curto prazo, já apresenta resultado, como foi demonstrado:

Acreditamos que os bancos devem estar abertos – é por isso que publicamos detalhes de todas as organizações para as quais emprestamos. Temos orgulho de financiar empresas e instituições de caridade inspiradoras e queremos mostrar a você o impacto que seu dinheiro está tendo. Juntos, estamos construindo uma sociedade mais sustentável (Triodos Bank, 2023).

O holandês *Tríodos Bank*, do ponto de vista ético, é um exemplo de sucesso de financiamento popular como fomento à agroindustrialização em ambientes da reforma agrária no mundo, mas existem outros: Banca Popolare Ética, na Itália³¹; GLS Bank, na Alemanha³²; Co-operative Bank, na Inglaterra³³; New Resource Bank, nos EUA³⁴;

³¹ *Banca Popolare Etica* é uma instituição financeira italiana que se destaca por seu compromisso com a ética e a sustentabilidade. Foi fundada em 1999 e é conhecida por ser a primeira banca ética da Itália. Concentra-se em emprestar dinheiro para iniciativas que promovem a inclusão social, a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável. Isso inclui apoiar cooperativas, organizações não governamentais e projetos sociais. Disponível em: <http://portal.unisolbrasil.org.br/banca-etica-completa-15-anos-na-italia/>.

³² O GLS Bank, ou "Gemeinschaftsbank für Leihen und Schenken", é um banco na Alemanha que foi fundado em 1974. Ele se destaca por seu enfoque na economia responsável e sustentável, oferecendo produtos financeiros que estão alinhados com princípios éticos e sociais. O GLS Bank oferece financiamento a empresas e iniciativas que visam causar um impacto social positivo. Isso inclui projetos em áreas como energia renovável, habitação social, agricultura sustentável e desenvolvimento comunitário. Disponível em: <https://sustainabilityreport.gls-bank.de/purpose>.

³³ O Co-operative Bank, fundado em 1872, é um banco britânico que opera no Reino Unido e se destaca por sua abordagem ética e cooperativa aos serviços financeiros. Ele foi criado como parte do movimento cooperativo, que visa promover valores de ajuda mútua, responsabilidade social e sustentabilidade. A principal característica do Co-operative Bank é seu compromisso com práticas bancárias éticas. O banco adota uma política de não investir em setores considerados prejudiciais à sociedade, como armas, tabaco e projetos que ameaçam o meio ambiente. Ver: <https://www.co-operativebank.co.uk/>.

³⁴ O New Resource Bank, com sede nos Estados Unidos, foi fundada em 2006 com o objetivo de promover a sustentabilidade e oferecer serviços financeiros que apoiem negócios e práticas ambientalmente responsáveis. O banco se destaca por seu compromisso em servir clientes que buscam não apenas o lucro, mas também impactos sociais e ambientais positivos. O New Resource Bank oferece uma variedade de produtos financeiros, incluindo contas correntes, empréstimos comerciais e serviços de gestão de caixa. Seus serviços são projetados para atender empresas e empreendedores que se concentram em práticas sustentáveis, como energias renováveis, eficiência energética, produtos orgânicos e iniciativas sociais. Ver: <http://fieldguide.capitalinstitute.org/new-resource-bank.html>.

Banco FIE, na Bolívia³⁵; e a Cooperativa Abaco, sediada no Peru³⁶.

Essas instituições financeiras atuam de forma diferenciada dos modelos tradicionais do sistema financeiro global, fazendo investimentos em projetos e programas sustentáveis e construindo novas possibilidades para pessoas físicas e jurídicas investirem em projetos éticos e inovadores, conforme sua escolha.

4.4.7 Metodologia da Operação FINAPOP

O FINAPOP tem uma metodologia própria que envolve a emissão de CPR-F (Créditos do Agronegócio) e a distribuição dos CRA (Certificados de Recebíveis do Agronegócio) no mercado de capitais brasileiro. A descrição de como se deu o processo de emissão, subscrição e integralização dos CRA, bem como a destinação dos recursos obtidos pela Gaia Impacto serão apresentadas a seguir. Como parte essencial dessa operação, serão abordados também os pagamentos devidos pelas Cooperativas à Gaia Impacto e as garantias oferecidas aos investidores adquirentes dos CRA. O objetivo é fornecer uma visão geral sobre essa operação e destacar os benefícios e segurança que os investidores podem esperar ao participarem desse mercado.

Conforme o *site* do FINAPOP (2022), a metodologia se dá da seguinte forma:

- As Cooperativas emitiram as CPR-F (representativas dos Créditos do Agronegócio) em favor da Gaia Impacto;
- A Gaia Impacto emitiu os CRA com lastro nas CPR-F (Cédula do produtor rural);

³⁵ O Banco FIE (Fomento a la Inversión en el Estado) é uma instituição financeira boliviana, voltada principalmente para a promoção do desenvolvimento econômico e social no país. Fundado em 1995, o banco tem como foco principal o atendimento a micro e pequenas empresas, bem como a oferta de serviços financeiros para pessoas de baixa renda. Sua missão é contribuir para a redução da pobreza e o fomento ao empreendedorismo, oferecendo produtos financeiros acessíveis, como microcréditos, empréstimos pessoais e soluções de poupança. O Banco FIE se destaca por sua abordagem inclusiva, buscando atender comunidades que, de outra forma, poderiam ter dificuldade em acessar serviços financeiros tradicionais. Além dos produtos financeiros, o banco também pode oferecer capacitação e orientação a seus clientes, promovendo a educação financeira e o desenvolvimento de habilidades empresariais. Essa combinação de serviços visa não apenas fornecer suporte financeiro, mas também capacitar os clientes a serem mais autossuficientes e a gerenciarem melhor seus negócios e finanças pessoais. Disponível em: <https://www.bancofie.com.bo/>.

³⁶ A Cooperativa Abaco é uma instituição financeira peruana que se destaca por oferecer serviços de poupança, crédito e educação financeira a seus membros, principalmente para pequenos agricultores, empreendedores e comunidades de baixa renda. Fundada com o objetivo de promover a inclusão financeira, a cooperativa busca ajudar seus associados a melhorar suas condições de vida por meio do acesso a recursos financeiros e capacitação. A cooperativa adota o modelo de cooperativismo, que enfatiza a solidariedade e a participação ativa dos membros na gestão da instituição. Os associados têm voz nas decisões e podem participar das assembleias, contribuindo para a direção e o desenvolvimento da cooperativa. Ver: <https://www.abaco.com.pe/>.

- Os CRA Sênior foram distribuídos no mercado de capitais brasileiro pela Terra Investimentos por meio de oferta pública e os CRA Subordinados foram objeto de colocação privada pela Gaia Impacto;
- Os CRA foram subscritos e integralizados pelos investidores e pelos adquirentes dos CRA subordinados;
- Com os recursos obtidos, a Gaia Impacto realizou o pagamento às Cooperativas;
- As Cooperativas efetuarão os pagamentos devidos em razão das CPR-F à Gaia Impacto; e
- A Gaia Impacto pagará a Remuneração e a Amortização dos CRA aos investidores e aos adquirentes dos CRA subordinados.

Os investidores adquirentes dos CRA terão seus recursos de volta no prazo máximo de 5 anos, iniciando o recebimento a partir do 13º mês a partir da data de emissão dos CRA, com juros estabelecidos de 5,5% ao ano. Há também uma garantia de subordinação no percentual de 17,14%, o que significa que o investidor apenas sofrerá danos ao seu investimento caso haja uma inadimplência acima desse percentual sobre o total da emissão do título. No entanto, para que não haja perdas, as cooperativas asseguram outras formas de garantias conforme descrição no processo da operação:

[...] não se trata de ações e sim títulos de renda fixa, que foram emitidos através de um CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio. Além disso, os títulos não foram negociados na bolsa. “Eles podem ser negociados sim, mas não é na bolsa de valores, eles negociam no mercado de balcão”... O ideal seria que os bancos públicos, como a Caixa ou Banco do Brasil, liderassem operações como esta, “o que dificilmente vai acontecer com este governo que está aí [...]” (Moreira, 2021).

A metodologia adotada consiste na emissão de CPR-F pelas cooperativas em favor da Gaia Impacto que, por sua vez, emite CRA com lastro nas CPR-F. Os CRA são distribuídos no mercado pela Terra Investimentos por meio de oferta pública. Os recursos obtidos são utilizados pela Gaia Impacto para pagar as cooperativas, enquanto os investidores e adquirentes dos CRA recebem remuneração e amortização. Os investidores têm a garantia de retorno de seus recursos no prazo máximo de 5 anos, com juros estabelecidos e uma garantia de subordinação. Embora não sejam ações, esses títulos podem ser negociados no mercado de balcão. No entanto, é destacado que seria ideal que bancos públicos liderassem operações como essa, o que pode ser desafiador no atual cenário político

4.4.8 Projetos financiados pelo FINAPOPOP

Na primeira fase da operação, o FINAPOPOP, em conjunto com a empresa Gaia, financiou projetos de cooperativas situadas nos estados do Paraná (Coana, COPACON e Copavi), Rio Grande do Sul (Coopan e Cootap), São Paulo (Coapar e Cooperativa da Terra), Mato Grosso do Sul (Copaceres) e Santa Catarina (Cooperoeste). Todas as cooperativas ligadas à reforma agrária, como propõe o movimento popular.

A COOPAN – Cooperativa de Produção Agrária Nova Santa Rita, localizada no município de Nova Santa Rita, no Rio Grande do Sul, é uma cooperativa familiar fundada em 1995, numa agrovila, onde as famílias residem. A organização econômica e social de produção deu-lhes a condição de serem intitulados como um dos maiores produtores de arroz orgânico da América Latina. No assentamento estão implantados escola, locomoção para o ensino superior em cidades vizinhas e acompanhamento pedagógico para as crianças em período integral, além de refeições em restaurantes comunitários. Os recursos do FINAPOPOP foram utilizados para a ampliação da fábrica de beneficiamento do arroz. Os produtos da Coopap estão todos dentro das normas e padrões nacionais e internacionais de orgânicos e são certificados pelo IMO (Instituto de Mercado Ecológico), certificador suíço.

Outra experiência no estado do Rio Grande do Sul foi a COOTAP – Cooperativa dos Trabalhadores Assentados na região de Porto Alegre. Fundada em 1999, no ano seguinte iniciou a produção de arroz orgânico. Conta, hoje, com mais de 500 famílias de agricultores num território de 5 mil hectares de produto certificado, com 40 grupos de produção, entre arroz orgânico, hortaliças e frutas. No estado do Rio Grande do Sul, 363 famílias do MST produzem o arroz orgânico em 13 municípios, num total de 15 assentamentos da reforma agrária, em que 100% da produção é orgânica, agroecológica, em cooperativa familiar. Os recursos do FINAPOPOP foram utilizados principalmente para capital de giro, tanto no viés de fomento à produção do arroz agroecológico, quanto para a comercialização de todos os produtos agroecológicos da cooperativa. Uma outra parte será utilizada para iniciar a obra da nova indústria da cooperativa.

No Mato Grosso do Sul, o FINAPOPOP atuou no financiamento da produção de sementes não transgênicas, especialmente da soja, na compra de insumos para correção de solo e plantio, na compra de embalagens, em pagamento de energia para

irrigação, em pagamento de horas de máquina para gradagem, no registro de campo e na remuneração da terra na COOPACERES (Cooperativa Agroindustrial Ceres), na cidade de Ponta Porã. A cooperativa conta com 39 cooperados e o investimento do FINAPOP propiciou o aumento de 50% da produção.

Em Santa Catarina, a beneficiada foi a COOPEROESTE, localizada em São Miguel do Oeste. Os recursos foram investidos na aquisição/construção de uma queijaria, estruturas de estocagem, em equipamentos/máquinas e na logística/expedição dos produtos acabados. A Cooperativa, com quase 30 anos de atuação, é uma das maiores indústrias de laticínios do extremo oeste catarinense. Com 250 funcionários, utiliza as marcas “Terra Viva”, “Produtos Amanhecer” e “Oeste Nutrição”, alicerçadas na produção de alimentos sustentáveis e de responsabilidade social e coletiva.

Em São Paulo, as cooperativas COAPAR e COOPERATIVA DA TERRA foram beneficiadas com o financiamento popular; a primeira em capital de giro e investimentos na planta industrial da cooperativa de laticínios, e a segunda, para aquisição de uma máquina embaladora de feijão. A Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo (Coapar) fica na região de Andradina-SP e abriga mais de mil famílias de 24 assentamentos de 12 municípios do estado. Com mais de 25 anos, a Coapar é uma grande fornecedora de bebidas lácteas para a alimentação escolar no estado através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e do PAA (Programa de aquisição de alimentos) do governo federal.

O Paraná reúne três cooperativas que captaram recursos oriundos do FINAPOP, as quais desempenham papel importante na produção orgânica e não transgênica. No caso da COANA (Cooperativa de Comercialização e Reforma agrária Ltda), da cidade de Querência do Norte-PR, o recurso foi utilizado na instalação elétrica da parbolizadora de arroz e na matriz tecnológica da mesma atividade. Também serão feitos investimentos na atividade do leite. Outra parte do recurso será utilizada em capital de giro para a atividade do arroz. Fundada por pequenos produtores rurais, conta com 184 cooperados que trabalham nas atividades de rizicultura³⁷, pecuária de leite, produção de queijo palito, iogurte e beneficiamento de arroz.

³⁷ O nome *rizicultura* se refere à produção de arroz.

Na cidade paranaense de Paranacity está localizada a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória, uma agrovila por onde já passaram cerca de 40 famílias, numa área de aproximadamente 250 hectares. É um assentamento muito conhecido pela produção da cachaça “Camponesa”, bolachas, açúcar mascavo, chá mate, entre outros. Os recursos oriundos do FINAPOP foram utilizados para finalizar a planta agroindustrial de produção de açúcar mascavo, melado e cachaça e complementar a estrutura da atividade de bovinocultura de leite, tanto do rebanho quanto do laticínio, para obter registro estadual e passar de SIM para SIP, com vistas à produção de iogurte e de queijo, ambos orgânicos. O foco dos recursos nos setores produtivos é aumentar a escala, adicionar tecnologia e melhorar a qualidade dos alimentos para atingir outros mercados. Uma outra parte dos recursos será utilizada em capital de giro.

4.4.9 O FINAPOP e a Agroindústria do Milho - COPACON

A Cooperativa Agroindustrial de Comercialização Conquista, a COPACON, localizada no distrito de Lerroville, na cidade de Londrina-PR, que compõe o objeto desse estudo, utilizou o recurso advindo do FINAPOP no apoio à ampliação da agroindústria do milho, instalada e inaugurada em 15 de julho de 2022, para adquirir equipamentos de pesagem, beneficiamento e armazenamento, visando à estruturação dos processos de agroindustrialização da cooperativa; aquisição de equipamentos para potencializar a produção industrial: armazenamento de matéria-prima, para os períodos entressafras e, ao mesmo tempo, transformar 100% da matéria-prima em alimentação, tanto para seres humanos quanto para animais. Os produtos derivados do milho são livres de transgênicos e produzidos à base da agroecologia. A indústria do milho da COPACON tem capacidade atual para 24 toneladas/dia. A expectativa dos dirigentes é alcançar um milhão de toneladas/ano.

Conforme dados apresentados pelos dirigentes da cooperativa, foram investidos R\$ 5,1 milhões na estrutura e organização da agroindústria, sendo R\$ 1,5 milhão oriundos do FINAPOP (Oliveira, 2022).

Figura 6 - Imagem da Agroindústria do Milho/COPACON



Fonte: Arquivo pessoal

A Figura 6 mostra os equipamentos adquiridos com os recursos do FINAPOP no ambiente interno da cooperativa, já em funcionamento. A foto faz parte do acervo pessoal da pesquisadora, registrada durante uma visita no local.

A COPACON foi fundada em 1993 e reúne, hoje, 363 sócios de 13 municípios. Desde a fundação, muitas conquistas foram obtidas, sendo a agroindústria do milho um projeto bastante esperado pelos cooperados do Eli Vive, que completa 15 anos em 2024.

A figura abaixo, mostra o assentado Fábio Herdt, presidente da cooperativa, sinaliza que o próximo passo da agroindústria é investir em produção orgânica, uma vez que já existem projetos em experiência, no intuito de apresentar à sociedade produtos saudáveis para o consumo vindos da agricultura familiar, mostrando a viabilidade da reforma agrária no Brasil.

Figura 7 - Fábio Herdt – Presidente da Agroindústria do Milho/COPACON



Fonte: Foto Vivian Honorato

O modelo agroecológico apresentado pela agroindústria do milho, vinculada à COPACON, busca suprir a alimentação, preservar recursos naturais e promover sustentabilidade para as gerações futuras, preservando a água, os rios, as sementes, enfrentando os grandes desafios da atualidade que é vencer a fome que atinge 33 milhões de brasileiros, conforme dados da Oxfam Brasil (2022). Os produtos processados pela agroindústria do milho, fubá, farinha de milho biju, canjica amarela e canjiquinha xerém, têm a marca “Campo Vivo” (Armazém do Campo, [2023]) e estão disponíveis em mercados convencionais e na loja “Armazém do Campo”, vinculada ao MST, em várias cidades brasileiras.

A expectativa é que a gente tenha todos esses produtos, que além de muito gostosos, que sejam agroecológicos, com capacidade de venda e com preço justo e de fácil acesso para toda população, explica Fábio Herdt, presidente da COPACON e assentado na comunidade...Já iniciamos o processo de certificação da indústria para receber milho orgânico aqui de diversas áreas, não só do assentamento. Tem um raio de abrangência de 300 quilômetros, então é possível ter sócios em toda essa região (Oliveira, 2022).

Outros produtos estão sendo testados para, em breve, serem lançados, como quixerinha, canjica branca e flocão, mas a expectativa futura se concentra especialmente nos produtos de milho orgânico, cujo valor é 30% mais alto, gerando maior renda aos trabalhadores do campo e alimentos saudáveis, sustentáveis e de qualidade para os consumidores.

Figura 8 - Imagem ilustrativa dos produtos da COPACON



Fonte: site do MST

A figura 8 apresenta embalagens do feijão e milho, processados e embalados na cooperativa, que podem ser encontrados em vários estabelecimentos comerciais da região.

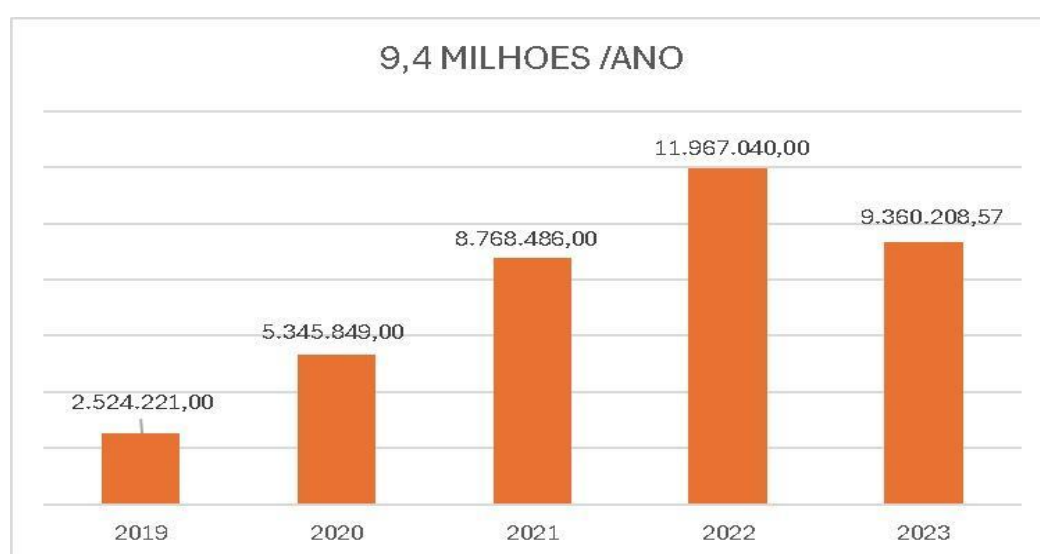
A COPACON possui três linhas de comercialização dos produtos advindos da produção dos assentamentos: hortifrúti, incluindo hortaliças, frutas e tubérculos; feijão preto e carioca, cuja produção está dentro do assentamento Eli Vive e, por último, a agroindústria do milho, recém-inaugurada. O volume de comercialização dessa variedade de produtos totalizou 15 mil sacas de milho e 10 mil sacas de feijão na última safra, além de outros produtos, como 10.000 sacas de soja. A COPACON é fornecedora de produtos para a alimentação escolar dentro do PNAE, chegando a entregar 10 toneladas de alimentos semanalmente para 100 escolas de Londrina e região.

4.4.9.1 Resultados da COPACON na atualidade

O Assentamento Eli Vive completa 15 anos em 2024 e celebra importantes resultados, especialmente com a chegada da Agroindústria do milho, cujo recurso advindo do FINAPOP, no ano de 2020/2021, propiciou a construção do barracão para o empreendimento, a compra de uma máquina envasadora e uma máquina enfardadeira, totalizando R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais).

Os resultados apresentados na assembleia dos sócios, referente ao exercício de 2023, revelam que a COPACON fornece alimentos para 1535 estabelecimentos, como escolas e entidades sociais em 274 municípios, sendo 98% do PNAE e PAA. Apenas 2% da produção é estimada para o mercado convencional. O patrimônio da cooperativa em 2017 era de R\$ 23.626,32 mil, e em 2023 os valores se aproximam de R\$ 3 milhões. A cooperativa gera 32 postos de trabalho diretos, com 44% deles ocupados por jovens; as mulheres ocupam postos de trabalho e cargos da diretoria.

Figura 9 - Faturamento da Copacol



Fonte: Relatório de prestação de contas (COPACON, 2024).

Esses gráficos foram apresentados em assembleia e na prestação de contas da COPACON aos associados.

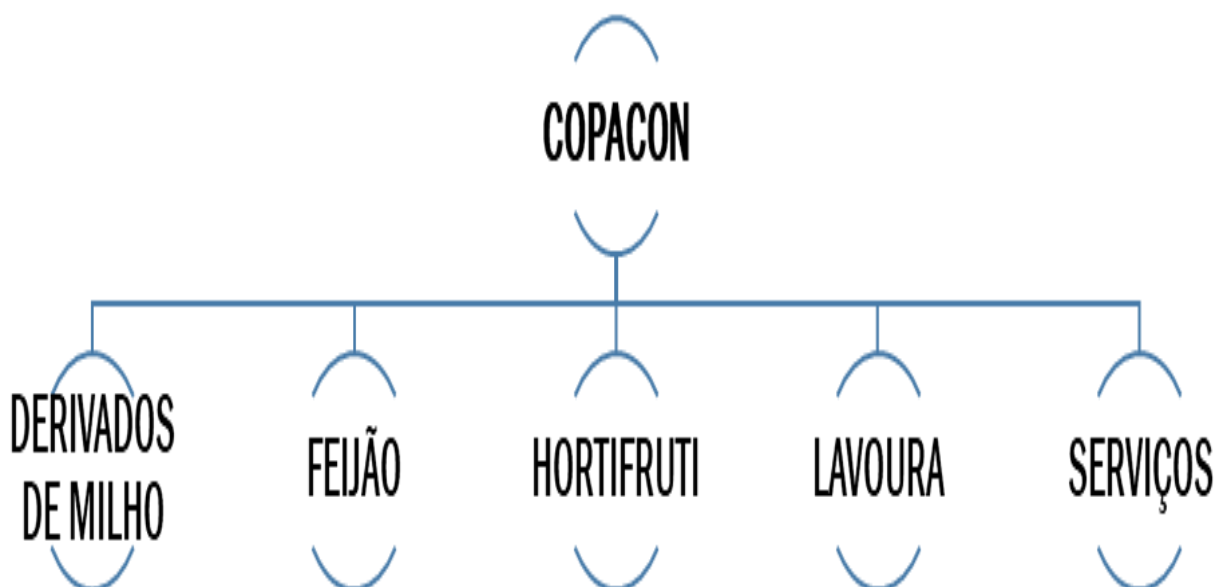
Figura 10 – Vista aérea da COPACON e Agroindústria do Milho – Assentamento Eli Vive



Fonte: COPACON (2024).

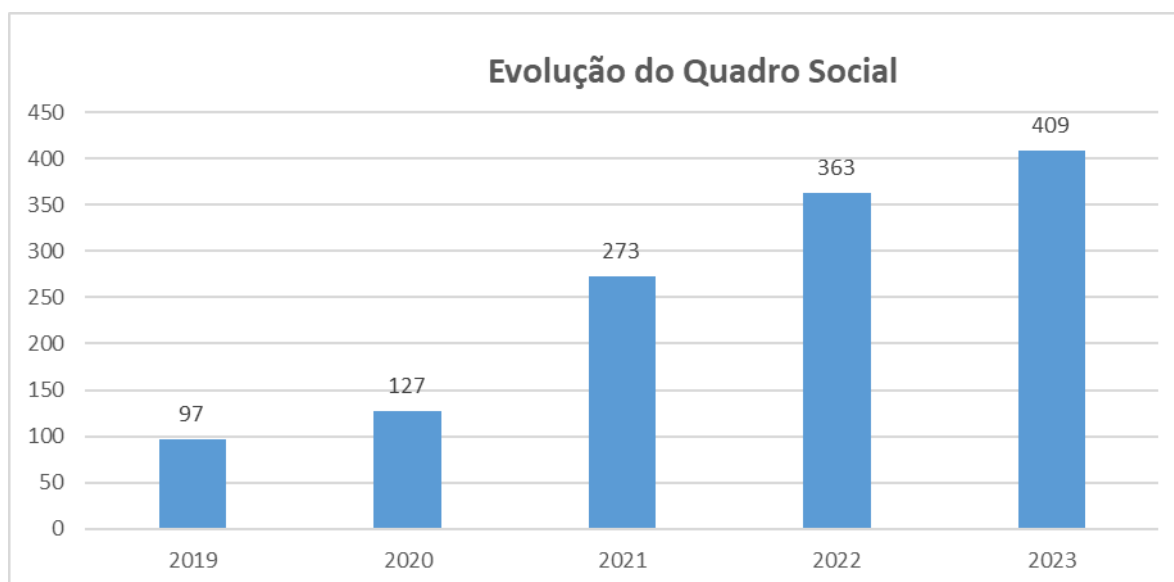
A figura apresenta uma vista aérea da sede da cooperativa, do escritório e do entorno do COPACON. Há projeto para que, em breve, seja construída a cooperativa que irá processar e embalar exclusivamente o feijão.

Figura 11 - Atividades produtivas da COPACON



Fonte: COPACON (2024).

Figura 12 – Evolução do Quadro Social da COPACON



Fonte: Relatório de prestação de contas (COPACON, 2024).

- 409 Cooperados e Cooperadas
- 47% Mulheres
- 3% Jovens
- 14 Municípios

Os dados acima, revelam um avanço significativo na organização da COPACON desde o seu início, hoje com 409 cooperados e cooperadas, dos quais 47% são mulheres e 3% são jovens. Suas atividades consistem no fortalecimento da cadeia produtiva de grãos, incentivando a produção com melhores preços e garantias de vendas, além da manutenção e do fortalecimento da cadeia de hortifrúti, realizando recebimento, condicionamento e entrega de produtos orgânicos e convencionais. A cooperativa também faz secagem de grãos, padronização de sementes e armazenamentos solicitados pelos cooperados, além do envolvimento em atividades de comercialização, participando de chamamentos públicos da agricultura familiar, como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

As atividades de aquisição da produção dos assentados cooperados consistem em: fortalecimento da cadeia produtiva de grãos, incentivando a produção com melhores preços e garantias de vendas; manutenção e fortalecimento da cadeia de hortifrúti, realizando o recebimento, condicionamento e entrega dos produtos orgânicos e convencionais e secagem de grãos, padronização de sementes e armazenamentos solicitados pelos cooperados.

A atividade de comercialização consiste em: participação em chamamentos públicos da agricultura familiar; PNAE e PAA; vendas Institucionais para o Exército, a Marinha, rede de mercados, armazém do campo e restaurantes; presença dos produtos em várias regiões do país (Nordeste, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná) e a manutenção, divulgação e zelo pela “Campo Vivo”.

Essas atividades de comercialização visam a promover a venda dos produtos dos cooperados, ampliando suas fontes de recursos.

4.4.10 O FINAPOP e a indústria de laticínios da COPRAN

O investimento do FINAPOP na COPRAN foi direcionado para uso como capital de giro em um momento de grande dificuldade financeira vivida durante a pandemia da Covid-19, possibilitando o abastecimento das matérias-primas necessárias para a retomada do crescimento das vendas dos laticínios produzidos pela cooperativa.

A COPRAN foi inaugurada no assentamento Dorcelina Folador, na cidade de Arapongas-PR, no dia 04 de fevereiro de 2013, com a presença da presidenta Dilma Rousseff (PT). Antes disso, a COPRAN já existia desde 1997, porém na cidade de

Tamarana-PR, onde iniciou seus trabalhos. A cooperativa tem capacidade de produzir 90 mil litros de leite por dia e atende a famílias e instituições de ensino de Arapongas e municípios da região e estado do Paraná. Produtos à base do leite, como manteiga, queijos, iogurte e bebida láctea, são processados e comercializados nos supermercados e programas de alimentação escolar, gerando trabalho e renda para centenas de trabalhadores do campo e da cidade.

A entrada do recurso do FINAPOP, no valor de um milhão, deu equilíbrio na expansão das operações, garantindo a continuidade de produção, beneficiamento e comercialização dos alimentos. Esse fato é reconhecido pela direção da cooperativa, pois, mesmo sendo correntista de um banco há mais de 10 anos, não havia ainda a possibilidade de contrair financiamento para o capital de giro necessário para movimentar outras frentes de trabalho, como forma de garantir a sustentação da agroindústria.

Figura 13 - Imagem interna da COPRAN



Fonte: Foto de Joka Madruga

A figura 13 é um registro de trabalhadores numa área de processamento e embalagem da muçarela, um dos produtos ofertados pela COPRAN.

Os professores Marconi e Santos (2016, p. 5) pesquisaram a COPRAN, em todas as suas fases, e relatam:

Em 2005, os assentados do Dorcelina Folador decidiram organizar a produção em vários grupos e perceberam que seria interessante se houvesse uma cooperativa de beneficiamento do leite naquele assentamento. A construção da COPRAN no assentamento Dorcelina Folador, então, deu certo por três motivos: interesses coletivos dos

membros do “grupo do leite”, interesse da EMATER e Cooperativismo no MST: o caso da COPRAN, a localização da cidade de Arapongas como o centro de diversas cidades e de um conjunto de assentamentos do MST. O modelo de cooperativismo adotado pela atual COPRAN é o de uma cooperativa de comercialização e, por isso, está próximo ao modelo de cooperativas de compras e vendas proposto por Singer (2002).

Segundo Marconi e Santos (2016), à época a COPRAN contava com 34 trabalhadores, todos pertencentes ao MST, sendo 11 na indústria, 7 no comércio, 6 no escritório, 4 na produção de leite e na horta, 2 na captação do leite e 4 motoristas. Todos eram assalariados e tinha carteira assinada. A cooperativa tornou-se uma referência na produção de derivados do leite para todo o estado, com capacidade de fábrica até 90 mil litros/dia. Além do leite, a COPRAN fabrica mussarela e iogurte, e todos os produtos são vendidos na rede de comercialização das cooperativas da reforma agrária.

4.4.10.1 Resultados da COPRAN na atualidade

Em 2023, a COPRAN completou 10 anos de instalação no assentamento Dorcelina Folador em Arapongas, Paraná. Ao ser inaugurada, a então presidente Dilma Rousseff (PT), presente na inauguração, ressaltou o que representava naquele momento aquele equipamento de agroindústria para o desenvolvimento econômico, social e a democratização da terra,

Aqui eu vi a construção de uma vida melhor, por homens e mulheres dedicados que, com seu compromisso de ação cooperada, foram capazes de agregar conhecimento e tecnologia na produção e construir uma vida melhor para seus filhos...A reforma agrária é a democratização da posse da terra. Ela terá resultados melhores se puder, ao mesmo tempo, mudar os padrões de produção. Hoje vimos que não só pode, como ocorreu. Vi um modelo de cooperação, participação coletiva e a capacidade de organização de todos os envolvidos no projeto. Vi aqui um caminho firme para o Brasil, que transformará nosso país (Lima, 2013a).

A organização do trabalho coletivo no assentamento é realizada por meio da cooperativa COPRAN, que não só administra a agroindústria do leite, mas também é responsável pela agroindústria de hortifrutis que existe no assentamento desde 2019.

Figura 14 - Vista aérea da COPRAN

Fonte: Foto: Wellington Lenon

A foto apresenta as edificações da COPRAN, dentro da área que compreende parte do assentamento Dorcelina Folador, uma área rural entre os municípios de Londrina e Arapongas, norte do Paraná.

Fundada em 1997, no município de Tamarana-Pr, por famílias assentadas do norte do Paraná, inicialmente a cooperativa se dedicava apenas à produção de frutas e legumes. Porém, com o processo organizativo dentro do MST, as famílias decidiram se renovar e passaram a focar na produção leiteira, estruturando a cooperativa para comercializar esse alimento. Sendo assim, a sede da COPRAN foi transferida para o assentamento Dorcelina Folador e, com a produção sendo organizada, começaram a beneficiar e comercializar os produtos já processados e embalados, por meio de suas agroindústrias. Estas hoje são responsáveis por mais de 100 empregos, preenchidos principalmente por jovens dos assentamentos da região, que se dedicam tanto à produção de leite como às atividades administrativas e logísticas. Conforme apurado na pesquisa, aproximadamente 90% da mão de obra da cooperativa é composta por jovens, que veem na agroindústria a oportunidade de permanecer no assentamento e se envolver em atividades coletivas.

A COPRAN, assim como outras cooperativas, desempenhou um papel importante nas ações de solidariedade realizadas pelo MST durante a pandemia de COVID-19. A cooperativa mobilizou mais de 600 famílias de sua base cooperada para doar leite, além de beneficiar, embalar e transportar o alimento para que chegasse às pessoas favorecidas por essas ações. Toda essa produção, durante a COVID-19 e posteriormente, foi possível, graças ao financiamento ofertado no FINAPOP, que garantiu recursos para o capital de giro no valor de um milhão, possibilitando que a cooperativa permanecesse em atividade em tempos tão difíceis e incertos.

A expectativa da agroindústria é continuar avançando e chegar a um processamento diário de 50.000 litros de leite até o final do ano. Para alcançar esse objetivo, a COPRAN adquiriu um silo com capacidade de 30.000 litros, com o apoio de uma emenda parlamentar da deputada federal Gleisi Hoffmann (PT). Esse silo proporcionará um aumento na capacidade de coleta de leite, permitindo que os caminhões-tanque sejam descarregados imediatamente na plataforma do laticínio. Além disso, o silo garantirá a manutenção da qualidade do leite, conservando-o refrigerado nas condições ideais. A COPRAN conseguiu triplicar sua produção em 10 anos, ampliar sua atuação, fortalecer a comunidade e investir em infraestrutura, como a aquisição do silo. O apoio do FINAPOP no crescimento da agroindústria do leite é reconhecido pelos dirigentes da cooperativa.

CAPÍTULO 5

PESQUISA DE CAMPO, EXPERIÊNCIAS A PARTIR DA OBSERVAÇÃO PARTICIPATIVA

As operações do FINAPOP ocuparam qual posição considerando a conjuntura em que o capital mostrou não ser capaz de atender às demandas de seu próprio mercado, ofertando altas taxas de juros, gerando desemprego, inflação, degradação do meio ambiente, desprezo pela vida e centenas de milhares de mortes durante a pandemia da Covid-19 (2019-2022)?

A pesquisa de campo se utilizou dos momentos formativos, celebrativos, comunitários organizados nos territórios do Eli Vive e Dorcelina Folador, bem como atividades que concentraram outras experiências no Paraná. A observação participativa e o contato com os assentados aprofundaram a investigação, que buscou relacionar os projetos desenvolvidos nos espaços pesquisados com o FINAPOP, o qual, através do investimento alocado, possibilitou a subsistência do trabalho desenvolvido especialmente durante a pandemia da COVID 19.

Este capítulo aborda reflexões a partir da pesquisa de campo realizada, com relatos das atividades acompanhadas, como subsídio para entender a relação entre as cooperativas da agricultura familiar, a COPACON e a COPRAN, beneficiárias dos recursos do FINAPOP. Essa observação participativa foi feita pela pesquisadora nos eventos e atividades descritas a seguir, com anotações em caderno de campo, uso de fotografia e coleta de documentos, posteriormente selecionados, armazenados em arquivos, utilizando-se o que coube.

Durante a pandemia da COVID 19, foram milhares os postos de trabalho que se perderam por conta da instabilidade econômica, política e social, que gerou consequências drásticas ao mundo do trabalho. Para além da crise sanitária, o aumento do desemprego e a informalização do trabalho foram um dos principais efeitos da pandemia, ocasionando aumento da pobreza, perda de direitos, flexibilização das leis trabalhistas, acordos de trabalho precarizados e desproteção social. Iniciativas de solidariedade foram vistas por toda parte, no sentido de oferecer amparo aos desprotegidos.

Nesse mesmo período, os assentados e acampados do MST, em todo o Brasil, organizaram as campanhas de solidariedade, que consistiram em doações de alimentos saudáveis, sem uso de agrotóxicos, cultivados nos territórios da reforma

agrária, bem como os produtos das cooperativas da agroecologia, como o milho oriundo da COPACON e o produtos derivados do leite da COPRAN. O coordenador do MST no Paraná, Roberto Baggio, em entrevista, na inauguração da Agroindústria do Milho no assentamento Eli Vive, falou da urgência em assumir o combate à fome como um grande projeto de futuro da nação:

Precisamos garantir que esse alimento esteja em todos os pratos, em todas as mesas. Também é preciso ter cuidado com o meio ambiente, ter um modelo econômico e agrícola que preserve os recursos naturais, a água, mata, rios, sementes. Matar a fome e cuidar da natureza são os grandes desafios, e nesse dia de hoje vemos que isso é possível, não é um sonho. Mas é preciso ter oportunidade e cada um de nós construir esse grande processo, para nossa geração e para as que virão, no futuro. Que a gente amplie as certezas, a esperança e a confiança de construir um Brasil melhor, solidário, humano, com comida na mesa e cuidando da natureza (Gonçalves, 2022).

Com o lema “solidariedade sem-terra”, o MST organizou uma agenda nacional de ação contra a fome no período da pandemia, em parceria com outros movimentos sociais, sindicais, religiosos e entidades sem fins lucrativos. A campanha consistiu, naquele momento, em plantar alimentos saudáveis nos assentamentos e acampamentos onde os territórios são da reforma agrária, fazer a colheita coletiva dos produtos e distribuí-la nas periferias das cidades e nos locais de maiores vulnerabilidades Brasil afora. A ação de solidariedade promovida pelos assentados e acampados possibilitou, até o Natal de 2022, aproximadamente sete mil toneladas de alimentos doados, 10 mil cestas básicas e 2 milhões de marmitas solidárias, fornecidas para famílias em situação de fome e insegurança alimentar.

Durante a pandemia, foram centenas de mutirões de solidariedade organizados pelo Brasil, e não foi diferente na região dos assentamentos Eli Vive e Dorcelina Folador, que, desde o início, participaram da ação. Muitas dessas doações só foram possíveis por conta do incentivo dado pelo FINAPOP, que fortaleceu as iniciativas das cooperativas em várias partes do Brasil, especialmente nos assentamentos pesquisados.

Figura 15 - Campanha de solidariedade do MST



Fonte: Arquivo pessoal

A figura 15 ilustra uma prática de solidariedade desenvolvida em todo território brasileiro durante a pandemia. A cesta montada com os produtos à base da agroecologia alimentou milhares de famílias. A foto foi feita pela pesquisadora, que acompanhou a entrega de alimentos em várias comunidades da periferia de Londrina.

Para além da doação de alimentos, os mutirões dialogaram com as comunidades beneficiadas no intuito de denunciar as injustiças sofridas, especialmente pelos mais pobres, devido aos desmontes nas políticas públicas promovidas à época pelo governo de Jair Messias Bolsonaro, que levaram ao aumento da desigualdade social e econômica no país. Em meio a um cenário de incertezas, miséria, fome e mortes por conta da COVID 19, a solidariedade do MST tornou-se uma ação política em defesa da democracia, da soberania alimentar e do direito ao alimento, na tarefa de transformar uma realidade provocada pela voracidade do capital e seus aliados e operadores.

Essa prática do MST se relaciona com Gramsci (1977), que trata da direção ético-política associada à vontade coletiva, a partir da consciência e da necessidade que se traduz em uma tarefa de transformação contra-hegemônica, que está nas premissas da luta do movimento,

Essa tarefa de transformação da força econômica em direção ético-política que se expressa no momento catártico é mediada pela vontade coletiva e política, pela vontade como consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um real e efetivo drama histórico (Gramsci, 1977, p. 1559).

A partir do texto mencionado, nota-se que ambos abordam a transformação da força econômica em direção ético-política. O texto fala sobre a necessidade de uma vontade coletiva e política para realizar essa transformação, enquanto o MST é um movimento social que busca a transformação da realidade socioeconômica do campo no Brasil, buscando garantir o acesso à terra e melhores condições de vida para os trabalhadores rurais. O MST se baseia na luta coletiva e na consciência da necessidade histórica de mudança para ser um protagonista efetivo nesse drama histórico na busca pelo direito à terra.

Passado o período mais gritante da pandemia, os mutirões de solidariedade tiveram continuidade, uma vez que a iniciativa possibilitou interação entre campo e cidade, uma das metas do planejamento estratégico do MST.

Figura 16 – Campanha de Solidariedade MST 2³⁸



Fonte: Arquivo pessoal

Conforme a figura demonstra, a distribuição dos alimentos nas periferias da cidade de Londrina foi sempre acompanhada de interação entre lideranças dos assentamentos e a população urbana. Esses momentos foram acompanhados pela pesquisadora e registrados em fotos e caderno de campo, o que permitiu observar e analisar o aspecto pedagógico da direção em se utilizar de momentos de fala para, de forma breve, estabelecerem uma comunicação com a população assistida, informando a crise provocada pela má gestão dos recursos públicos em desfavor dos mais vulneráveis, da necessidade da organização comunitária como forma de resistir naquele momento pandêmico e a força da solidariedade do MST, fortalecendo dessa

³⁸ Na foto, Sandra Ferrer, da coordenação do assentamento Eli Vive e José Damasceno, do assentamento Dorcelina Folador, entrega cestas de alimentos durante a pandemia da Covid 19 no Jardim Franciscato, zona sul de Londrina.

forma, a organização pela busca da política de reforma agrária. Esses atos aconteceram por seguidas vezes no Jardim Franciscato, no Residencial Vista Bela e no bairro João Turquino, todos na periferia de Londrina.

Outra atividade acompanhada durante a pesquisa foi a 19ª. Jornada de Agroecologia do MST, ocorrida no ano de 2022 em Curitiba-PR, uma das maiores atividades do movimento, que articula feira, debates e muita arte. A feira recebeu mais de 20 mil pessoas, segundo a organização. O evento aconteceu no campus da UTFPR – campus Curitiba. Durante 5 dias foram comercializadas mais de 30 toneladas de alimentos produzidos nos assentamentos e acampamentos do Paraná ou vindos das agroindústrias do MST de todo o país. Produtos da reforma agrária, economia solidária, artesanatos dos povos indígenas e quilombolas compuseram os 65 empreendimentos solidários da feira.

Figura 17- Feira da Agroecologia – Curitiba/PR



Fonte: 19ª Jornada [...] (2022)

Conforme é possível observar na figura, todos os espaços da feira receberam uma ambientação própria: história, mística do movimento e arte vinda dos artistas populares da caminhada, como são chamados.

Figura 18 - Alimentação saudável, um direito de todos.



Fonte: 19ª Jornada [...] (2022)

Como pode ser observado na foto, a metodologia da Feira Agroecológica contou com oficinas (40 ao todo) de variados temas e com as devidas assessorias. Todos os espaços foram organizados de forma pedagógica e lúdica, criando um ambiente compatível com a proposta da feira.

Uma das oficinas mais procurada foi a do filósofo Leonardo Boff (figura 19), que chamou a atenção para o perigo do aquecimento global e para a importância da agroecologia como meio de salvar o planeta. “Em cinco anos podemos chegar a 1 grau e meio de aquecimento da Terra e isso será um desastre para a humanidade. Mas, o cenário pessimista que se apresenta tem alternativa, e uma delas é o que vocês estão fazendo na luta pela agroecologia” disse o filósofo (9ª Jornada [...], 2022).

Figura 19 - Oficinas na 19ª Jornada Agroecológica



Fonte: 19ª Jornada [...] (2022).

Vale ressaltar que a presença de lideranças religiosas nos atos políticos do MST é constante, haja vista o papel preponderante da CPT, CEBS e Pastorais sociais na história do movimento, muito associado à mística dos trabalhadores rurais sem-terra. Nessa temática, o pesquisador Fabiano Coelho (2010, p. 88-89) afirma que,

Mesmo entre as principais lideranças que articularam a criação do MST, há o reconhecimento da importância do trabalho desempenhado pelos agentes religiosos em meio aos sujeitos sem-terra, especialmente os trabalhos ligados à CPT... Também observei que muitos discursos e práticas desenvolvidas pelos agentes religiosos ainda se encontram na organização do MST, como é o caso da prática da mística. Posteriormente à sua formalização, o Movimento se preocupou em tentar sistematizar a sua história, de modo que há referências sobre ela em seus diversos materiais.

Muito embora haja essa relação com setores progressistas da igreja, o autor destaca na pesquisa que, desde a oficialização do MST em 1984, há um esforço por parte do movimento em afirmar e demonstrar sua autonomia, sendo que as decisões do movimento são todas tomadas pelos próprios trabalhadores rurais sem-terra (Coelho, 2010, p. 89), tendo a Igreja um papel de apoio ao MST, mas sem controle sobre suas decisões, conferindo ao movimento a autonomia necessária para o desenvolvimento de suas pautas.

Durante o evento, foi construída uma carta assinada por 69 organizações que compuseram a 19ª. Jornada Agroecológica, chamando a atenção para o grave momento pelo qual passava a nação brasileira, do ponto de vista político, econômico, sanitário, social e ecológico, que levou o país a uma crise, em que 700.000 pessoas perderam a vida por conta da COVID 19 e 33 milhões de pessoas passaram fome, com tanta terra a ser partilhada. A carta também chamou a atenção da urgência em superar todas as formas de violências, que agridem e violam a vida dos povos, da natureza, dos animais, destacando o machismo, o racismo, a homofobia e o uso de agrotóxicos. Durante a feira, também foi realizada uma ação de solidariedade, em que mais de 1,1 mil refeições foram distribuídas nas periferias da capital através da campanha “marmita solidária”, num total de 20 toneladas de alimentos.

A realização da 20ª. Jornada Agroecológica também foi observada de forma participativa como trabalho de campo. Ocorrida em novembro de 2023, novamente em Curitiba/PR, foi composta por feira de alimentos agroecológicos e artesanatos, apresentações culturais, seminários, oficinas e espaços para visitação. Durante os

quatro dias do evento, cerca de 60 expositores de todas as regiões do Paraná e de outros estados estiveram presentes, oferecendo alimentos saudáveis e produtos artesanais. A iniciativa foi apoiada por 60 organizações, movimentos sociais, coletivos e instituições de ensino.

Figura 20 - Produtos da Agroecologia



Fonte: Juliana Barbosa / MST - PR

A jornada teve como objetivo apresentar aos visitantes os benefícios da agroecologia como forma de produção de alimentos, saúde e transformação social, e possibilitar o intercâmbio entre trabalhadores do campo, povos originários, pesquisadores, estudantes e militantes engajados em diversas lutas relacionadas. Os expositores apresentaram suas formas de produção e armazenamento dos produtos (figura 20) ambientalmente corretos utilizados em seus territórios, mostrando uma forma de preservar o meio ambiente através do reaproveitamento de materiais.

O evento ocorreu após os retrocessos dos governos de Michel Temer e Bolsonaro, que resultaram no desmonte de políticas ambientais, aumento da violência no campo, da fome, do desmatamento e do uso de agrotóxicos, e contou com a presença de aproximadamente 20 mil pessoas nos quatro dias do evento. Diante da crise climática e das condições precárias de vida em todo o mundo, com aumento da fome e de desastres naturais, a feira agroecológica se apresentou como uma possibilidade de resistência e garantia para o futuro do planeta. Roberto Baggio, membro da direção nacional do MST, afirma que a agroecologia é científica e defende a vida. Na visão do movimento, a superação do agronegócio é essencial para frear a destruição da biodiversidade, dos bens comuns e da vida humana. A produção

colorida e de qualidade virá de assentamentos, acampamentos do MST, povos indígenas, comunidades tradicionais e coletivos da Economia Solidária.

Outra observação participativa durante a pesquisa diz respeito ao plantio das hortas solidárias, em 07 de julho de 2023, dia em que os assentamentos Eli Vive, Dorcelina Folador e outros da região norte do Paraná se reuniram com várias organizações da sociedade civil, para o plantio de hortaliças e árvores frutíferas no acampamento denominado Zilda Arns, no município de Florestópolis-PR. Ao todo, foram plantadas 3.000 mudas de árvores, formando o horto florestal. As verduras e os legumes plantados foram posteriormente colhidos e distribuídos nas periferias das cidades envolvidas na ação de solidariedade. Como trabalho de campo, houve o acompanhamento em todas as etapas dessa atividade, desde o processo de escolha do local onde seria a horta, a divulgação para captação de voluntários para o plantio, o momento de mística realizado antes do início da feitura da horta, o plantio (figura 21). Passados cerca de 90 dias, a colheita e a distribuição dos alimentos foram também acompanhadas pela pesquisadora.

Figura 21 - Campanha de Solidariedade MST-plantio horta e árvores



Fonte: Arquivo pessoal

A inauguração do horto florestal marcou o início da campanha do plantio de 1 milhão de mudas feita pelo MST em todo o Brasil. Durante a atividade, o coordenador do MST do Paraná, o assentado no Dorcelina Folador, José Damasceno, proferiu em sua fala o significado daquela ação, envolvendo trabalhadores, movimentos e organizações da cidade e do campo,

Essa horta foi inaugurada durante a pandemia e daqui já saiu muitos produtos para fazer solidariedade. Logo aqui em cima as primeiras árvores no nosso centro agroecológico, nosso bosque da solidariedade, com esse sentido, de olhar lá na frente na produção de comida, casada com solidariedade. Ao lado está o Horto medicinal, que é um espaço de produção de vida. Aqui vai estar as hortaliças, as foliosas, o centro das nativas e das frutíferas e o horto medicinal com as plantas medicinais. É o centro de produção da vida. Por isso essa importância de estar juntos como vocês hoje, pela vida. E um ato pela vida. Cabe a nós, militantes das organizações e aqueles/as que pensam no outro, no próximo, na solidariedade...se faltar solidariedade, a vida desaparece. Vivemos nos últimos tempos um período de ódio que ainda não está superado. No lugar do ódio temos que colocar a igualdade, a harmonia entre os seres. Muito mais que doar alimentos, é um ato de solidariedade e Igualdade. Solidariedade é maior do que a caridade. A caridade é vertical, a solidariedade é horizontal. Coloca os dois em pé de igualdade e eles elevam os dois a um nível de humanidade superior. Nós do movimento ganhamos muito porque elevou o movimento numa situação de humanismo. Estamos num momento de fazer. Daqui a 50 dias nos encontramos aqui de novo para fazermos o exercício da colheita importante colocar que no nosso horizonte é a transformação da realidade que estamos vivendo. E nesse momento a produção de alimentos é essencial (Damasceno, 2023)³⁹.

Durante a fala, o dirigente contextualizou a organização dos trabalhadores do campo com o retorno do presidente Lula (PT) ao governo federal, ressaltando que se faz urgente a retomada dos investimentos na agricultura familiar e nas agroindústrias, além da ampliação das políticas voltadas para esses setores. O MST tem como principal bandeira a luta pela reforma agrária e a promoção da agricultura familiar como forma de garantir a soberania alimentar e o desenvolvimento sustentável no campo. A expectativa é a de que o governo Lula adote medidas efetivas para a democratização da terra e a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares, com acesso aos mercados, incluindo a criação de linhas de crédito facilitadas, aprimoramento da infraestrutura rural, como estradas e armazenamento de produtos, e estímulo às agroindústrias familiares, que agregam valor à produção.

Mostrando alinhamento dos ministérios do governo do presidente Lula com a proposta das agroindústrias do MST, os ministros Wellington Dias, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário, estiveram em visita à COPRAN, no mês de outubro de 2023, juntamente com autoridades federais, estaduais e locais, quando conheceram

³⁹ José de Oliveira Damasceno. Discurso gravado pela pesquisadora durante o plantio da horta solidária em 07 de julho de 2023.

o assentamento Dorcelina Folador e as instalações da agroindústria do leite. Durante a visita, as autoridades percorreram a Cooperativa da Comercialização e Reforma Agrária Camponesa (COPRAN) e foram apresentadas à produção de hortifrúti agroecológico dos assentados, Roseli Pereira de Campos e Anderson Fernando Dalemolle, produtores de hortaliças e legumes. O ministro do MDS, Wellington Dias, destacou o planejamento estratégico da família na produção de alimentos e ressaltou a importância da transmissão de conhecimento entre as gerações. A visita teve como objetivo promover o desenvolvimento das cadeias produtivas e a soberania alimentar. Durante o ato político realizado após a visita, os ministros anunciaram investimentos para fortalecer os assentamentos no combate à fome. A COPRAN, inaugurada em 2013, é uma das cooperativas da reforma agrária no Paraná e beneficia cerca de 42 toneladas de alimentos por dia, envolvendo mais de 400 agricultores de várias regiões do estado.

Figura 22– Visita dos ministros à COPRAN



Fonte: Arquivo pessoal

Como pesquisadora, foi possível acompanhar a visita e conhecer toda linha de produção dos derivados do leite na cooperativa, ouvir os relatos dos dirigentes e funcionários a respeito das dificuldades enfrentadas no cotidiano da organização, o impulso dado pelo FINAPOP e as expectativas em relação a novos investimentos no governo Lula. Esses momentos foram registrados em fotos e no caderno de campo utilizado na pesquisa.

Na ocasião, os ministros falaram dos investimentos realizados em 2022-2023 no incentivo à produção de alimentos no enfrentamento da fome, entre eles, o incentivo às agroindústrias e cooperativas. Também sinalizaram positivamente as

possibilidades para os próximos anos de novas desapropriações para a reforma agrária, inclusive na região.

Figura 23 – Visita à COPRAN/pesquisa



Fonte: Arquivo pessoal.

A figura 23 compõe o arquivo pessoal da pesquisadora, presente também na foto, juntamente com os deputados Arilson Chiorato e Elton Welter do Partido dos Trabalhadores e os ministros Wellington Dias e Paulo Teixeira do governo federal na gestão do presidente Lula.

A dirigente da COPRAN, Dirlete Dellazeri, destacou a importância da visita dos ministros e demais agentes políticos na cooperativa e da responsabilidade desses em relação a tudo o que foi a eles apresentado:

Eles viram de perto a nossa agroindústria, conhecendo o nosso povo que trabalha em cada posto de trabalho da cooperativa, a juventude, as mulheres. Esperamos que possam proporcionar políticas públicas que atendam às necessidades do nosso povo Sem Terra “Aqui eles viram que a agroindústria agrega valor ao produto, que a cooperativa precisa ser forte, e que é uma ferramenta para o desenvolvimento, para o planejamento, para industrialização e para comercialização, trazendo a visibilidade da nossa produção para sociedade brasileira (Ministros [...], 2023).

O ministro Wellington Dias ressaltou a relevância de poder testemunhar pessoalmente um exemplo tão bem-sucedido de produção cooperativa, que engloba todo o processo de organização, produção e beneficiamento de alimentos e manifestou o desejo de aprimorar outros assentamentos que ainda enfrentam

dificuldades com base nas experiências de sucesso ali identificadas.

No mesmo dia em que os ministros visitaram a COPRAN, também realizaram um encontro com um grupo de mulheres que se utilizam dos alimentos ofertados pelos assentamentos rurais para produzirem alimentos numa improvisada cozinha solidária na periferia da zona norte de Londrina.

Desde 2017, os moradores do Jardim São Jorge e bairros próximos têm se beneficiado com o projeto solidário chamado “Amigas da Wal Dias”, que consiste em preparar e servir refeições de forma gratuita para os moradores da região. O projeto é coordenado por dez voluntárias que trabalham em um imóvel alugado na Rua Amélia Baptista Rabello, número 93. No dia 09/10/2023 os ministros do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, e do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, a pesquisadora (figura 24) e outras autoridades, visitaram a cozinha comunitária que, uma vez por semana, oferece refeições gratuitas para pessoas em situação de vulnerabilidade, tanto para o almoço como para o jantar. A cada semana, são entregues mais de 300 refeições. Além de alimentos, o projeto também arrecada e distribui roupas, calçados, móveis usados e outros itens para as famílias da região. O objetivo é incluir o “Amigas da Wal Dias” no Programa Nacional de Cozinhas Solidárias, que faz parte do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal.

Figura 24 - Visita do ministro à cozinha comunitária do Jd. São Jorge



Fonte: Arquivo pessoal

Com a inclusão nesse programa, o poder público passa a ser responsável pela compra de alimentos provenientes da agricultura familiar, repassando-os para a cozinha comunitária. De acordo com o ministro Wellington Dias, os próximos passos serão tomados de acordo com as regras do PAA para que esse projeto e outros semelhantes sejam incluídos no Programa Nacional de Cozinhas Solidárias. Ele ressaltou que a visita tinha o objetivo de abrir portas para a parceria recomendada pelo presidente Lula, dentro do Brasil Sem Fome. O Programa de Aquisição de Alimentos passará a disponibilizar recursos para a compra de alimentos na região, que serão destinados para cozinhas como a “Amigas da Wal Dias”.

Uma das mais significativas experiências de campo. Durante a investigação, foi a visita do presidente da república (2002-2009) Senhor Luís Inácio Lula da Silva para o lançamento da Agroindústria do Milho vinculada à COPACON, no dia 19 de março de 2021. O evento ocorreu logo após a chegada do financiamento oriundo do FINAPOP na cooperativa. Muitas lideranças de todas as regiões do estado estiveram presentes, incluindo deputados, prefeitos e outros agentes políticos. O evento contou com cerca de 10 mil pessoas e teve como objetivo principal mostrar a solidariedade como uma forma de resistência e de manter a organização popular no campo e na cidade frente aos desafios da classe trabalhadora, naquele momento em que o Brasil era governado por Jair Messias Bolsonaro. Além do presidente, estavam presentes personalidades como Bela Gil, culinária, Eduardo Moreira, empresário e escritor, Gleisi Hoffmann, deputada federal (PT-PR), Roberto Requião, ex-senador, e os dirigentes nacionais do MST, João Pedro Stédile e João Paulo Rodrigues. Vale ressaltar que esse foi o primeiro encontro presencial massivo do MST no Paraná desde o início da pandemia da Covid-19, em 2020. Durante o encontro, Lula destacou a questão da fome no país, que havia se agravado substancialmente, ressaltando a importância de enfrentar essa realidade. Segundo a Rede Nacional de Pesquisa em segurança Alimentar e Nutricional (2022), cerca de 125,2 milhões de brasileiros não tinham acesso adequado à comida e mais da metade dos lares no Brasil viviam em insegurança alimentar.

Figura 25 – Luis Inácio Lula da Silva e Eduardo Moreira no lançamento da Agroindústria do Milho no assentamento Eli Vive 19/03/2021.



Fonte: Foto de Ricardo Strucker

A foto apresentada registra um momento importante durante a pesquisa, dia em que o presidente Luis Inácio Lula da Silva (PT) fez o lançamento da Agroindústria do Milho na COPACON, cuja parte dos equipamentos foram financiados pelo FINAPOPOP. Estão na foto o presidente Lula (2023-2026), a primeira-dama, Sra. Janja, as direções do MST, João Pedro Stédle, João Paulo, Roberto Baggio, Dirlete Dellazeri (COPRAN) e Ceres Hadich.

Como pesquisadora, fui convidada para o evento e tive a oportunidade de estar com Eduardo Moreira, presente também no evento, o que possibilitou uma conversa sobre a importância do FINAPOPOP para as cooperativas do MST, como uma forma de propiciar condições efetivas para o movimento ampliar sua produção, transformar os produtos e abastecer a mesa dos mais pobres com alimentos de qualidade, sem agrotóxicos e com preço justo.

Figura 26 – Ato de lançamento da Agroindústria do Milho no assentamento Eli Vive
– 19/03/2021



Fonte: Arquivo pessoal

A Figura 26 registra o evento de lançamento da Agroindústria do Milho no assentamento Eli Vive, com a presença do atual presidente da república, Luis Inácio Lula da Silva. Estão na foto o presidente Lula, a primeira-dama, Sra. Janja, os coordenadores do assentamento Eli Vive, Sandra Ferrer e Edelvan Carvalho, os deputados Arilson Chiorato e Gleisi Hoffmann do Partido dos Trabalhadores, ex-governador do Paraná, Roberto Requião, a ativista Bela Gil, o economista e idealizador do FINAPOP, Eduardo Moreira e a pesquisadora Lenir de Assis.

O lançamento da Agroindústria do Milho no Eli Vive aconteceu 12 anos após a criação do assentamento, feita pelo presidente Lula (PT) em 2009. Desde o início dos trabalhos, a instalação desses equipamentos já era planejada, como forma de expandir a produção e gerar renda aos trabalhadores.

Outra atividade de muito significado foi a inauguração do chamado “Armazém do Campo”, uma loja comercial especializada em produtos oriundos dos territórios da reforma agrária, Inaugurada na cidade de Londrina, é mantida pela organização do MST e fica aberta em horário comercial, sendo um ponto de referência para toda a comunidade no intuito de tornar conhecido o potencial de produção dos assentados de todas as regiões do Brasil.

Figura 27 - Armazém do Campo – Londrina

Fonte: Arquivo pessoal

A loja foi inaugurada no dia 11 de agosto de 2021 e contou com a presença do ativista Eduardo Moreira (2021). Na ocasião, foi possível um diálogo entre Moreira, a pesquisadora e seu orientador, professor Fabio Lanza, em que houve um incentivo à tese, então na fase inicial, haja vista a possibilidade que um trabalho acadêmico pode oferecer em favor de boas práticas, tanto do movimento como da iniciativa de financiamento popular que possibilitou a sobrevivência das cooperativas beneficiadas em tempos precários de estrutura e investimento.

Figura 28 - Inauguração do Armazém do Campo

Fonte: Arquivo pessoal

A foto apresenta a pesquisadora, ao lado do economista Eduardo Moreira e do professor orientador da tese, Fabio Lanza, entre outros, no lançamento do armazém do campo. Na ocasião, Moreira participou de uma *live* (Inauguração [...]),

2021) conduzida pela militante, membro da coordenação nacional do MST, Ceres Hadish, onde relatou a oportunidade que ele teve em conhecer muitos assentamentos no Brasil, inclusive o assentamento Eli Vive, afirmando que é mais do que reforma agrária, são relações existentes entre as pessoas e a natureza; o trabalho em fazer a terra reviver até que se recupere da exploração que o capital produziu sobre ela. Além disso, o ativista descreveu o potencial observado na metodologia do movimento, presente no lema: ocupar, produzir e resistir, em que, mesmo em condições precárias, as pessoas se alimentam bem, adquirem e produzem conhecimento e todos cuidam uns dos outros.

Vale lembrar que o uso de máscara, como se observa na figura 28, demonstra a preocupação com a questão sanitária em período de pandemia da COVID 19. A foto é do arquivo pessoal organizado durante a pesquisa.

Outra atividade, objeto de observação participativa, ainda em tempo de cuidados com a pandemia, foi a inauguração da Agroindústria do Milho no assentamento Eli Vive em julho/2022. Depois de quase sete anos em planejamento, busca por recursos, construção e montagem dos equipamentos, a Agroindústria do Milho no Assentamento Eli Vive foi definitivamente inaugurada no dia 15 de julho de 2022 (Saris, 2022). O FINAPOP oportunizou agilizar o término da indústria e a compra de máquina envasadeira e um máquina enfardadeira, perfazendo do total de R\$ 1.500.000,00, possibilitando que, mesmo em tempos difíceis, associados a falta de incentivo de políticas agrícolas para a agricultura familiar, falta de acesso a crédito em bancos convencionais, aumentasse a produção e fossem gerados empregos.

A agroindústria passou a beneficiar os produtos do próprio assentamento, com capacidade de produção diária de 24 toneladas de derivados de milho não transgênicos e agroecológicos. Os alimentos, como fubá, farinha de milho biju, canjica amarela e canjiquinha xerém, serão comercializados em diversos estabelecimentos do Estado sob a marca “Campo Vivo”. Além disso, os resíduos passaram a ser transformados em ração para animais. Nos próximos cinco anos, a agroindústria pretende ampliar sua produção, adicionando quirerinha, canjica branca e flocão em seu portfólio.

Figura 29 - Inauguração da Agroindústria do Milho no assentamento Eli Vive



Fonte: Foto de Vivian Honorato

A agroindústria tem a expectativa de produzir 1 milhão de toneladas de produtos derivados de milho não transgênicos e agroecológicos por ano. O investimento foi de cerca de R\$ 5 milhões, provenientes de recursos próprios, do Programa de Financiamento Popular da Agricultura Familiar para Produção de Alimentos Saudáveis (FINAPOP) e de emendas parlamentares.

A pesquisa utilizou-se da data da comemoração da Agroindústria do Milho como parte integrante do trabalho de campo, onde foi possível observar o trabalho desenvolvido e a relação da COPACON com os cooperados.

5.1 O RESULTADO DA OPERAÇÃO FINAPOP SOB O OLHAR DOS DIRIGENTES DO MST

Conforme a metodologia proposta nesse estudo, não foram realizadas entrevistas pela pesquisadora, contudo ela acompanhou o pesquisador Tales Sanches, que coletou dados por meio de conversas com assentados da COPACON e COPRAN, gestores das cooperativas agroindustriais e membros da coordenação nacional e estadual do MST. Todas as informações obtidas em conjunto foram transcritas no caderno de campo e gravadas com a autorização dos entrevistados.

A seleção dos entrevistados foi realizada de maneira não probabilística e intencional. Foram escolhidos os atores envolvidos na estruturação e operacionalização do fundo de investimento em colaboração com a Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista (Copacon). O período de realização das entrevistas foi entre os meses de março de 2024 e abril de 2024, realizadas todas dentro do Assentamento Eli Vive. Utilizou-se um roteiro como principal instrumento de coleta de dados entrevistas semiestruturadas (Apêndice 1). Foram entrevistados um total de sete

integrantes do Movimento 81 dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Optou-se por acessar diferentes níveis hierárquicos da organização. A pesquisa teve acesso a três representantes da cúpula nacional do movimento, dois representantes políticos do Assentamento Eli Vive e dois assentados vinculados diretamente à estrutura da COPACON. As entrevistas tiveram média de 50 minutos de duração cada. Todas as entrevistas foram gravadas mediante autorização dos entrevistados, que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Londrina sob o número CAAE: 73531523.9.0000.5231 e Número do Parecer: 6.326.159 (Sanches, 2024, p. 80-81).

Esta tese utilizou-se de parte das entrevistas feita pelo mestrando, uma vez que sua dissertação discorreu sobre a participação do MST no mercado financeiro, analisando também o FINAPOP. Dessa forma, apresenta-se, a seguir, a transcrição de relatos concedidos por dirigentes do assentamento Eli Vive, bem como por membros da direção estadual e nacional do movimento, que serão identificados com nomes fictícios, como forma de preservar suas identidades.

Durante a coleta de informações, concedidas ao pesquisador Tales Leon Sanches, da qual a pesquisadora participou em conjunto, observou-se uma convergência entre as experiências dos trabalhadores e os problemas sociológicos levantados nessa tese, a saber: A relação entre os empreendimentos das cooperativas do MST e a economia popular e solidária e como essa relação se consolida como um modelo contra-hegemônico na sociedade capitalista; A possibilidade de solidariedade nos instrumentos utilizados pelo capital, como mercados de capitais, bolsa de valores e balcão de negócios, e como o FINAPOP desafia o capital financeiro, introduzindo suas formas nas cooperativas de agricultura familiar que se opõem aos interesses do latifúndio e do agronegócio; O FINAPOP é um modelo de financiamento popular a serviço dos projetos solidários ou uma nova forma do capital se renovar, capturando o movimento social? O FINAPOP é uma alternativa para o MST sobreviver na crise da COVID-19 e no governo de Bolsonaro, ou é apenas uma nova forma de o capital sobreviver em meio à crise mundial?

Outra questão apresentada pelos entrevistados diz respeito a um dos problemas da pesquisa: a análise questiona se as operações do FINAPOP ocupam um lugar contra-hegemônico, considerando que o capital não consegue atender às demandas de seu próprio mercado, oferecendo altas taxas de juros, gerando desemprego, inflação, degradação do meio ambiente e desprezo pela vida durante a

pandemia. Questionam, ainda, se o FINAPOP preenche uma lacuna em favor dos projetos populares solidários ou se é apenas mais uma reinvenção do capital para continuar operando em seus modos de exploração e, por fim, se é possível produzir outros modelos de economias dentro do modo capitalista, incluindo a compreensão da inserção de financiamento de caráter solidário no mercado tradicional de capitais e financeiro, mesmo não havendo solidariedade no capitalismo.

A entrevista de Flávia sobre o FINAPOP traz reflexões importantes sobre o impacto da iniciativa na vida dos assentados. Ressalta que o FINAPOP trouxe um "fôlego" para a cooperativa e ajudou a comunidade a enfrentar a difícil situação causada pela pandemia. Ela destaca ser o FINAPOP um modelo de financiamento que tende a ser continuado, pois o dinheiro investido retorna e ajuda outras pessoas e cooperativas que também precisam.

A entrevistada enfatiza que o significado do investimento no FINAPOP vai além do dinheiro em si. Segundo ela, todas as contribuições, independentemente do valor, têm o mesmo significado e importância para o projeto. Ela expressa orgulho em ter investido 100 reais na cooperativa. Flávia destaca que o propósito do FINAPOP não é apenas injetar dinheiro, mas também proporcionar condições para que as pessoas compreendam e se envolvam com os projetos de agroecologia e reforma agrária. Ela ressalta que a participação no projeto ajuda a ampliar a consciência das pessoas, junto com o trabalho árduo e o suor dedicados ao desenvolvimento das atividades. A entrevista da dirigente aqui chamada de Flávia mostra que o FINAPOP teve um papel fundamental no fortalecimento da cooperativa e no enfrentamento dos desafios causados pela pandemia. Além disso, ressalta a importância do projeto em promover a consciência e engajamento das pessoas na construção de um modelo de agricultura sustentável.

Quando surgiu essa ideia do FINAPOP aqui dentro do assentamento foi quando chegou o Eduardo Moreira. Ele veio fazer visita, nos conhecer. Não só o Eli Vive, mas como o todo o MST: "Gente, por que não fazer? " Um valor que eu consigo pagar... para fortalecer uma ferramenta aí dentro do MST. Então, essa ideia foi uma sacada. Hoje, conforme investigou o período, a lenir, a gente estava assim, sufocado na pandemia, consumindo a nossa existência, literalmente. Ceifando nossas vidas. Dizer que no momento que o FINAPOP chegou, num período que a gente estava passando por uma pandemia difícil, que estava nos matando literalmente, foi um fôlego. Deu fôlego para a nossa cooperativa e ajudou a aguentar a pandemia passar. É um processo de investimento que tende a ser continuado. O dinheiro vai e volta para também ajudar outros. E é um juro baixo. Eu vou repor o

dinheiro que eu peguei, porque daí me supriu minha necessidade e vai suprir a outra. Tem outra pessoa ou outra cooperativa precisando. Então eu vou sempre alimentar o sistema para não faltar aquele recurso, porque vai suprir aqui, vai suprir outra. Eu passo por essa dificuldade, ajudo a outra Cooperativa a passar por essa dificuldade e assim é rotativamente. O recurso, ele não tem, ele não fica preso, ele roda ... Ele me ajudou naquele momento difícil e eu vou continuar ajudando outro, outro, outras cooperativas nesse sentido. Então, assim, o FINAPOP foi uma sacada de grande importância num período difícil e que agora ele ganhou corpo e tem tendência a continuar pegada ... Lá você também é um sócio, não sei como é que chama, porque você também investiu dinheiro ali, né? Então aqui tem dinheiro de tudo. Pessoas acreditam no projeto, pessoas acreditaram. Na nossa dinâmica de projeto de agroecologia, investiu seus 100 reais, seu um milhão, outros tantos investiam valores maiores, mas aí é o mesmo valor. Os 100 reais têm o mesmo valor que 1 milhão. Ele tem o mesmo significado, entendeu? E ele vai voltar com o mesmo significado. Então eu sinto... assim um orgulho grande de fazer parte, que eu também investi 100 reais aqui na cooperativa. E a cooperativa com os 100 reais que eu investi, que tem o mesmo valor de 1 milhão, entendeu? É esse o significado não só do dinheiro em si. É o projeto do FINAPOP. Não é só o da cooperativo em momentos difíceis. É fazer você fazer parte dessa construção de projeto. Isso você entende quando você está dentro... lá na assembleia vai ser dito: "Todo aquele investimento está nisso, nisso, nisso" e família se associando, ganhando corpo e ganhando visibilidade. E a comida de verdade está sendo mostrada, então, e estou vendo o FINAPOP, não é só injetar dinheiro. Ele tem outro propósito, não é? Na minha visão, há o propósito dele. É esse: É te dar condições de você entender o que é que vai ser feito, vai ser investido na agricultura. Ah, no projeto da reforma agrária. E ele volta, o dinheiro volta e a tua consciência vai só ampliando junto com o teu suor. Acho que não sei se eu me fiz entender (Flávia, 2024)⁴⁰.

No relato que se segue, o dirigente chamado de Edson expressa o compromisso dos assentados em saldar suas dívidas com o FINAPOP. Ele afirma que o FINAPOP tem sido uma importante ferramenta para permitir que pessoas comuns possam contribuir e financiar iniciativas de impacto positivo na sociedade. No entanto, ressalta a necessidade de compreender melhor como esse sistema funciona e como ele se encaixa na estrutura capitalista. Ele argumenta que, enquanto os ricos têm acesso facilitado aos recursos financeiros, as pessoas menos privilegiadas precisam lutar para provar que merecem essa oportunidade. Ele usa o exemplo do agronegócio, que recebe recursos públicos mesmo que gere prejuízos, para ilustrar a desigualdade do sistema.

⁴⁰ FLAVIA. Trecho da entrevista subtraído do trabalho de campo feito pelo mestrando em Administração de Empresas, PPGA-UEL, Tales Sanches, 2024.

Diante dessa realidade, Edson afirma que estão determinados a entender mais sobre o mercado financeiro e questionar seus mecanismos. Eles buscam respostas através do contato com especialistas como Eduardo Moreira e a direção nacional representada por João Pedro Stédile. Seu objetivo é compreender até onde é possível ir e como enfrentar os desafios impostos pelo sistema financeiro. Fala como os assentados estão dispostos a incomodar, questionar e lutar por um cenário mais justo e equitativo para todos. Eles reconhecem a importância do financiamento popular, mas também estão conscientes das desigualdades presentes no sistema financeiro e buscam entender como superá-las.

Eu já nem sei quantas cooperativas que já foram beneficiadas no Brasil como um todo. Mas nós agora queremos pagar a conta. Nós, como COPACON, estamos pagando esse R\$1,5 milhão que a gente pegou para o nosso projeto. E temos outros empréstimos do FINAPOP, já temos outros empréstimos que são de capital de giro. É... dentro do FINAPOP, que é uma equipe nossa, um movimento interno que cuida do FINAPOP. Temos a consultoria do Eduardo Moreira, mas é nossa equipe interna. Isso é interno, nacional, que está cuidando do FINAPOP hoje. Estamos vinculados à GAIA com o Eduardo, mas é nosso isso... É... a Ana Terra, pessoal que, a Ana Terra e o Diego, a Ana Terra cuida mais da política do FINAPOP. Nós temos uma equipe técnica mesmo, técnica, que estudou, se capacitou para isso. Então, temos mais outras equipes, bastante gente daqui. Estamos devendo para o FINAPOP, mas estávamos passando por um momento de dificuldade, estamos passando por um momento de dificuldade, de capital de giro, inclusive, eles vieram aqui, fizeram um estudo de viabilidade. O FINAPOP também tem essa função, além de emprestar dinheiro, financiar, ela também tem essa função de assessorar, “ó, gente, não dá para emprestar dinheiro, vocês não vão conseguir pagar”, porque eles vão nessa conta, olha tudo, também tem essa dimensão da assessoria clássica operativa. Ela tem essa assessoria, então dá assessoria para nós também, mas nos olhando para crescer no processo. Então, qual é o objetivo agora? Pagar essa conta, que nós temos. Aí nós pegamos mais de 300 mil depois, que agora temos que pagar, já que esse foi um empréstimo rápido. É... então é isso. E assim, nós... é pagar. E depois nós vamos ver. Ainda não estamos pensando se vamos pegar mais ou se vai ficar na dimensão de capital de giro, só giro rápido, entendeu? Não estamos pensando, ainda, como é que vai ser o próximo período, mas com certeza nós vamos usar esse instrumento, que eu acho o mais importante instrumento. Acho que essa questão foi criada para qualquer um poder financiar. Porque eu, hoje com 200 conto, posso contribuir duzentão no FINAPOP. Imagina em Londrina quanto “duzentão” não pode arrecadar, que pode contribuir para um projeto de sociedade. Isso foi a sacada e essa questão do financiamento popular. Acho que aqui ele acertou na mosca. Então é isso? Esse processo todo dentro da estruturação do capitalismo, vamos pegar mesmo, né? Aqui está a acumulação da riqueza... com quem? Porque

nós, pobres, não temos acesso a essas ferramentas e essas ferramentas de acesso aos recursos. Porque teve que vir um cara... porque nós não tínhamos esse conhecimento... enquanto movimento, por isso que eu falei para você... gastando dois, três anos mais ou menos com o Eduardo Moreira, que é o cara que conhecia todos os caminhos das pedras para entender o processo. Então, eu não sei te responder assim de.... Como vai ser, mas... É.... está ligado a essa estrutura mesmo que o pobre até aqui só... se não provar por A+B, você não pega 10 reais no banco. Do contrário, os caras conseguem milhões e trilhões de reais. Vamos trazer um exemplo para essa questão do agronegócio hoje, não é? Por que o agronegócio planta soja? É a mesma pergunta, né? Por que planta soja se só dá fumo? Ele planta soja por causa do recurso público... é isso que eles fazem... são bem essa... por que tem fazendeiro que deve quatro vezes em cinco de sua fazenda já para a União? E isso ninguém mostra, entendeu? Aí depois a reforma agrária é o patinho feio da vez... não é? É o que vai para a CPI... né? É porque nós incomodamos nisso, né? E agora também vamos incomodar a questão do mercado financeiro, vamos entender que bicho é esse também? Qual é? Vamos entender esse negócio. Porque, bicho, ele vai se enfiar aí até onde ele consegue ir, até onde não consegue. Eu acho que é. E esse é o que nós queremos entender, né? Talvez quem pode responder essa pergunta mais claramente para vocês é o João Pedro Stédile, talvez é nossa direção nacional que está cuidando disso mais próximo, né? Pode ter mais elementos para responder, mas hoje, na linha simples de conhecimento que tenho, eu acho que é no geral. Isso não tenho, mas. Que incomodou o mercado, quando o MST entrou na bolsa de valores lá. Por isso que deu aquele choque, foi proibido, Eduardo Moreira cutucou de lá e cutucou de cá e resolveu (Edson, 2024)⁴¹.

A entrevista apresenta um panorama da discussão e das dificuldades enfrentadas pela cooperativa no processo de obtenção de recursos financeiros para a expansão de suas atividades da Agroindústria do Milho no assentamento Eli Vive.

A próxima entrevistada, Lourdes, foi a responsável pela parte administrativa do FINAPOP. Ela afirma que encontrou diversos obstáculos antes de o financiamento ser efetivamente aprovado. Diz que a CVM, órgão responsável pela regulamentação do mercado financeiro, questionou vários pontos da proposta durante o processo, fazendo com que a cooperativa enviasse documentos por umas 15 vezes devido à validade das certidões. Acredita também que a falta de uma consolidada presença no mercado tornou o processo demorado e complicado.

A entrevistada observa que, devido à demora para obter os recursos e também devido à pandemia, houve dificuldades em adquirir equipamentos, o que atrasou ainda mais o processo. Ela acredita que, embora o governo possua recursos disponíveis, as

⁴¹ EDSON. Trecho da entrevista subtraído do trabalho de campo feito pelo mestrando em Administração de Empresas, PPGA-UJEL, Tales Sanches, 2024.

cooperativas não conseguem acessá-los devido à falta de garantias reais exigidas. A COPACON possui garantias, porém, devido à área ser destinada à reforma agrária, não consegue comprovar sua existência. Outro desafio apontado foi a falta de conhecimento sobre o mercado financeiro, o que levou a cooperativa a buscar informações e entender os requisitos necessários.

Durante a conversa, levantou-se uma questão importante: “por que o MST nunca procurou essa alternativa anteriormente? ” Ela atribui ao fato de haver necessidade de ter garantias reais para obter acesso ao crédito. A entrevistada faz menção ao Banco do Brasil, que procura uma possibilidade de construir uma linha de crédito para as cooperativas, o que trará esperança de que novas oportunidades estejam surgindo. O fato de a cooperativa existir para a melhoria e qualidade de vida de seus membros sem a intermediação de atravessadores também foi salientado, pois isso possibilitou à cooperativa agregar 30% a mais aos produtores, fortalecendo ainda mais sua importância. Destaca que, sem o FINAPOP, a cooperativa não teria conseguido concluir a construção de sua agroindústria e teria que terceirizar a produção. Afirma, ainda, que a conquista da infraestrutura foi essencial para o funcionamento da cooperativa, o que revela a importância de alternativas financeiras para alavancar o desenvolvimento da comunidade.

A discussão começou em 2021 sobre o FINAPOP. Foi mais de um ano em discussão. A CVM questionava muita coisa, foram encaminhados documentos 15 vezes, pois as certidões venciam. Foi um trabalho bem árduo. Se fosse uma empresa consolidada no mercado, não seria tão demorado. Por conta da demora o recurso de R\$1.500.000,00 foi investido na indústria: enfardamento e envasamento e estrutura de barracão com um ano de carência. Demorou muito para conseguir equipamentos adequados por causa da pandemia. Quando começou a vender as parcelas, eles estavam começando a investir. Foi uma carência muito curta e com juros de mercado. O governo tem recursos, mas não conseguimos acessar porque não temos garantias reais. Hoje tem 5 milhões de garantia, mas não consegue comprovar porque é área da reforma agrária. O FINAPOP saiu caro para o assentamento. Não tem como fazer fora do mercado financeiro porque a CVM não autoriza. O valor de R\$ 1.500.000,00, dividido em 48 meses em parcelas de 40.000,00. A CPR da Gaia com a COPACON (cédula de repasse de recursos). O FINAPOP ainda socorre com recursos próprios, é administrado pelo próprio MST. Eduardo doou o FINAPOP para o MST. Imagina: MST no mercado financeiro? Foi um desafio enorme, porque não sabia nada sobre o mercado financeiro. Teve que buscar informações, entender o que eles queriam. Depois percebeu por que o MST nunca procurou essa alternativa antes. Se houver garantia real, tem acesso ao crédito, se não tiver, não tem. O Banco do Brasil construiu uma linha para o leite:4% ao ano, 10 anos para

pagar. Estão construindo. Estamos esperançosos de que o Bando do Brasil construa uma linha de pesquisa. A cooperativa não tem razão de existir se não for para a melhoria e qualidade e vida dos sócios, evitando o atravessador. Hoje consegue agregar 30 por cento a mais para o produtor. Sem o FINAPOP a gente não teria conseguido terminar a agroindústria e teria ainda terceirizado fora. Até 2025 ainda não teria a agroindústria funcionando (Lourdes, 2024)⁴².

A entrevista que se segue, concedida pelo dirigente denominado ficticiamente como Dario, aborda o contexto político que levou à inviabilidade das políticas públicas voltadas à reforma agrária no Brasil, em especial durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, o que motivou os empresários progressistas liderado por Eduardo Moreira a criar o mecanismo de financiamento popular conhecido como FINAPOP, desenvolvido dentro da legislação e das normas estabelecidas pelas esferas financeiras e pelo Banco Central, através de uma securitizadora, o que possibilitou a qualquer pessoa interessada investir na produção de alimentos saudáveis, na agroindustrialização e no modo de produção sustentável.

Para o entrevistado, esse grupo de empresários e economistas solidários à causa da reforma agrária e da produção de alimentos representou uma grata surpresa, pois propuseram um mecanismo inovador dentro do próprio sistema financeiro, o que permitiu o financiamento de importantes iniciativas na agroindústria e na produção de alimentos durante o período da pandemia da COVID 19. Afirma que, apesar de ser desenvolvido dentro do capital financeiro, o FINAPOP demonstrou ser uma alternativa viável para impulsionar a reforma agrária e combater a fome, o que reforçou a importância da participação da sociedade na garantia de políticas públicas efetivas e sustentáveis, mesmo em um contexto desfavorável.

A entrevista de Dario evidencia a importância da criação de parcerias entre diferentes setores da sociedade para enfrentar desafios socioeconômicos complexos, haja vista que a colaboração entre empresários progressistas, economistas e entusiastas da reforma agrária representou um avanço significativo na busca por soluções inovadoras que beneficiaram a agricultura familiar e propiciaram a produção de alimentos saudáveis.

Diante do golpe que tirou a presidenta Dilma da presidência e as várias políticas implementadas, em especial pelo governo Temer e depois pelo Bolsonaro, praticamente inviabilizou as políticas públicas que

⁴² LOURDES. Trecho da entrevista subtraído do trabalho de campo feito pelo mestrando em Administração de Empresas, PPGA-UEL, Tales Sanches, 2024.

atendiam à reforma agrária. Diante dessa situação e circunstância de inviabilidade, não havia qualquer política pública que chegasse até os assentamentos e a agricultura familiar. Um grupo de empresários progressistas, digamos assim, e liderado pelo querido amigo Eduardo Moreira, criou esse mecanismo de financiamento popular que é o FINAPOP, ou seja, foi um processo totalmente legal, passando pelas várias esferas financeira e banco central e tudo o que precisou...com securitizadora e tudo. E chegando ao ponto que qualquer pessoa que quisesse investir na produção de alimento saudável, na agroindustrialização, no modo de produção sustentável, poderia fazer esse investimento, então, pra nós, foi uma grata e importante surpresa esse grupo de pessoas solidárias à causa da reforma agrária e a produção de alimento e essa perspectiva do combate à fome que se propuseram naquele momento; criar um mecanismo por dentro ainda do capital financeiro, mas que possibilitou financiar algumas iniciativas importantes na área da agroindústria, na área da produção de alimentos naquele período. Então, digamos que foi uma manobra financeira que esse grupo de empresários, economistas conseguiu fazer naquele período e que possibilitou esse financiamento popular, da reforma agrária e da produção de alimentos (Dario, 2024)⁴³.

O relato enfatiza a importância do investimento na agricultura para promover uma revolução agrária e garantir a produção de alimentos saudáveis. Já a entrevista do dirigente Celso reconhece que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), apesar de ter sido importante para garantir certo avanço, é insuficiente para atingir os objetivos desejados. O dirigente enfatiza a importância de se encarar a agroecologia e a produção de alimentos como questões centrais e não apenas como políticas compensatórias ou práticas ultrapassadas. Ele defende um modelo de agricultura do futuro, que envolva o uso de tecnologia e aumento da produtividade, tanto para alimentar as famílias envolvidas, quanto para abastecer o país com alimentos.

Nesse contexto, a reforma agrária é abordada como uma forma de resolver problemas estruturais, c

omo a fome e o desemprego no Brasil. Defende que a Terra não é uma mercadoria, mas um bem comum que deve ser utilizado de forma comum e coletiva, além disso, destaca a importância de se pensar no equilíbrio ambiental e no desenvolvimento das forças produtivas no campo brasileiro, pois entende que o modelo do agronegócio está falido devido às contradições sociais, políticas e ambientais que acompanham sua prática. Diante disso, argumenta que qualquer

⁴³ DARIO. Trecho da entrevista subtraído do trabalho de campo feito pelo mestrando em Administração de Empresas, PPGA-UEL, Tales Sanches, 2024.

forma de financiamento agrícola, público ou privado, precisa estar alinhado a uma perspectiva que supere as contradições reais existentes, como as mudanças climáticas, a fome e o desemprego.

O entrevistado aborda a importância do investimento na agricultura para promover uma revolução agrária, garantir a produção de alimentos saudáveis, resolver problemas estruturais do país e superar as contradições reais existentes. Defende um modelo de agricultura que encare essas questões de forma holística, priorizando o uso sustentável da terra e o desenvolvimento das forças produtivas.

Ela foi uma experiência importantíssima, né? Mas nós temos consciência de que é o investimento que precisa ser investido. Para nós, fazer uma nova revolução agrária, que seja numa condição de produção de alimento saudável, é evidente que o FINAPOP é insuficiente. Então, para nós, ele foi importante, ajudou a garantir nesse período. É a continuidade de algumas cooperativas, algumas cadeias produtivas que foi nos dando, mas ele é importante, vai continuar, mas nós temos consciência que ele é insuficiente. Nós vamos continuar como movimento social, fazendo luta, pressionando para que o estado brasileiro consiga aplicar muito dinheiro para poder transformar. Mas é um marco, né? Uma simbologia dizer que a agroecologia, a produção de alimentos, não pode ser encarada somente como uma política compensatória. Ou algo de atrasado, né? Nós temos trazendo esse debate, mas é inovador. O que é uma agricultura do futuro, que tem de mais moderno? É esse tipo de agricultura que nós temos defendendo. E para isso vai precisar capital, seja ele privado, seja ele público, para poder desenvolver as forças produtivas, aumentar a tecnologia, produtividade, porque nós não queremos só alimentar as nossas famílias que estão envolvidas, tem que ser um modelo que possa abastecer os milhões de pessoas que continuam com fome nesse país...na reforma agrária, a Terra tem valor de uso. Como ela é um bem comum, bem da natureza, ela não é mercadoria. Então ela tem o valor de uso. Por isso que nós defendemos o uso da Terra de forma comum e coletiva. O segundo aspecto é: ela tem que estar na perspectiva de resolver problemas estruturais, esse bem comum. Olhar para a perspectiva que não é mercadoria, ela tem que cumprir sua função social, ela tem que estar numa perspectiva de resolver problemas estruturais da sua sociedade. E no caso do Brasil, é a fome, é o desemprego, que são problemas estruturais que nos acompanham, é toda a nossa trajetória. Então, a reforma agrária popular, que tem a Terra, a democratização da Terra como um dos elementos principal, ela tem que olhar a perspectiva do equilíbrio, do equilíbrio ambiental. Da produção de alimento e o desenvolvimento das forças produtivas... então, nós temos que olhar para a mecanização agrícola. Nós temos que olhar para semente, nós temos que olhar para a agroindústria. Então, quais são os elementos principais que possibilitam desenvolver as forças produtivas no campo brasileiro e na agricultura familiar? Isso fora do agronegócio está provado. Está provado que esse desenvolvimento das forças produtivas é tecnológico, proposto pelo agronegócio, ele está falido. Olha as mudanças climáticas. Olha a

contradição social, política e ambiental que nós temos no país. Então nós precisamos propor nessa perspectiva. Então, qualquer financiamento, seja ele FINAPOPOP, que é uma forma de financiamento popular, ou qualquer política pública ou qualquer forma de financiamento, tem que olhar para essa perspectiva, que modelo agrícola, já que o modelo do agronegócio está falido. E nós vamos acompanhar essa falência a cada tempo. Que tipo de financiamento seja popular ou seja privado, ou seja, público, nós precisamos para agricultura, que de fato vá de encontro com as contradições reais que nós temos? É das contradições reais, que estou dizendo. As mudanças climáticas são uma contradição fundamental. O tema da fome é uma questão fundamental, o tema do desemprego, uma questão fundamental, então, que nação, por mais rica que seja, como é o nosso país, do ponto de vista agrícola, industrial, vai se desenvolver sem encarar essas questões. Está sendo assim, então? O FINAPOPOP é uma iniciativa nesse sentido e foi muito importante. Mas o FINAPOPOP precisa indicar caminhos de como o estado brasileiro precisa se comportar e a própria iniciativa privada precisa se comportar do ponto de vista de financiar essa revolução agrícola, essa revolução agrária que precisa ter o país (Celso, 2024)⁴⁴.

O entrevistado Daniel aborda a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil, mostrando os desafios enfrentados pela organização ao longo dos anos. Destaca a importância de ter acesso à terra como primeiro passo para a mudança e ressalta a relevância da educação, cultura e sociabilidade para o resgate da comunidade camponesa. Além disso, afirma ser o desenvolvimento da produção de alimentos saudáveis parte fundamental do processo de empoderamento da comunidade, visando a melhorar a qualidade de vida e sair da miséria. No entanto, ressalta que a decisão política de investir no desenvolvimento dos assentamentos não é tomada pelo MST, mas sim pelo estado e pelo governo. O entrevistado relata os avanços lentos na pauta de produção, devido às dificuldades impostas pelo estado brasileiro, que historicamente não foi feito pelos pobres. Ainda assim, o MST conseguiu conquistas ao longo do tempo, melhorando gradualmente a vida nos assentamentos e cooperativas. Segundo Daniel, a partir de 2014, o MST entrou em um período de defesa política intensa, enfrentando um ambiente hostil criado pela investida da direita. O impeachment da presidente Dilma Rousseff agravou ainda mais a situação, resultando na perda de direitos e em medidas do governo Temer que dificultaram a reforma agrária e, a partir de 2019, com o presidente Bolsonaro, houve um aumento na perseguição ao MST, que se tornou uma das prioridades do governo.

⁴⁴ CELSO. Trecho da entrevista subtraído do trabalho de campo feito pelo mestrando em Administração de Empresas, PPGA-UEL, Tales Sanches, 2024.

A entrevista revela o contexto desafiador enfrentado pelo movimento, reforçando a importância da luta pela terra e pelos direitos dos trabalhadores rurais.

Primeiro passo é ter a Terra, isso que é fundamental. Aí necessariamente tem uma série de ações complementares para além de ter a Terra, né? E essa parte educacional, cultural, a sociabilidade, a comunidade camponesa que é esse resgate. Uma frente determinante que nós achamos é o desenvolvimento, que é essa parte da produção de alimento saudável, né? É o desenvolvimento da comunidade, da economia, da renda... adquirir um padrão de vida razoável. Que assim, sair da miséria e se inserir, não só através da política, mas também do elemento da produção, da economia, é um espaço que o sem-terra sempre viveu alijado. À margem desse processo cumpre esse papel fundamental, a questão da economia. E, nós tiramos no último período isso já. Durante o primeiro governo Lula e segundo governo Lula ... uma das nossas ações prioritárias do período era trabalhar com muita intensidade, com foco para desenvolver nossos assentamentos, porque eu já tinha avançado, já tinha bastante uma certa quantidade de conquista, não o suficiente de Terra, mas que a gente precisava desenvolver o assento também não, nós tiramos como linha, desenvolveu os assentamentos, né? Porém, isso é uma decisão política, não é do MST, mas não é uma decisão política do estado brasileiro e de governo, né? E nós começamos a pautar, se organizar, construir uma pauta robusta nessa área da produção e começamos a fazer luta no sentido de arrancar crédito, investimento, né? Investimento produtivo nos assentamentos para as famílias se desenvolver na unidade produtiva. É investimento coletivo nas cooperativas para desenvolver a parte da indústria, gerar emprego e tudo mais. É emprego, principalmente para a juventude que mora nos assentamentos. Então essa foi a nossa ação desse período. Porém, como já é sabido de todos, pauta de negociação e isso a gente avança, avança algumas coisas muito lentamente, porque o estado brasileiro não foi feito pelos pobres, né? Independentemente de quem seja o governo, nós encontramos muita dificuldade nesse sentido de avançar na nossa pauta de produção, mas a gente foi tendo algumas conquistas pontuais e a gente foi gradativamente melhorando, né? A vida dos assentamentos, alguma conquista coletiva para as cooperativas, que é fruto desse período que nós priorizamos essa coisa da produção, porém, como é sabido já de todo mundo, nós, a partir de 2014, entramos na defensiva política, uma investida, uma investida da direita. Muito intensa, né? O MST passou a partir de 2014, e acho que a eleição de 2014 da presidenta Dilma foi uma das eleições que mais do nosso movimento ficou. Foi para a rua, colocou a cara para bater. Assumiu publicamente, porque nós sabíamos o que viria, o que é que estava desenhando pela frente e deu no que deu, não? Então, desde 2014, nós entramos realmente numa luta de resistência, é isso que nós chamamos inclusive no quesito Terra, só para vocês saber. Produção, mas como gosto muito de ferro, vou ter que falar. No quesito Terra, o último assentamento criado no Paraná, criado o assentamento, assim, de 2014 de lá para cá, mais nada, mais nada. Então, nós entramos num período longo de resistência, né? E com o *impeachment* da Dilma, essa situação piorou, ela endureceu muito. Nós começamos a perder direito, né? Inclusive tem medidas de o

governo Temer que freia a reforma agrária, medida do Temer já a partir do *impeachment* da Dilma. E nós entra em 2018/2019, principalmente a partir de 19, uma situação muito pior, onde a perseguição ao MST aumentou e o presidente Bolsonaro tirou como prioridade acabar com o MST, né? Prioridade número 1 deles, entre tantas prioridades? (Daniel, 2024)⁴⁵.

Um relato trazido para esse estudo foi dado pela Sra. Dirlete Terezinha Dellazeri, da coordenação do assentamento Dorcelina Folador, onde está instalada a cooperativa COPRAN, situada no município de Arapongas/PR. Em entrevista concedida ao jornal “O joio e trigo, jornalismo investigativo sobre alimentação, saúde e poder”, aborda a falta de propriedade da terra para as famílias assentadas da reforma agrária. Dellazeri destaca que elas não possuem a propriedade da terra, sendo esta pertencente à União. Esse fator acarreta em dificuldades para os assentados em obterem empréstimos junto aos bancos, uma vez que não possuem uma garantia real para apresentar. A situação se agrava quando se trata da produção de alimentos saudáveis, pois as famílias seriam capazes de pagar os empréstimos com sua própria produção, caso tivessem a propriedade da terra. A gestão pública é apontada como a responsável por subsidiar a agricultura das famílias assentadas, especialmente no que se refere à produção de alimentos.

A dirigente enfatiza que essa agricultura deve ser valorizada e incentivada, pois, além de contribuir para a segurança alimentar da população, também promove saúde e qualidade de vida. No entanto, é ressaltado que a vontade política e a disponibilidade de recursos não são suficientes para garantir que esses cheguem efetivamente às famílias que estão produzindo o alimento saudável. Para ela, é fundamental que seja resolvida essa exigência feita pelos bancos aos pequenos agricultores, uma vez que hoje, sem essa garantia, as famílias assentadas ficam em desvantagem no acesso ao crédito agrícola e, conseqüentemente, na possibilidade de desenvolverem suas atividades produtivas. Reforça a necessidade de políticas públicas que incentivem e subsidiem a agricultura familiar, especialmente para a produção de alimentos saudáveis. A seguir, parte da entrevista, concedida à jornalista Patrícia Cornils:

⁴⁵ DANIEL. Trecho da entrevista subtraído do trabalho de campo feito pelo mestrando em Administração de Empresas, PPGA-UJEL, Tales Sanches, 2024.

Não é apenas a vontade política e a disponibilidade que garantem que esses recursos cheguem de fato para as famílias que estão produzindo alimento saudável. No caso das famílias assentadas da reforma agrária, o problema é a garantia real exigida pelos bancos. Nossos assentados não têm propriedade da terra. A propriedade é da União. Não haveria problema com isso, desde que as famílias pudessem pagar os empréstimos com sua própria produção. A gestão pública deveria subsidiar essa agricultura da produção de alimentos, constata Dirlete Teresinha Dellazeri, da direção da COPRAN cooperativa de Arapongas, no Paraná (Cornils, 2023).

Nos relatos dos dirigentes do MST, fica evidenciada a compreensão que todos têm em relação ao processo pelo qual passou o FINAPOP; é notável o consenso ao entendimento de que a entrada das cooperativas de agricultura familiar no mercado financeiro e de capitais, bolsa de valores, através do FINAPOP, foi uma estratégia eficaz para obter recursos financeiros com o objetivo de promover o acesso das cooperativas de agricultura familiar a recursos por meio da emissão de títulos financeiros, como debêntures e certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs), que são negociados no mercado financeiro. O processo permitiu que as cooperativas de agricultura familiar tivessem acesso a recursos de grandes investidores, como fundos de pensão, fundos de investimento e investidores estrangeiros, que encontram nessas cooperativas uma oportunidade rentável e com impacto social. Para participar do FINAPOP, as cooperativas de agricultura familiar precisaram atender a certos critérios estabelecidos pelo programa, como estar em dia com suas obrigações fiscais, ter um modelo de negócio sustentável e demonstrar a capacidade de honrar seus compromissos financeiros.

Ao obter recursos financeiros por meio do FINAPOP, as cooperativas de agricultura familiar puderam investir na modernização de suas estruturas produtivas, na capacitação dos seus agricultores, na incorporação de tecnologias e na diversificação de suas atividades, o que contribuiu para fortalecer o setor e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares envolvidos. Além disso, ao ingressar na bolsa de valores, as cooperativas de agricultura familiar puderam aumentar sua visibilidade, ganhando reconhecimento no mercado e atraindo mais investidores interessados em apoiar projetos agrícolas sustentáveis e socialmente responsáveis.

Em síntese, as falas dos assentados, seja nas conversas, seja no contato nas atividades participativas, afirmam que a entrada das cooperativas de agricultura familiar no mercado financeiro, através do FINAPOP, foi uma estratégia que proporcionou acesso a recursos financeiros e favoreceu o desenvolvimento

sustentável do setor, fortaleceu as cooperativas e melhorou a qualidade de vida dos agricultores familiares.

5.2 FINAPOP E NOVAS PERSPECTIVAS

Recentemente, 25 de outubro de 2024, João Paulo Pacífico, idealizador do FINAPOP, publicou em suas redes sociais uma matéria que oportunamente cabe neste trabalho, haja vista que iniciativas como a da jornalista Gislaine Rosa é fruto dos resultados do FINAPOP que ganhou visibilidade ao longo dos poucos anos desde seu início, conforme aqui relatado.

A matéria conta que Giza, mineira, fazendeira, proprietária de 1.500 hectares de terras no Sul de Minas Gerais, sem herdeiros e com diagnóstico de câncer, procurou pelo ativista João Paulo, CEO do grupo Gaia, por ocasião das publicações feitas por Pacífico a respeito da agricultura sustentável e a defesa incansável de uma sociedade justa e sustentável. A ideia de Giza seria, a princípio, tornar sua fazenda, um modelo socioeconômico-ambiental de produção agrícola em parceria com o grupo Gaia. O encontro aconteceu em 12 de julho de 2024, ocasião em que elaboraram um plano na perspectiva de transformação da Fazenda Pinheiros, município de Campo Belo em Minas Gerais, num território onde seria implantado um sistema agroflorestal de cultivo, com agricultores familiares trabalhando de forma coletiva socioambiental, transformando toda a área.

A negociação foi bem-sucedida: a Fazenda Pinheiros foi doada e incorporada aos fundos patrimoniais de impacto do Grupo Gaia, num valor aproximado de R\$ 40 milhões de reais: “O fundo patrimonial vai garantir a perenidade do propósito, para que daqui a 200 anos essas terras estejam produzindo alimentos, sem veneno e sem especulação imobiliária” (Pacífico, 2021).

A trajetória de Gislaine Rosa, desde sua juventude até o fechamento dessa parceria, começou em 1992, quando tinha 27 anos, ano em que o pai que administrava a fazenda faleceu. Embora tivesse cursado jornalismo e direito, voltou para a cidade natal em Minas, para cuidar de outros negócios da família, formada por ela, a mãe e um irmão. Em 2006, a mãe faleceu e pouco tempo depois o irmão sofreu um AVC, foi quando Giza, inicia suas atividades administrando a fazenda com intervenções importantes, como a recuperação de 64 nascentes, cultivo de cafés especiais com colheita manual realizada por mulheres, alfabetização dos agricultores, curso de

inglês para as novas gerações, e sempre focada na idealização de uma escola técnica para seus funcionários.

Com o falecimento do irmão em 2023, Giza buscou nos exemplos do FINAPOP e no conhecimento de João Paulo Pacífico a realização de seu sonho: compartilhar suas propriedades com famílias camponesas, para ali estabelecer uma plantação orgânica, onde as águas serão preservadas e ainda a construção da escola para as crianças, posto de saúde e uma capelinha. O novo projeto levará o nome de “Nova Era de Gaia” incorporando 120 famílias de agricultores da região, que receberão moradia, com direito a permanecer para sempre nas terras, trabalhando o plantio coletivo, que inclui a implantação do sistema agroflorestal⁴⁶, método muito conhecido e utilizado pelo MST, que vai prestar toda a assessoria técnica na comercialização da produção.

Figura 30 – Vista da Fazenda Pinheiros (Sul de Minas)



Fonte: Jornal O Globo - Reprodução

Em entrevista publicada no jornal “O Globo”, João Paulo Pacífico (2021) fala desse novo modelo de fundo de investimento sustentável, inédito no Brasil,

Essa é uma reforma agrária do terceiro setor. Um modelo inédito no Brasil e talvez no mundo, por usar um Fundo Patrimonial. Estamos criando um novo modelo economicamente viável de regeneração de fazendas, com produção de alimentos, com gente morando lá dentro. É uma solução ambiental, econômica, social e alimentar. Queremos criar um modelo que possa ser replicável, inspirando outras pessoas a fazerem doações de terras para serem regeneradas.

⁴⁶ Modelo onde culturas agrícolas são plantadas em meio a árvores

O modelo de agrofloresta proposto nessa parceria surge como uma solução inovadora e multifacetada. Esse modelo combina a produção de alimentos com a regeneração de ecossistemas, permitindo que fazendas antes degradadas se tornem, novamente, fontes de produção sustentável, haja vista que concilia a atividade agrícola com a conservação ambiental, ao mesmo tempo em que se cria um espaço onde as pessoas possam viver e trabalhar coletivamente e harmonicamente com o meio ambiente. Um aspecto fundamental desse novo modelo é a possibilidade de estabelecer comunidades sustentáveis dentro das fazendas. Ao invés de serem meras áreas de produção, esses espaços podem se transformar em assentamentos rurais, onde as pessoas residem, cultivam e convivem.

Com essa operação, um novo fundo é incorporado ao FINAPOP, que leva o nome do antigo proprietário da Fazenda Pinheiros, Joaquim Rosa Cambraia, avô de Giza.

Em 2024, o FINAPOP apresentou mais uma oportunidade de investimento em sua plataforma, voltada para pessoas físicas, com aportes a partir de R\$100,00. Essa iniciativa permite que qualquer interessado contribua para novos negócios e se engaje em um movimento com propósito. Os investidores receberão uma remuneração pré-fixada de 11% ao ano, superando a rentabilidade da poupança. O investimento é direcionado a financiamentos que promovem a transição agroecológica. Ao aportar recursos, os participantes estarão apoiando projetos de agricultura familiar, que cultivam alimentos saudáveis e diversificados.

Em um contexto de emergência climática, essa ação busca mitigar a crise, gerando impactos positivos nas esferas ambiental, social e econômica. O diretor executivo do FINAPOP, Sr. Luís Costa, ressalta que a plataforma visa facilitar financiamentos justos e sustentáveis, promovendo novas relações no mercado financeiro que priorizam tanto as pessoas quanto a natureza.

Ao viabilizar financiamentos justos e sustentáveis, a plataforma constrói novas relações no mercado financeiro, fundamentadas na preocupação com a humanidade e com a natureza, solidificando-se como uma ferramenta essencial para a transformação da agricultura e da economia no Brasil (Alcântara, 2024).

A plataforma foi desenvolvida para facilitar o acesso ao crédito para organizações de famílias assentadas, que historicamente enfrentam barreiras nos

sistemas financeiros tradicionais. Desde sua criação, o FINAPOP tem atendido às necessidades dessas cooperativas e associações, oferecendo não apenas financiamento, mas também orientação sobre crédito, conectando-as a um ecossistema de soluções para desafios na agricultura e na comercialização, como objetivo de ser um elo entre a cidade e o campo, unindo a agricultura familiar e o desejo dos investidores de apoiar projetos comprometidos com a transição agroecológica, a soberania alimentar e o respeito ao meio ambiente, configurando-se como uma ferramenta essencial para aqueles que cultivam alimentos saudáveis visando a preservação ambiental e a sustentabilidade do planeta.

Através da plataforma de fácil acesso, novos empreendimentos serão financiados mantendo as características iniciais do FINAPOP: apoiar a agricultura familiar, organizadas em cooperativas com base na agroecologia em várias partes do país, gerando trabalho na cidade e no campo, renda e responsabilidade ambiental.

CAPÍTULO 6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma organização social e política que nasceu no Brasil em 1984 com o objetivo de conquistar a terra por meio da reforma agrária e pela mudança da estrutura agrária brasileira. O movimento busca garantir o direito à terra, à moradia, ao trabalho e à educação no campo, bem como promover a agricultura familiar e a produção de alimentos saudáveis. Ações como acampamentos, marchas, manifestações e ocupações são algumas das formas de luta utilizadas pelo movimento social.

Os projetos do MST visam a promover a democratização da economia através do acesso à terra e de modelos de produção sustentáveis, entretanto a falta do acesso ao crédito por parte dos pequenos produtores limita a viabilidade desses projetos e impossibilita a democratização da economia. O estudo mostrou que o FINAPOP permitiu o acesso a recursos, visando crédito, infraestrutura, assistência técnica e capital de giro, fundamentais para o desenvolvimento da produção agrícola nos assentamentos. Revelou-se um mecanismo de apoio à produção, fundamental para os agricultores assentados, mas também evidenciou a necessidade de debater a forma como esses recursos são disponibilizados, os desafios e as contradições enfrentadas pelos movimentos sociais, a exemplo do MST, na construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento agrícola.

Para enfrentar essa hegemonia, o estudo mostrou a necessidade de fortalecer alternativas ao sistema financeiro tradicional e promover mecanismos de financiamento popular, como as cooperativas de crédito, fundos solidários ou a criação de políticas públicas que garantam o acesso igualitário ao crédito para projetos que visem à democratização da economia. Essa democratização passa pela consciência coletiva e pela construção de uma nova narrativa que questione a lógica de acumulação de capital e promova a redistribuição de riqueza.

O FINAPOP mostrou que é possível romper a barreira imposta pelo sistema financeiro que dificulta a entrada de projetos sustentáveis desenvolvidos por pequenos agricultores e da economia solidária, os quais beneficiem a sociedade como um todo, possibilitando uma maior distribuição da riqueza de uma nação de forma justa e equitativa.

O resultado apresentado nesta tese mostra a possibilidade de se fomentar uma nova economia baseada em princípios de solidariedade e coletividade, através do acesso a crédito, democratização dos recursos e políticas públicas robustas que alcance a viabilidade das agroindústrias da agricultura familiar em se consolidarem como novas formas de economias mesmo dentro do sistema capitalista. Para tanto, há que considerar alguns aspectos:

- ✓ O reconhecimento das agroindústrias enquanto potenciais para se tornarem formas de economia sustentáveis e igualitárias, uma vez que elas permitem a distribuição justa dos lucros entre os produtores envolvidos. Através do FINAPOP, as cooperativas receberam recursos para investir em infraestrutura, tecnologia, capacitação e capital de giro, melhorando ainda mais suas oportunidades de crescimento e sucesso.
- ✓ O acesso ao crédito permite que as agroindústrias se tornem competitivas num mercado dominado por grandes empresas e corporações. Com os recursos financeiros, essas cooperativas estabeleceram novas parcerias e expandiram sua produção, conquistando novos mercados.
- ✓ A iniciativa do FINAPOP, através dos ativistas Eduardo Moreira e João Paulo Pacífico, introduziu o MST no mercado financeiro, demonstrando que é possível superar barreiras e preconceitos como forma de viabilizar o acesso ao crédito para grupos que historicamente estiveram à margem dessa fonte de investimento.
- ✓ Deve haver uma coerência entre a gestão das cooperativas e os princípios cooperativistas, associado à capacidade de gerenciar de forma eficiente os recursos financeiros. A pesquisa mostrou como as duas cooperativas se organizaram para captar os recursos do FINAPOP com responsabilidade em responder às exigências pactuadas, de forma a estarem aptas para entrar em novas operações;
- ✓ Há necessidade de haver políticas públicas de estado que incentivem e apoiem novas formas de economia;
- ✓ É importante que os recursos dos bancos públicos sejam acessíveis para empreendimentos econômicos solidários, microempresários, trabalhadores autônomos e agricultores familiares. Essa democratização das finanças

também passa pela facilitação legal e normativa do acesso ao crédito no sistema financeiro e de capitais, a exemplo do FINAPOP.

- ✓ O FINAPOP se mostrou uma iniciativa contra-hegemônica em relação ao capital financeiro tradicional, haja vista que busca democratizar o acesso ao sistema financeiro, promovendo alternativas justas e acessíveis em oposição às instituições financeiras convencionais, que perpetuam desigualdades e favorecem uma minoria.
- ✓ O FINAPOP se baseia em princípios como a justiça social, a transparência, a cooperação e a inclusão financeira. A ideia é oferecer serviços financeiros que atendam às necessidades das comunidades e dos indivíduos, especialmente aqueles que estão à margem do sistema financeiro tradicional. Isso pode incluir microfinanciamento, cooperativas de crédito, projetos solidários e outras formas de economia colaborativa, desafiando o modelo capitalista tradicional, promovendo valores que desafiam as dinâmicas do capital financeiro.

A pesquisa se limitou aos assentamentos Eli Vive e Dorcelina Folador, localizados na região norte do Paraná. No entanto, os resultados obtidos podem fornecer subsídios para análises mais amplas sobre a entrada do FINAPOP nas agroindústrias e cooperativas da agricultura familiar em outros territórios. O estudo apresentou algumas limitações, como a falta de dados quantitativos mais robustos que possibilitassem identificar outros impactos do FINAPOP, devido ao pouco tempo do início da operação, porém os dados obtidos e as análises realizadas permitiram uma compreensão a respeito dos projetos desenvolvidos pelas cooperativas e dos desafios enfrentados pelos trabalhadores assentados. A partir dos relatos coletados, foi possível elaborar as considerações finais sobre o FINAPOP nas cooperativas da agricultura familiar em ambos os assentamentos.

O FINAPOP foi uma iniciativa importante e oportuna, que trouxe alívio para as cooperativas durante o difícil período da pandemia da COVID 19 e ajudou-as a enfrentar a crise e a resistir, até que a situação se normalizasse. O FINAPOP trouxe uma extraordinária contribuição para os assentamentos, permitindo o seu desenvolvimento econômico naquele momento, uma vez que as políticas públicas voltadas para a reforma agrária foram inviabilizadas, especialmente por questões políticas acentuadas naquele período de crise pandêmica.

A abertura para captação de recursos na forma constituída permitiu que tanto os investidores populares quanto privados pudessem contribuir para o desenvolvimento da produção de alimentos saudáveis e, com isso, as cooperativas conseguiram investir em infraestrutura, maquinários e capital de giro nas agroindústrias do milho e do leite, o que resultou num aumento significativo no faturamento e na qualidade de vida dos agricultores. O FINAPOP é reconhecido pela direção dos assentamentos, bem como para os assentados, como uma alternativa viável de acesso a financiamento para a agricultura familiar. Por outro lado, também é considerado insuficiente para resolver os problemas estruturais enfrentados pela agricultura familiar, como a fome, o desemprego e as mudanças climáticas.

O FINAPOP, ao integrar as cooperativas da agricultura familiar no contexto do Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), trouxe resultados positivos para essas organizações, ao facilitar o acesso a crédito e promover uma maior visibilidade e valorização das atividades da agricultura familiar. Contudo, é essencial refletir criticamente sobre essa inclusão e o modelo capitalista rentista que permeia o sistema financeiro e de capitais. A inclusão das cooperativas no CRA, ainda está imersa em um sistema que se baseia na lógica da especulação financeira. Há de se ter o cuidado necessário para que, em vez de transformar o mercado financeiro, o FINAPOP acaba por reforçar um modelo já existente, que consegue agregar novos atores, mas que não desafia as estruturais do capital financeiro. Essa dinâmica pode resultar em um ciclo em que as cooperativas, em sua busca por capital, tornem-se dependentes do mesmo sistema que historicamente tem marginalizado a agricultura familiar e a produção sustentável. Essa dependência pode levar à perda de autonomia e a uma adaptação de suas práticas aos interesses do mercado. Para que iniciativas como o FINAPOP tenham caráter transformador, é fundamental que haja uma desconexão do paradigma rentista e a construção de alternativas que priorizem a inclusão das comunidades e do meio ambiente. Isso envolve o fortalecimento de políticas públicas, a democratização do acesso ao crédito e a criação de novos arranjos financeiros que valorizem a riqueza social e ambiental.

Os resultados obtidos na tese são uma contribuição para o conhecimento acadêmico da Sociologia e outras áreas, cujo propósito seja promover pesquisas relacionadas ao MST, ao desenvolvimento sustentável e economias solidárias. Espera-se, também, que este estudo possa fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas mais efetivas para a agricultura familiar, cooperativas

agroecológicas e para o desenvolvimento de estratégias de combate à pobreza e à desigualdade no campo e na cidade.

REFERÊNCIAS

- 9ª JORNADA de Agroecologia recebe mais de 20 mil pessoas, com comida boa, formação e arte. **Jornada de Agroecologia**, Curitiba, jul. 2022. Disponível em: <https://jornadadeagroecologia.org.br/2022/07/01/19a-jornada-de-agroecologia-recebe-mais-de-20-mil-pessoas-com-comida-bo-a-formacao-e-arte/>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- ALCÂNTARA, Fernanda. **Cooperativas da reforma agrária criam plataforma para investimentos na agricultura familiar**. [Brasília, DF]: MST, 17 out. 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/10/17/cooperativas-da-reforma-agraria-criam-plataforma-para-investimentos-na-agricultura-familiar/>. Acesso em: 13 nov. 2024.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- ARAÚJO, Pâmella Silva de. **Distribuída fotovoltaica para o MST-NE aplicando o modelo de negócios Canvas**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências no Domínio da Engenharia Elétrica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, João Pessoa – PB, 2023.
- ARMAZÉM DO CAMPO. **Produtos campo vivo**. Londrina: MST, [2023]. Disponível em: <https://londrina.armazemdocampo.com.br/categorias/produtos-campo-vivo/>. Acesso em: 7 jul. 2023.
- B3 S.A. **B3 S.A:** Brasil, Bolsa, Balcão. São Paulo: B3, dez. 2019. Disponível em: https://www.b3.com.br/data/files/43/83/F1/C3/8F4AF6109A4874F6AC094EA8/B3_IO_SCO_Relatorio.pdf. Acesso em: 5 jul. 2023.
- BAIARDI, Amilcar. Elinor Ostrom, a premiação da visão unificada das ciências humanas. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 24 n. 61, p. 203-216, jan./abr. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000100014>
- BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Composição e segmentos do Sistema Financeiro Nacional**. Brasília, DF: BCB, [2023]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/composicao.asp?frame=1>. Acesso em: 5 dez. 2023.
- BECK, Ulrich. **Ecological enlightenment: essays on the politics of the risk society**. New York: Humanity Books, 1995.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra sociedade**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BERKHOUT, Esmé *et al.* **O vírus da desigualdade: unindo um mundo dilacerado pelo coronavírus por meio de uma economia justa, igualitária e sustentável**. Oxford: Oxfam International, 2021. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2021/01/bp-the-inequality-virus-110122_PT_Final_ordenado.pdf?utm_campaign=davos_2021_-_pre_lancamento%26utm_medium=email%26utm_source=RD+Station. Acesso em: 13 jul. 2023.
- BISCARO, Chrystian. **Educação para a cooperação: Um estudo sobre o princípio**

Educacional cooperativo em organizações paranaense. 2022. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

BOGO, Ademar. **Florestan Fernandes e os sem-terra**. 2009. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/11/FLORESTAN-FERNANDES-E-OS-SEM-TERRA-Ademar-Bogo.pdf>. Acesso: 14 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 14 fev. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.467 de 13/07/2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, ano CLIV, n. 134, 14 jul. 2017. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/17728053#:~:text=Altera%20a%20Consolida%C3%A7%C3%A3o%20das%20Leis,%C3%A0s%20novas%20rela%C3%A7%C3%B5es%20de%20trabalho>. Acesso em: 1 jun. 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 735, de 2020**. Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19; altera as Leis nºs 13.340, de 28 de setembro de 2016, e 13.606, de 9 de janeiro de 2018; e dá outras providências (Lei Assis Carvalho). Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/143587>. Acesso em: 7 jul. 2023.

BRASIL. **Relatório indica que Brasil saiu do mapa mundial da fome em 2014**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2014/setembro/relatorio-indica-que-brasil-saiu-do-mapa-mundial-da-fome-em-2014>. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. **Req 227/2023 CPIMST**. Convocação em CPI (art. 58, §3º, CF). Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2368550>. Acesso em: 22 maio 2023.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **13 milhões de pessoas deixaram de passar fome no Brasil em 2023, indica estudo**. Brasília, DF: Secretaria de Comunicação Social, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/03/13-milhoes-de-pessoas-deixaram-de-passar-fome-no-brasil-em-2023-indica-estudo>. Acesso em: 22 maio 2024.

BRASIL. Segurança alimentar aumenta nos lares brasileiros. **Notícias Gov**, Brasília, DF, 25 abr. 2024. Disponível em:

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202404/seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023>. Acesso em: 20 abr. 2024

BRIDI, Maria Aparecida; BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. Sociologia do trabalho no Brasil hoje: balanço e perspectivas. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 6, p. 42-64, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.244>.

CÁRITAS BRASILEIRAS. **História**. Brasília, DF: Caritas Brasileiras, [2023]. Disponível em: <https://caritas.org.br/historia>. Acesso em: 5 jul. 2023.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Antares, 1980.

CHAVES, Daniel Murray de Andrade. **As finanças solidárias e éticas no Brasil em meio ao domínio financeiro**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <http://www.unirio.br/ppgcp/PPGCPDissertaoDanielMurrayChaves.pdf>. Acesso em 16 jul.2023.

COELHO, Fabiano. **A prática da mística e a luta pela terra no MST**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010.

CONFIRA o panorama, das cooperativas agropecuárias do Brasil. Agronegócio responde pela maior parte das cooperativas brasileiras e é também o setor que mais emprega. **O Presente Rural**, Marechal Cândido Rondon, 2 ago. 2022. Disponível em: <https://opresenterural.com.br/confira-o-panorama-das-cooperativas-agropecuarias-do-brasil/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

COPACON - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO CONQUISTA. **Relatório de gestão**. Londrina: COPACON, 2024.

CORNILS, Patrícia. Tudo para o agronegócio, mas o agro não é tudo. **O Joio e oTrigo**, [s.l.], 27 jul. 2023. Disponível em: <https://ojoioeotrigocom.br/2023/07/agro-nao-e-tudo/>. Acesso em 5 maio 2024.

COUTINHO, Carlos Nelson (org.). **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DAL ROSSO, Sadi. O conceito de intensidade do trabalho. *In*: DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 371-375. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/qxTnhBG6kGmqTbC4dqHkbLD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2024.

DANTAS, Carolina. Assassínatos no campo aumentam 75% entre 2020 e 2021, aponta Comissão Pastoral da Terra Dados preliminares mostram que terra indígena Yanomami, em Roraima, é região com mais registros. **G1**, São Paulo, 11 abr. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2022/04/11/assassinatos-no-campo-aumentam-95percent-entre-2020-e-2021-diz-relatorio-do-cpt.ghtml>. Acesso em: 6 jul. 2023.

DAWBOR, Ladislau. Inovação social e sustentabilidade. **Revista Brasileira De Gestão Urbana**, Curitiba, v.1, n. 1, p. 109–125, 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/Urbe/article/view/4273>. Acesso em: 11 dez. 2022.

DAWBOR, Ladislau. **Pão nosso de cada dia**: opções econômicas para saídas da crise. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**: 1965-1985. São Paulo. Coleção América Latina, 1985.

DIAS, Nilson. Eduardo Moreira anuncia inédito Banco Popular no Brasil aos moldes do Triodos Bank. **Blog Rede Ecológica**, [s. l., 2020]. Disponível em: <https://redeecologicario.org/2020/05/25/eduardo-moreira-anuncia-inedito-banco-popular-no-brasil-aos-moldes-do-triodos-bank/>. Acesso em: 11 dez. 2022.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Considerações sobre o Plano Safra 2023/2024 da Agricultura Familiar**. São Paulo: DIEESE, 2023.

DÖRRE, Klaus. A nova Landnahme. Dinâmicas e limites do capitalismo financeiro. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 536–603, 2015. DOI: 10.12957/dep.2015.19233.

DÖRRE, Klaus. A nova Landnahme: dinâmicas e limites do capitalismo financeiro. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 536-603, 2012. DOI: 10.12957/dep.2015.19233.

ELINOR Ostrom (1933-2012). **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, ed. 197, jul. 2012. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/elinor-ostrom-1933-2012/>. Acesso em: 11 dez. 2022.

ENCONTRO com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá. Direção: Silvio Tandler. Produção: Ana Rosa Tandler. [S. l.]: Caliban, [2006]. 1 vídeo (1h29min19s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ifZ7PNTazgY>. Acesso em: jun. 2024.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **In brief to the state of food security and nutrition in the world 2022**. Rome: FAO, 2022. Doi: <https://doi.org/10.4060/cc0640en>.

FARIAS, Luiz Felipe Ferrari Cerqueira de. Ascensão do “agronegócio” e crise da democracia no Brasil. **Configurações: Revista de Ciências Sociais**, Minho, v. 27, p. 95-110, jun. 2021.

FERNANDES, Florestan. **O que é revolução**. São Paulo: abril cultural, 1984.

FERREIRA, Elias Abraão. **O assentamento Rio Perdido**: MST e contradições do processo de territorialização camponesa. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação do Campo) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, 2022. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/5711/1/FERREIRA.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2023.

FILGUEIRAS, Vitor; CAVALCANTE, Sávio. O trabalho no século XXI e o novo adeus à classe trabalhadora. **Princípios**, São Paulo, v. 39, n. 159, p. 11-41, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2020.159.001>

FINAPOPOP – FINANCIAMENTO POPULAR DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS. **Conheça a nossa história**. [S. l.]: Finapop, 2022. Disponível em: <https://finapop.com.br/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

FOME avança no Brasil em 2022 e atinge 33,1 milhões de pessoas. **Oxfam**, São Paulo, 8 jun. 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/>. Acesso em: 7 jul. 2023.

GALDINA, Laisa. Sem patrão: trabalhadores da Flaskô mantêm organização da fábrica desde 2003. **CUT Sergipe**, Aracaju, 9 nov. 2011. Disponível em: <https://se.cut.org.br/noticias/sem-patrao-trabalhadores-da-flasko-mantem-organizacao-da-fabrica-desde-2003-997d>. Acesso em: 10 out. 2023.

GONÇALVES, Juliana. Londrina ganha agroindústria para beneficiar milho livre de transgênicos. **Blog Londrina**, Londrina, 15 jul. 2022. Disponível em: <https://blog.londrina.pr.gov.br/?p=133166>. Acesso em: jun. 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 494 p. v. 1: Introdução ao estudo da filosofia.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 6: Literatura, folclore, gramática.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2002. v. 3: Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos: 1910-1920**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v.1

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del cárcere**. Torino: Einaudi, 1975.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del cárcere**. Torino: Einaudi, 1977. Edição crítica de Valentino Gerratana.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário - 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html>. Acesso em: 11 nov. 2022.

IBGE. Agricultura familiar. *In*: IBGE. **Atlas do espaço rural brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. p. 291-295. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/11_00_Texto.pdf. Acesso em: 23 nov. 2023.

INAUGURAÇÃO do Armazém do Campo Londrina. Londrina: MST PR, ago. 2021. 1

vídeo (1h08min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jrecQxiLpr0>. Acesso em: 15 jan. 2024.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Conselho Nacional de Economia Solidária**. Brasília, DF: IPEA, [2024]. Disponível em: <https://ipea.gov.br/participacao/conselhos/conselho-nacional-de-combate-a-discriminacao-lgbt/142-conselho-nacional-de-economia-solidaria/278-conselho-nacional-de-economia-solidaria#:~:text=10.683%2F03%20e%20regulamentado%20pelo%20decreto%20no%205.811%2F06.&text=A%20economia%20solid%C3%A1ria%20emerge%20no,do%20mercado%20formal%20de%20trabalho>. Acesso em: 26 abr. 2024.

JOÃO DOMINGOS ADVOGADOS ASSOCIADOS. Principais mudanças no crédito rural com a nova Lei do Agro. **Jusbrasil**, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/principais-mudancas-no-credito-rural-com-a-nova-lei-do-agro/867890014>. Acesso em: 20 jan. 2024

KALLIS, Giorgos. **Decrescimento**: vocabulário para um novo mundo. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016.

LAVILLE, Jean-Louis. A economia solidária: uma outra economia no coração do social e do solidário. **Revista Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 1, n. 8, p. 15-28, 2009.

LIMA, Mayrá. Dilma: é fundamental o acesso à terra. **Blog Combate ao Racismo**, [s. l.], 6 fev. 2013a. Disponível em: <https://acervo.racismoambiental.net.br/2013/02/06/dilma-e-fundamental-o-acesso-a-terra/>. Acesso em: 2 maio 2024.

LIMA, Mayrá. **Indústria de laticínios é conquista do MST, afirma presidenta da Copran**. [Brasília, DF]: MST, 2013b. Disponível em: <https://mst.org.br/2013/02/04/industria-de-laticinios-e-conquista-do-mst-afirma-presidenta-da-copran/>. Acesso em: 14 jan. 2025.

LÖWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecosocialista. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 67, p. 79-86, jan./abr. 2013. DOI: DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792013000100006>.

LÖWY, Michael. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

LÖWY, Michael. Ecosocialismo e planejamento democrático. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 28, p. 35-50, 2009.

LÖWY, Michael. Por um marxismo crítico. In: BENSÁID, Daniel; LÖWY, Michael (org.) **Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã, 2000. p. 58-67.

MAIA, Indianara dos Santos. **Agricultores assentados de reforma agrária e os canais de comercialização em tempos de pandemia Cascavel**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/224351/TCC%20Indiana%20dos%20Santos%20Maia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 jul. 2023.

MARCONI, Ivan César; SANTOS, Luís Miguel Luzio. Cooperativismo no MST: o caso da COPRAN. **Interações**, Campo Grande, v. 17, n. 2, p. 173-183, abr./jun. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/1984042X2016202>.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, José de Souza. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos avançados**, v. 15, p. 31-36, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300004>

MARX, Karl. **El capital**. México: FCE, 1959. Livros I, II e III.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Global Editora, 1989.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978. v. 4.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Livro terceiro: o processo global de produção capitalista. v. VI.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MINISTROS visitam assentamento modelo do MST em Arapongas. **Rede Lume**, Londrina, 10 out. 2023. Disponível em: <https://redelume.com.br/2023/10/10/ministros-visitam-assentamento-modelo-do-mst-em-arapongas/>. Acesso em: maio 2024.

MORAIS, Edson Elias de; LANZA, Fabio; SANTOS, Luís Miguel Luzio dos; PELANDA, Sílvia Schroeder. Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 105, p. 67-88, jan./mar. 2011.

MORAN, Emílio. F.; OSTROM, Elinor (org.). **Ecossistemas florestais**: interação homem-ambiente. Tradução de Diógenes S. Alves e Mateus Batistella. São Paulo: Editora SENAC/EDUSP, 2009.

MORAN, Emílio. Um mundo em mudança. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, Ed. 125. 2006. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/um-mundo-em-mudanca/>. Acesso em 27 nov. 2024.

MOREIRA, Eduardo. Mercado de capitais e mudanças sociais. Que mundo

financiar? **MST**, [s. l.], 4 set. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/09/04/mercado-de-capitais-e-mudancas-sociais-que-mundo-financiar/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

MOREIRA, Eduardo. Precisamos urgentemente de um programa sério de reforma agrária', diz Eduardo Moreira. [Entrevista concedida a] Victor Ohana. **CartaCapital**, São Paulo, 26 ago. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/entrevistas/precisamos-urgentemente-de-um-programa-serio-de-reforma-agraria-diz-eduardo-moreira/>. Acesso em: 20 abr.2024.

MST - MOVIMENTO SEM TERRA. **O que é o programa de reforma agrária popular do MST?** [Brasília, DF]: MST, 16 jul. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/>. Acesso em: 11 dez. 2022.

MST lança parceria para financiar cooperativas do NE com taxas de juros mais baixas. **Brasil de Fato**, Brasília, 29 jun. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/29/mst-e-eduardo-moreira-lancam-iniciativa-de-financiamento-a-agricultores-do-nordeste>. Acesso em: 14 jan 2025.
NAIK, N. Eficiência de mercado: um espelho para as informações. *In*: THE WHARTON SCHOOL. **Dominando finanças**. São Paulo: Makron Books, 2001.

NICOLAV, Vanessa. Conheça o Finapop, um projeto inédito de financiamento para pequenos agricultores. **Brasil de fato**, São Paulo, 3 jun. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/03/conheca-o-finapop-um-projeto-inedito-de-financiamento-para-pequenos-agricultores>. Acesso em: 13 jul. 2023.

NISHIMURA, Sandra R. **Grupos de geração de trabalho na construção da economia solidária em Londrina – Paraná**. 2005. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/srv-c0003-s01/api/core/bitstreams/f49d6f71-c43d-43b3-bcf4-8662cb84292e/content>. Acesso em: 7 jul. 2023.

NITAHARA, Akemi. Censo agropecuário: Brasil tem 5 milhões de estabelecimentos rurais: IBGE mostra aumento de 5.8% em áreas de unidades rurais em 10 anos. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 25 set. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-10/censo-agropecuaria-brasil-tem-5-milhoes-de-estabelecimentos-rurais>. Acesso em: 8 jul. 2023.

NUZZI, Vitor. Lula visita fábrica no ABC que evitou fechamento ao organizar cooperativa. **Rede Brasil Atual**, São Bernardo do Campo, 26 maio 2021. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/lula-fabrica-uniforja-abc-cooperativa/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

OLIVEIRA, Caroline. MST inaugura agroindústria de derivados de milho sem transgênicos no Paraná nesta sexta. **Brasil de Fato**, São Paulo, 12 jul. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/07/12/mst-inaugura-agroindustria-de-derivados-de-milho-sem-transgenicos-no-parana-nesta-sexta-15>. Acesso em: 10 maio 2023.

OLIVEIRA, Roberto Vêras; RAMALHO, José Ricardo; ROSENFELD, Cinara. A

sociologia do trabalho e suas interfaces: trajetória e tendências atuais. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 90, p. 1-28, set. 2019. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/486>. Acesso em: 7 jul. 2023.

ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Márcio Moretto. **Polarização e desinformação online no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert Brasil, 2018. (Análise, 44).od

OWEN, Robert. O livro do novo mundo moral. *In*: TEIXEIRA, Aloisio (org.). **Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época**. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 101-146.

OXFAM BRASIL. **Fome avança no Brasil em 2022 e atinge 33,1 milhões de pessoas**, 08 jun. 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/>. Acesso em 07 jul. 2023.

PACÍFICO, João Paulo. Chorei por causa do MST: o movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) também plantou suas sementes no mercado financeiro. **Brasil de Fato**, São Paulo, 7 out. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/10/07/artigo-chorei-por-causa-do-mst/>. Acesso em: 19 jun. 2024.

PINHEIRO, Daniel Calbino. Economia solidária: uma revisão teórica a partir dos seus “múltiplos” conceitos. **NAU Social**, Salvador, v. 3, n. 5, p. 85-105, abr. 2013. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/_index106.pdf. Acesso em: 7 jul. 2023.

POLANYI, Karl. O moinho satânico. *In*: POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

QUIRINO, Flávia. Conheça a UNICRAB: iniciativa inédita que reúne mais de 200 cooperativas da reforma agrária popular. **Brasil de Fato**, São Paulo, 20 jun. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/20/conheca-a-unicrab-iniciativa-inedita-que-reune-mais-de-200-cooperativas-da-reforma-agraria-popular>. Acesso em: 28 jun. 2024.

RAZETO, Luis. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. **Proposta**, Campinas, ano 26, n. 75, p. 91-99, dez./fev. 1998. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/1998/02/Proposta-Revista-Trimestral-de-Debate-da-Fase-n-75-1998-02.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2023.

REDE NACIONAL DE PESQUISA EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Brasília, DF: Rede PENSSAN, [2022]. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/#:~:text=De%20acordo%20com%20o%202%C2%BA,60%25%20em%20comp ara%C3%A7%C3%A3o%20com%202018>. Acesso em abril.2024.

RENDA da terra: desenvolvimento do capitalismo na agricultura. *In*: URSS. **Manual de economia política**. Tradução de Jacob Gorender e Josué de Almeida. Rio de

Janeiro: Editorial Vitória Ltda, 1961. Cap. XII. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/ostrovitianov/1959/manual/12.htm> Acesso em junho, 2024.

RODRIGUES, Elizeth Aparecida Carvalho. **Investimento com propósito: a captação de recursos no mercado de capitais realizada por cooperativas agrícolas ligadas ao movimento dos trabalhadores rurais sem terra.** 2022. Tese (Doutorado em Economia de Empresas) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível em: https://repository.ufrpe.br/bitstream/123456789/3888/1/tcc_elizethaparecidacarvalho Rodrigues.pdf. Acesso em: 16 jul.2023.

RÖPKE, W. A economia social de mercado. **The Journal of Political Economy**, Chicago, v. 68, n. 6, p. 557-572, 1960. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/toc/jpe/1960/68/6>. Acesso em: 7 jul. 2023.

ROSS, Stephen; WESTERFIELD, Randolph W.; JAFFE, Jeffrey; LAMB, Roberto. A. **Administração financeira: versão brasileira de corporate finance.** Tradução de Evelyn Tesche. São Paulo: Atlas, 2002.

SADER, Emir; JINKINGS Ivana (org.). **Gramsci e a América Latina.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.

SANCHES, Tales Leon Biazão. **Movimento dos trabalhadores rurais sem terra e o poder extraparlamentar: FINAPOP e a Contradição Capitalista.** 2024. 169f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

SANTOS, Luís Miguel Luzio dos. **Pautas para outra sociabilidade.** Londrina: Eduel, 2015.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. (Coleção Ciências Sociais).

SARIS, Simoni. Eli vive inaugura agroindústria de derivados de milho não transgênico. **Folha de Londrina**, Londrina, 15 jul. 2022. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/economia/eli-vive-inaugura-agroindustria-de-derivados-de-milho-nao-transgenico-3208450e.html?d=1>. Acesso em: 25 jun. 2023.

SILVA, Roberto Marinho Alves da; NUNES, Emanuel Márcio. Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do censo agropecuário de 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 61, , p. e252661, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.252661>.

SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade & Estado**, Brasília, DF, v. 16, n. 1/2, jun./dez. 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922001000100005>.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu

Abramo, 2002.

SOTO, William Héctor Gómez. A Sociologia do “mundo rural” de José de Souza Martins. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 20, p. 175-198, 2003.

SOTO, William Héctor Gómez. A sociologia do “mundo rural” de José de Souza Martins. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 175-198, abr. 2003. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/download/234/230/597>. Acesso em: 7 jul. 2023.

SOUZA, André Ricardo de; AUGUSTO JÚNIOR, Fausto. Economia solidária como resposta à crise pandêmica e fator de outro tipo de desenvolvimento. **P2P & Inovação**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 8-25, set. 2020/fev. 2021. Edição Especial. DOI: <https://doi.org/10.21721/p2p.2020v7n1.p8-25>.

STÉDILE, João Pedro. O latifúndio. *In*: SADER, Emir (org.). **Sete pecados do capital**. 3. ed. Rio de. Janeiro: Record, 2000. p. 163-213.

TOZZINI FREIRE. **Nova lei do agronegócio**. [2024]. Disponível em: <https://tozzinifreire.com.br/site/conteudo/uploads/infografico-lei-de-agro-5ede84ebe49cf.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2024.

TRIODOS BANK. **Página inicial**. Bristol: Triodos Bank, 2023. Disponível em: <https://www.triodos.co.uk/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima; REIS, Rosana. A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da covid-19. **Direitos na Pandemia**, São Paulo, n. 10, p. 6-31, 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/01/boletim-direitos-na-pandemia.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2023.